

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**AS CONTRIBUIÇÕES DO NEABI (NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS
E INDÍGENAS) PARA O AQUILOMBAMENTO BIBLIOGRÁFICO NAS
BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO: REFLEXÕES
CONTEXTUAIS**

TATIANE HELENA BORGES DE SALLES

São Carlos/SP
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Tatiane Helena Borges de Salles

**AS CONTRIBUIÇÕES DO NEABI (NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS
E INDÍGENAS) PARA O AQUILOMBAMENTO BIBLIOGRÁFICO NAS
BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO: REFLEXÕES
CONTEXTUAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Ciência da Informação
como requisito parcial para obtenção de
título de mestre em Ciência da Informação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana de Souza
Gracioso

São Carlos/SP
2025

Salles, Tatiane Helena Borges de

As contribuições do NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) para o aquilombamento bibliográfico nas bibliotecas do Instituto Federal de São Paulo: reflexões contextuais / Tatiane Helena Borges de Salles -- 2025.
143f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Dra. Luciana de Souza Gracioso
Banca Examinadora: Zaira Regina Zafalon, Glaucia Aparecida Vaz
Bibliografia

1. Bibliotecas. 2. Bibliotecários negros. 3. educação para as relações étnico-raciais. I. Salles, Tatiane Helena Borges de. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Tatiane Helena Borges de Salles, realizada em 25/03/2025.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Januario Albino Nhacuongue (UFSCar)

Profa. Dra. Zaira Regina Zafalon (UFSCar)

Profa. Dra. Gláucia Aparecida Vaz (UFRGS)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Dedico esse trabalho aos meus pais (*in memoriam*) que oportunizaram a educação e para aqueles abriram os caminhos para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, **Elviro Borges** e **Maria Helena**, chamada carinhosamente de “Lena” (*in memoriam*) que sempre acreditaram na minha capacidade, e se hoje trilhei o caminho da academia foi pela resistência deles para eu tivesse a oportunidade de estar e ocupar lugares que eles não conseguiram alcançar. Portanto, sou o sonho dos meus ancestrais que hoje olham por mim por onde quer que eu vá, e não tenho dúvida que estiveram comigo neste percurso de estudo, escrita e reflexões sobre a minha trajetória para que pudesse escrever este trabalho.

Agradeço à minha orientadora **Dr.^a Luciana Souza de Gracioso** acolhimento do projeto, pela paciência, orientação, dedicação, pela leitura atenta e pelas contribuições que foram fundamentais para que esta dissertação fosse desenvolvida ao longo desses dois anos que foram frutos de recomendações e dicas para melhoria deste trabalho. Obrigada por tornar o caminho do mestrado leve e pelo carinho em cada orientação recebida.

Agradeço a banca examinadora **Dr.^a Glaucia Aparecida Vaz** e **Dr.^a Zaira Regina Zafalon** pelas contribuições e recomendações que enriqueceram grandemente este trabalho.

Agradeço à minha família, em especial, a minha **Tia Fia e Isabel**, minha prima **Denise e Vânia** (*in memoriam*) que acompanharam todo esse processo acadêmico, agradeço o aconchego, as risadas e o incentivo, cada linha tem um pouco das nossas conversas e dos nossos pensamentos como mulheres negras fortes e aguerridas.

Agradeço à minha colega de trabalho e amiga **Rosangela Gomes** por sonhar comigo essa dissertação, por me apoiar, incentivar, pelas ideias e pelas trocas de horário para que cursasse as disciplinas, obrigada por estar comigo sempre, amiga e por rir e chorar comigo nesses dois anos.

Aos meus amigos da graduação **Marielza** pelo apoio e incentivo. Ao **Fernando Bittencourt** que mesmo à distância se manteve presente, com palavras de apoio e incentivo e com as orientações que foram preciosas para que repensasse e amadurecesse a proposta desta dissertação, obrigada amigo por existir na minha vida e por ser carinhoso e parceiro.

Agradeço aos amigos que o NEABI-IFSP me deu, em especial, **Michael Dias**, um dos meus principais incentivadores, gratidão pela lealdade e por cuidar de mim em nossas viagens, obrigada por me apresentar à potencialidade de Carolina Maria de Jesus e por me alegrar em nossos momentos de descontração que são únicos. Gratidão aos orixás!

Ao meu **José Francisco, Marival Santana, Giselly Barros, Luiz Fernando** por me incentivarem nesse caminho, por todo carinho e cuidado para comigo nesses anos, obrigada por existirem com vocês a militância se torna mais leve. Agradeço pelo acolhimento nos momentos de incertezas e medos em trilhar esse caminho, mas vocês me encorajaram a estar e ocupar esse espaço. Obrigada por compartilhar a vida de vocês comigo, sem dúvida a trajetória me trouxe inspiração para seguir.

A **Carol Jango**, que me convidou para compor a coordenação do NEABI, agradeço por enxergar a minha potencialidade, enquanto eu ainda não tinha ideia do quanto poderia avançar e do quanto poderia chegar tão longe. Obrigada pela confiança depositada em conduzir o núcleo por todo esse período e por escolher verdadeiros parceiros para estarem comigo nessa empreitada. Por me proporcionar a oportunidade do meu crescimento pessoal, profissional e acadêmico que foram fundamentais para a transformação da minha trajetória da minha vida.

A **Cristiane Santana** e ao **Huyrá Araújo** pelos 4 anos que estivemos à frente da coordenação do núcleo foram dias de alegrias e de muita luta para garantia dos direitos dos nossos. Agradeço a parceria, companheirismo e compreensão nos momentos de ausência para que concluísse essa etapa.

Aos demais colegas do núcleo, agradeço as trocas de experiências, aflições essas foram fundamentais para a produção deste trabalho que em cada linha possui a reflexão das nossas conversas, por isso que digo que a nossa construção é na circularidade e na coletividade.

Aos colegas da turma 8 do PPGCI, os quais foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico, cada projeto de pesquisa me atravessou de alguma forma, em especial, as colegas de turma **Rebeca, Thaís e Omotayo** na parceria, na apresentação dos trabalhos e nas risadas na hora do almoço.

Gratidão, aos Orixás pela oportunidade concedida para cursar esse mestrado e abordar essa temática e poder apresentar um pouco dos trabalhos realizados pelo núcleo que tenho muito orgulho e alegria de fazer parte!

*Se que ir rápido, vá sozinho,
se quer ir longe vá em grupo.*

Provérbio africano

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi examinar a relevância de um acervo aquilombado na luta contra as injustiças epistêmicas, sociais e raciais que afetam a população negra, que enfrenta o apagamento e o silenciamento sistemático de suas vozes e conhecimentos oriundos da oralidade. O estudo foca na experiência bem-sucedida do NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) em sua colaboração com as bibliotecas, com o intuito de promover treinamentos específicos para bibliotecários, destacando a importância das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tratam da educação para as relações étnico-raciais. Os objetivos específicos incluem descrever as ações do NEABI em parceria com as bibliotecas; ressaltar as iniciativas das bibliotecas do IFSP na promoção de atividades culturais e projetos de extensão como formas de incentivar a leitura e o letramento informacional afrocentrado; e analisar os títulos de autores e autoras negras disponíveis no acervo do IFSP. Para atingir as metas do projeto, utilizamos uma metodologia que combina pesquisa exploratória e bibliográfica, seguida por um procedimento empírico para avaliar os projetos qualitativos centrados na afrocentricidade. Assim, os dados coletados são provenientes de estudos empíricos e bibliográficos que desenvolvem ações relacionadas à temática étnico-racial nas bibliotecas. Os resultados revelam a importância de incluir obras afrocentradas nos acervos para promover o letramento informacional e racial dos usuários, a relevância do aquilombamento nos acervos para a construção de uma nova narrativa fundamentada na afrocentricidade e na contraposição à colonialidade que os estudantes trazem para o ambiente acadêmico. Além disso, demonstram como as atividades realizadas nas bibliotecas, por meio de ações culturais, projetos de extensão e pesquisa, podem favorecer a educação antirracista nesses espaços.

Palavras-chave: Bibliotecas; acervo aquilombado; NEABI; Bibliotecários negros; educação para as relações étnico-raciais; educação antirracista.

ABSTRACT

The objective of this research was to examine the relevance of an aquilomamed collection in the struggle against epistemic, social and racial injustices that affect the black population, which faces the erasure and systematic silencing of their voices and knowledge from orality. The study focuses on the successful experience of Neabi (Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies) of the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo (IFSP) in their collaboration with libraries, in order to promote specific training for librarians, highlighting the importance of laws 10.639/2003 and 11.645/2008, which deal with education for ethnic-racial relations. Specific objectives include describing Neabi's actions in partnership with libraries; highlight the initiatives of libraries IFSP in the promotion of cultural activities and extension projects as ways to encourage reading and informational literacy Afro - centered; and analyze the titles of black authors available in the IFSP collection. To achieve project goals, we use a methodology that combines exploratory and bibliographic research, followed by an empirical procedure to evaluate projects qualitative centered on Afrocentricity. Thus, the data collected comes from empirical and bibliographic studies that develop actions related to ethnic-racial theme in libraries. The results reveal the importance of including Afro -centered works in the collections to promote the informational and racial literacy of users, the relevance of Aquilomation in the Collections for Construction of a new narrative based on Afrocentricity and the opposition to the coloniality that students bring to the academic environment. In addition, they demonstrate how the activities performed in libraries, through cultural actions, extension projects and research, may favor anti -racist education in these spaces.

Keywords: Libraries; aquilombado collection; NEABI; education for ethnic-racial relations; anti-racist education.

SUMÁRIO

MEMORIAL	11
1 INTRODUÇÃO	17
2 BREVE HISTÓRIA DO RACISMO NO MUNDO E NO BRASIL	20
2.1 Dos arquivamentos, das resistências, das lutas pela Lei 10.639/2003 e os vetos e avanços das políticas de ações afirmativas	32
3 AFROCENTRICIDADE, DECOLONIALIDADE, CONTRA-DECOLONIALIDADE FRENTE A AGENDA 2030	42
4 METODOLOGIA	49
5 RESULTADOS: A CONSTRUÇÃO DE NOVAS NARRATIVAS A PARTIR DO ACERVO SOB A PERSPECTIVA CONTRADECOLONIALIDADE & AFROCENTRICIDADE	52
5.1 Histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	61
5.1.2 Bibliotecárias(os) do Instituto Federal de São Paulo	66
5.1.3 Intervenção do NEABI nas bibliotecas do IFSP	82
5.1.3.1 Acervo afrocentrado do IFSP	85
5.2 Do Letramento informacional ao letramento racial: pluridiversidade no acervo	87
5.2.1 Reflexões sobre o letramento informacional e racial	89
5.2.2 Promoção do letramento racial por meio das obras disponíveis no acervo	91
5.3 Aquilombamento de intelectuais negros nos acervos bibliográficos: justiça informacional em pauta	95
5.4 Afrocentricidade nas ações da biblioteca	103
5.4.1 Acervo & Ações culturais afrocentradas	105
5.4.2 Projetos de extensão afrocentrados	110
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	123

MEMORIAL

Sou uma mulher negra, periférica, que representa os sonhos dos meus ancestrais. Sou filha de Maria Helena Santiago Borges de Salles, uma inspetora de alunos e de Elviro Borges de Salles, um metalúrgico nascido em Campinas, em uma cidade do interior de São Paulo. Antes de ser inspetora de alunos e operadora de produção em uma empresa, minha mãe trabalhou como empregada doméstica, assim como a minha avó Maria Antonieta Santiago da Silva, que infelizmente não tive tempo de conviver, mas pela oralidade minha mãe, tive a oportunidade de conhecê-la. Sei o quanto sofreu para sobreviver e criar os filhos, faleceu muito jovem por conta da diabetes. Por tanto, essa dissertação representa os sonhos de ambas que não puderam estar aqui para vivenciar esse momento histórico em minha família.

Minha infância foi tranquila, com convivência com meus pais e parentes em sua maioria de pessoas negras, possuía contatos com pessoas brancas no meu condomínio e na escola. Contudo, até aos nove anos, não tinha ideia do que era o racismo e de como isso afetaria a minha vida ao longo dela. Devido a uma discussão com uma colega de turma por conta da fila “coisas de criança”, de quem havia chegado primeiro na fila e ela havia cortado a minha frente, então fui tirar satisfação e que resultou em uma briga no banheiro por conta dessa situação. Só não tinha ideia que ela residia no caminho de retorno para casa, então, quando estava retornando para casa, ela e a sua mãe me aguardavam no caminho. A mãe dela e ela se aproximaram de mim, e a mãe começou a me ofender com uma série de xingamentos racistas em um intervalo de menos de cinco minutos. Sem conseguir compreender bem o que ela estava tentando transmitir, continuei recebendo todos aqueles insultos enquanto chorava, confusa por estar sendo atacada dessa forma por um motivo bobo, ou seja, em um piscar de olhos uma ação considerada por muitos “coisas de criança” naquele momento para as ofensas proferidas virei adulta.

Cheguei em casa e contei para a minha tia. Retornamos até a casa da mulher e lembro que minha tia repetia reiterada vezes para a mulher “-você não poderia ter feito aquilo porque ela é uma criança” enquanto mulher falava que eu não poderia ter brigado com a filha e ela estava defendendo.

Daquele dia em diante nunca mais consegui ser a mesma pessoa. Esse episódio me silenciou, pois tinha vergonha de me manifestar em público, queria

passar pelos lugares despercebidos sem ser notada, assim evitaria que tal fato se repetisse novamente, pois a minha cor sempre viria primeiro antes de qualquer coisa. Assim adotei a postura de pessoa tímida, que tinha poucas palavras sobre qualquer assunto, mesmo estando com os meus. Isso me faz recordar a frase dita por Monique Evelle em 2015 ao receber o prêmio Lauriete Martins “Eu nunca fui tímida, sempre fui silenciada”.

Minha mãe, na condição de inspetora de alunos, sempre que tinha divulgação de cursos, ela corria para ajudar, visando conseguir cursos para mim e para os meus irmãos, e assim tivemos a oportunidade de fazer vários cursos de informática, recursos humanos, dentre outros que ela conseguia. Ela corria dia e noite na escola para cuidar dos alunos, mas quando havia a possibilidade de trabalhar em concursos para ter uma renda extra ela era excluída, ou era convidada para trabalhar no apoio, nem preciso dizer o que era isso.

Entre nos patrulheiros com 15 anos e iniciei a minha vida profissional em 1998. Ao finalizar o ensino médio, minha mãe me apresentou o curso de biblioteconomia e disse que seria minha cara, e assim ingressei na PUC Campinas em 2002, mas com medo de não conseguirmos pagar a faculdade. Todos os meses minha mãe recebia o boleto e dizia “meu *holetrih* vem escrito PUC”. Seguimos assim por 2 anos, depois consegui estágio e conseguia arcar com o pagamento das mensalidades, me formando em 2006.

Por problemas com a nomenclatura do curso da PUC/Campinas não pude atuar por alguns anos na área, conseguindo a primeira recolocação profissional somente em 2011, atuando em Biblioteca Universitária e escolar da rede privada e por último em uma biblioteca especializada na rede pública em um cargo comissionado. Neste período conclui o curso de especialização em Gestão de Arquivos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Em 2014, atuando na rede pública, decidi parar com uso de produtos químicos que mudaram a textura do meu cabelo, após cortes químicos seguidos. Um dia passei a noite assistindo vídeos para saber como deveria cuidar dele. No dia seguinte, resolvi fazer o BC (Big Chop) não tive paciência, lidar com duas texturas, percebi que a partir daquele momento precisaria me empoderar não só esteticamente, mas de conhecimento acerca das pautas de ser uma mulher negra porque sabia da luta que estava por vir, mas a princípio queria incentivar outras mulheres a assumir a textura do cabelo, então participava de grupo no Facebook, inclusive, fui administradora de

um por muito tempo e promovi um encontro de cabelo crespo juntamente com umas meninas de Campinas.

Assumir o cabelo natural foi liberador, mas, ao mesmo tempo, desafiador sair nas ruas com um cabelo tido como feio pela sociedade, os olhares de espanto eram constantes e até mesmo em casa foi difícil, quando meus pais me questionavam se não ia alisar, eu simplesmente respondia que estava assumindo os cabelos que eles haviam me dado. Antes de entrar no IFSP passei por situações de racismo por conta do meu cabelo no meu antigo trabalho.

Em 2017, minha mãe iniciou o tratamento da hemodiálise e poucos meses depois saiu a minha convocação para mudança para IFSP Campus Votuporanga, mas fiquei relutante em aceitar com medo de deixá-la com meu pai. Contudo, ela foi a primeira a dizer “vá que eu e seu pai se vira, nos feriados você vem e nós vamos te visitar também. Afinal, você ficou anos tentando entrar no serviço público, agora chegou a sua oportunidade”. Fui com o coração triste por deixar aqueles que sempre me apoiaram em meus sonhos, mas com a certeza que iria vê-los direto, independentemente das 12 horas de viagem para ir e voltar.

Ingressei no IFSP, antes de entrar tive muitas inseguranças com relação ao meu cabelo, pensei em alisar várias vezes por medo de iria enfrentar em uma cidade pequena como Votuporanga. Por fim, optei em ir iniciar com o cabelo natural. Em 2018, a convite de um aluno, coordenei o primeiro projeto de extensão relacionado à capoeira “IFAFRO”, em seguida, 2019 “Des-construído padrões” demandada por alunas do ensino médio. Nesses anos também, coordenei os projetos de Concurso de Beleza Negra baseado no IFMS de Três Lagoas conduzido pelo prof. Dr. Guilherme Tommaselli, o qual foi contemplado pelo edital do NEABI e o outro alinhado ao projeto do mesmo ano que consistia em visitar as escolas e convidar os estudantes. Para marcar presença do concurso na cidade abrimos o edital de chamada pública para captar recursos para a garantia de alimentação e premiação dos candidatos participantes.

Ao ir nas escolas e me deparar com os estudantes negros, eles se sentiam representados e os seus olhos brilhavam pela minha presença, os convidando para participar de um concurso que ia valorizar a beleza deles. Nesse projeto me dei conta, da potência que poderia ser e decidi que não poderia me silenciar diante do racismo que me atravessava, assim como aqueles estudantes e a minha voz não seria mais minha, mas, sim, de um coletivo.

Em decorrência das demandas e da necessidade de ser uma voz na instituição e na cidade para pautar e tensionar a instituição sobre a questão racial, comecei a me apropriar do conhecimento das(os) intelectuais negras(os), principalmente, devido ao curso de especialização em letramento informacional que estava cursando na UFG (Universidade Federal de Goiás), sendo a pesquisa que desenvolvi, voltada para a educação das relações étnico-raciais, mas com foco no docente.

No final de 2019, fui aceita no NEABI, e pedi remoção para o Campus Pirituba para ficar mais próxima da família, iniciei as atividades somente em 2020, já participava das reuniões online no grupo e já me sentia acolhida pelo núcleo, por ver pessoas negras doutoras(es) e estudando esses assuntos, os quais muitas vezes me sentia sozinha na luta no Campus, mas ver esse grupo ainda que à distância me fortaleceu para que me mantivesse firme nesse propósito.

Trabalhei 01 mês somente no Campus, em seguida, iniciou a pandemia que me levou a ficar com os meus pais neste período, mas continuamos as reuniões online e eu conhecia mais pessoas do núcleo e me identificava com cada uma delas. Em junho deste ano, minha vida mudaria de forma drástica, minha mãe impossibilitada de se manter em casa por conta do tratamento, contraiu a COVID-19 que a levou a óbito em menos de uma semana, e dias após de enterrá-la, enterrei meu pai com a mesma doença praticamente em 13 dias sepultei ambos. Foram dias difíceis, sem rumo e com uma tristeza e uma dor profunda havia perdido meu chão. Nos meses seguintes foram desafiadores, tendo que lidar com o luto e com os desentendimentos com meus irmãos.

Nesse período, os colegas do núcleo se mantiveram presentes com mensagens carinhosas e preocupados com o meu bem-estar, assim como colegas do Campus Votuporanga e amigos que foram fundamentais para que conseguisse superar este período.

No mesmo ano, retomei as minhas atividades presenciais no Campus Pirituba para adiantando um pouco as tarefas como catalogação entre outros serviços, entrei para academia, tive de criar uma rotina para que superasse o luto e o isolamento social. Neste ano, foi o ano eleitoral no IFSP. Fui convidada a integrar a equipe do projeto de pesquisa AFROIF - Currículo, Pensamento decolonial e Formação Docente, financiado pelo CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades) uma das coordenadoras do núcleo, Caroline Jango, foi eleita a primeira Diretora Geral negra do IFSP.

Em 2021, Caroline entra em contato comigo, perguntando se havia interesse em assumir a coordenação com Prof. Dr. Huyrá Araújo (físico) e a Me. Cristiane Santana (Letras). Falei que ia pensar e que não sabia se daria conta, pois ainda estava muito perdida, mas ela carinhosamente disse “caso você não dê conta, pode pedir para sair”, então aceitei o desafio.

Huyrá e Cris foram acolhedores, carinhosos e compreensivos como irmãos realmente. Não nos conhecíamos pessoalmente, passamos a nos conhecer durante esse trabalho que representou parceria e companheirismo constante. Nesses anos passamos por muitos desafios na instituição, mas sempre juntos e unidos pensando na coletividade do grupo e também preparando o terreno para os que irão entrar no IFSP, seja como estudantes e/ou servidores novos.

Nos anos subsequentes, estivemos no desenvolvimento do projeto AFROIF até 2022. Demos continuidade ao trabalho de diagnóstico dos acervos das bibliotecas, participamos ativamente na escolha dos títulos para inclusão nos acervos da biblioteca; ajudamos a implantar as bancas de heteroidentificação no IFSP nos processos seletivos dos cursos técnicos integrados concomitantes/subsequentes; participamos e organizamos eventos como o ENNEABI (2021) e os encontros presenciais do núcleo; realizamos publicações científicas; desenvolvemos a ação de acolhimento para os estudantes do ensino médio; Estivemos à frente do Projeto AFROIF Articulando-saberes NEABI-IFSP e Moçambique ida de 17 pesquisadores ao país em 2024 com a emenda parlamentar da deputada Luiza Erundina; iniciamos criação do protocolo antirracista no IFSP; participamos da 5ª Afrocientista. Diante disso, foram muitas experiências acumuladas ao longo dos últimos anos.

Essas foram as diversas ações que o NEABI desenvolveu nos últimos anos que tive a oportunidade de colaborar, dos quais foram fundamentais para o meu crescimento profissional, pessoal e acadêmico.

Finalmente no final de 2021, saiu minha remoção para retornar à minha cidade natal Campinas e em 2022 retornei as atividades presenciais. No primeiro ano, estive a frente do projeto de extensão dos “Vozes da Ancestralidade” de 2022 e nos anos subsequentes nos projetos de extensão “Mapeamento e divulgação dos homenageados do diploma Zumbi dos Palmares, concedido pela Câmara Municipal de Campinas”, de 2023; Aquilombamento intelectual nas escolas: é tudo pra ontem” de 2024 e fui também fui umas das coordenadoras do projeto Afrocientista.

Devido a minha atuação no núcleo e ao histórico de vida, finalmente em 2023 resolvi participar do processo seletivo junto ao PPGCI UFScar com essa proposta de estudos e que culminou na minha aprovação. Nessa dissertação, estou tendo a possibilidade de compartilhar a experiência das vivências obtidas no núcleo, enquanto pesquisadora e bibliotecária.

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação é um campo amplo que se articula com diversas áreas do conhecimento para o aperfeiçoamento de outras áreas que interferem diretamente na sociedade, proporcionando novos paradigmas no campo da Ciência da Informação.

Como aponta Barreto (2008), as bibliotecas devem estar conectadas para atender o público, para permitir a criação de um conhecimento diverso, plural e equitativo que considere todos os saberes da população mundial. Afinal, todos são importantes para a promoção de uma justiça social, racial e informacional nas bibliotecas.

As leis 10.639/2003 e 11.645/2008, ambas do Brasil, tratam do ensino da cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação básica, sendo essa temática também incorporada ao ensino superior por meio das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira* (Brasil, 2004). Essas visam preencher as lacunas da história de populações que foram silenciadas e dizimadas durante o processo de escravização de pessoas negras e a catequização dos povos indígenas.

Os prejuízos culturais e sociais são inegáveis para estes grupos étnicos refletidos atualmente através do preconceito e racismo sofrido por estes povos, que perfaz no esquecimento e no apagamento de autores e intelectuais negras(os) e indígenas da história e da ciência.

As leis supracitadas visam ressignificar e resgatar a história desses povos no Brasil desde as séries iniciais, por meio de uma educação antirracista que se fundamenta na luta dos movimentos sociais pela igualdade de direitos. Essa abordagem inclui o direito de conhecer sua origem e história, pois reivindicar a educação é parte essencial da luta por dar voz a sujeitos que, por muito tempo, foram tratados somente como objetos de estudo (Ribeiro, 2017).

Diante disso, as bibliotecas têm um papel fundamental e crucial de disponibilizar materiais aos usuários que dialoguem com as suas cosmovisões, expectativas e vivências pessoais que considerem os conhecimentos oriundos de outros grupos étnicos sejam considerados científicos. Por isso, este trabalho tem como meta evidenciar a importância de que todas as histórias importam, independentemente dos lugares de que estes indivíduos estejam falando. Afinal, a

ciência se constitui a partir do acúmulo dos saberes de todos que compõem a população mundial.

A literatura, portanto, consegue tornar os sujeitos capazes de viver em uma sociedade plurirracial que reflita sobre os privilégios de alguns em detrimento de outro, e que possa enfim ter a necessidade de lutar por uma sociedade justa, igualitária e autorreflexiva para transformação necessária para o bem viver de pessoas negras, livre do epistemídio e o genocídio em curso pelo Estado que insiste em enxergar corpos negros como alvo constante de violência, mas se negam a reconhecer as suas potencialidades como pessoas produtoras de conhecimentos, conforme refletem as autoras, ao dizer que:

[...] todas às vezes que lemos um/a autor/a negro/a ou indígena e vislumbramos seu repertório, ampliamos nosso conhecimento e acesso ao nosso próprio mundo, às dinâmicas sociais que regem cotidianos complexos, ao conteúdo de experiências historicamente invisibilizadas e às formas de elaborá-las (Bayó; Miranda; Sousa, 2021, p.17).

Por isso, as bibliotecas tornam-se território fértil para trazer a diversidade étnica, social e cultural presente na sociedade, sendo um dos mecanismos evidenciar a importância dos intelectuais negros(os) para a construção de uma identidade positiva entre os estudantes e servidores para ocorrer de fato a transformação social por meio da educação, de modo a empoderar os usuários e combater o racismo no ambiente escolar.

Ribeiro (2019) e hooks (2019) argumentam que não basta ser antirracista, é preciso lutar contra o racismo, oportunizando pessoas a terem acesso à informação para que a desconstrução de preconceitos, de forma que os usuários tenham consciência sobre o contexto histórico do Brasil que culminou nas desigualdades raciais, sociais, educacionais e informacionais.

Posto isso, o trabalho pretende evidenciar as contribuições do NEABI para o acúmulo bibliográfico nas bibliotecas do Instituto Federal de São Paulo, reforçando a importância de um acervo acilombado para o letramento racial e informacional dos usuários das bibliotecas do IFSP. Desde 2016, esse Núcleo acompanha o desenvolvimento de coleções do acervo bibliográfico na instituição, promovendo o fortalecimento do acervo relacionado à temática étnico-racial. De modo específico, os objetivos da pesquisa foram: a) descrever as ações do NEABI em parceria com as bibliotecas voltadas ao desenvolvimento de coleções étnico-raciais; b) evidenciar as iniciativas das bibliotecas do IFSP na promoção de ações culturais e

projetos de extensão como recursos de incentivo à leitura e ao letramento racial e informacional. c) Identificar o pertencimento étnico-racial das bibliotecárias e o grau de escolaridade; d) Analisar os títulos de escritoras(es) negras(os) disponíveis no acervo das bibliotecas do IFSP.

Neste contexto, a presente pesquisa pretende discorrer sobre os seguintes elementos das relações étnico-raciais para as bibliotecas: Como o NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) colabora para uma educação antirracista e afrocentrada no IFSP (Instituto Federal de São Paulo), em especial, nas bibliotecas. Como este núcleo tem pensado na formação bibliotecária para a educação das relações étnico-raciais. Evidenciar o pertencimento racial e o nível de escolaridade dos bibliotecários(os) para compreender o interesse dos profissionais em participar do núcleo. Discorrer sobre a importância de um acervo aquilombado para letramento informacional afrocentrado.

Para a construção de um campo de análise e discussão dos objetivos, foram desenvolvidos e apresentados conteúdos contextuais complementares que serviram como referencial teórico. Entre esses conteúdos, destaca-se a história do racismo no mundo e no Brasil, a educação da população negra no país e o histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), com uma análise sobre o pertencimento racial e o nível de escolaridade das(os) bibliotecárias(os) da instituição, investigando se essa categoria profissional reflete a diversidade racial brasileira. Além disso, foram abordados conceitos como afrocentricidade, decolonialidade e contra colonialidade no contexto da Agenda 2030, bem como a Educação para as Relações Étnico-Raciais. Também se discutiram as contribuições linguísticas africanas para a formação do português falado no Brasil, com destaque para o conceito de "pretuguês", proposto por Lélia Gonzalez. Essas influências linguísticas foram analisadas em articulação com a trajetória de intelectuais negras(os), artistas e movimentos sociais que utilizaram a escrita e a oralidade como ferramentas de resistência e transformação.

No capítulo a seguir apresentaremos os procedimentos metodológicos adotados para responder às perguntas norteadoras deste trabalho.

2 BREVE HISTÓRIA DO RACISMO NO MUNDO E NO BRASIL

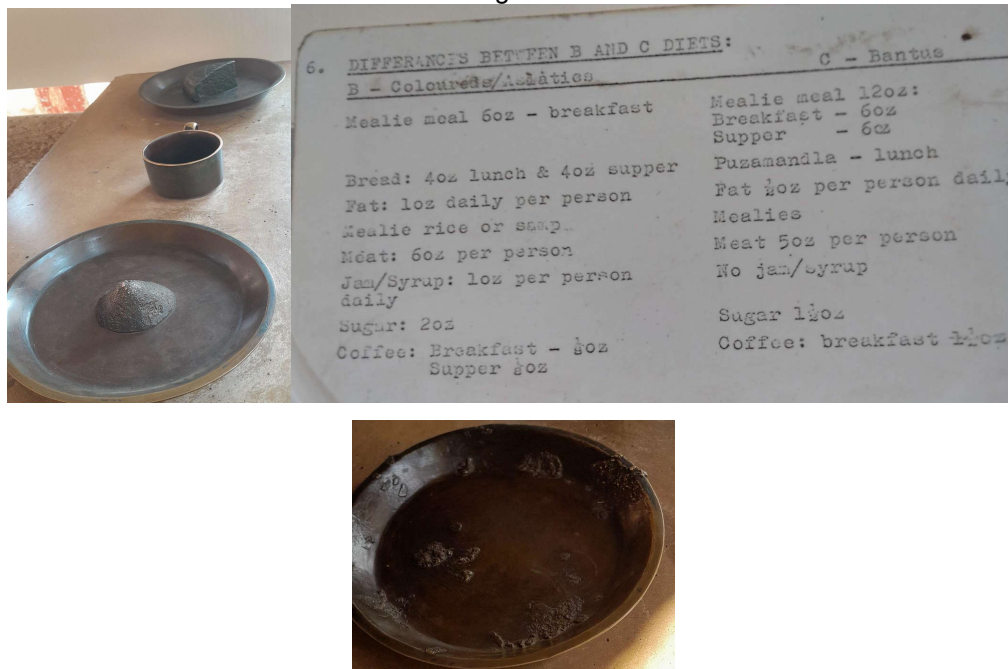
Desde as civilizações antigas, é possível identificar a presença do que se pode denominar de proto-racismo, ou seja, concepções discriminatórias e hierarquizantes que antecederam e influenciaram a formulação do racismo moderno. Segundo Isaac Benjamin, o proto-racismo foi caracterizado por teorias que buscavam justificar a superioridade de determinados grupos com base em fatores ambientais e geográficos, estabelecendo uma hierarquização dos povos que já se manifestavam nos impérios da antiguidade. Exemplos dessa construção podem ser observados na cultura grega, onde o termo "negro" era associado a impureza tanto moral quanto física, e na tradição romana, na qual a palavra remetia a significados como morte e corrupção (Passos, 2005).

A colonização árabe desempenhou um papel fundamental na disseminação de concepções raciais, especialmente, por meio de crenças religiosas que associavam raça à união de grupos com características físicas e hereditárias. Esse processo contribuiu para a formulação de ideias, conceitos e ideologias que serviram para justificar e naturalizar o sistema escravista. Evidências dessa diferenciação já estavam presentes nesse período, uma vez que escravizados brancos e negros recebiam tratamentos distintos, inclusive na alimentação (Passos, 2005; Chaves, 2020).

No contexto do *Apartheid* na África do Sul, essa lógica de segregação racial se manifestou de maneira institucionalizada, inclusive no sistema prisional. Presos eram submetidos a dietas diferenciadas conforme a cor da pele, evidenciando o racismo estrutural na organização do cotidiano carcerário. Um exemplo emblemático dessa prática pode ser observado nos presídios onde Nelson Mandela esteve encarcerado, os quais, atualmente, foram transformados em museus abertos à visita. Em alguns desses locais, os relatos históricos são conduzidos por ex-detentos, que atuam como

guias turísticos atualmente, proporcionando uma narrativa viva sobre as condições de segregação vivenciadas durante o regime do *Apartheid*.

Figura 1 - Exemplos dos pratos servidos aos presos de acordo com sua etnia na África do Sul nas cidades de Joanesburgo e da Cidade do Cabo.



Fonte: Elaborado pela autora (2021,2024)

O racismo está fundamentado na ideia de hierarquização racial, na qual determinados grupos são considerados superiores enquanto outros são depreciados de maneira negativa e pejorativa. O conceito de raça, inicialmente utilizado nas classificações biológicas e zoológicas, foi transposto para as ciências sociais e humanas para compreender a diversidade humana. No entanto, essa categorização foi reduzida a três grupos principais—branco, preto e amarelo—com base em motivações ideológicas e políticas voltadas à construção da inferiorização de determinados segmentos populacionais (Passos, 2005).

Alguns estudiosos, em discordância com a teoria de Isaac Benjamin, argumentam que o racismo emergiu entre os séculos XIII e XVII no contexto europeu, sendo inicialmente associado não somente às características físicas, mas também à religião e ao comportamento. Nesse período, a discriminação estava fortemente direcionada a judeus, muçulmanos e novos convertidos na Espanha, fundamentando-se no conceito de "limpeza de sangue". Esse critério de distinção não se baseava predominantemente na aparência física, mas sim na ancestralidade e linhagem

familiar, demonstrando que as concepções de raça variaram ao longo do tempo e moldadas por interesses sociais, políticos e religiosos (Wade, 2017).

[...] para comprovar limpeza de sangue, uma pessoa usualmente tinha que prover uma genealogia que remontasse até duas gerações anteriores, enquanto alguns defendiam aos convertidos, dizendo que os filhos de judeus e mouros poderiam ser admitidos a certos postos públicos se fossem bons cristão, capazes e competentes. (Wade, 2017, p.52)

A Igreja Católica desempenhou um papel fundamental na disseminação da ideologia da pureza de sangue, promovendo a perseguição aos judeus a ponto de muitos perderem sua identidade religiosa e cultural—a ideia reverberou até o século XIX. Para alguns cientistas da época, a miscigenação entre diferentes grupos raciais resultaria na formação de uma raça inferior, considerada impura e degenerada (Chaves, 2020). Essa concepção influenciou diretamente as ideologias racistas do século XX, como o nazismo, responsável por inúmeras atrocidades cometidas sob a liderança de Adolf Hitler, as quais foram amplamente condenadas por parte da comunidade internacional.

Munanga e Gomes (2023) explicam que o termo "raça" pode assumir diferentes significados, dependendo da construção identitária étnico-racial de cada sociedade e do contexto no qual é empregado. O conceito pode remeter à diferenciação dos seres humanos, à escravidão, ao racismo e às lutas políticas pela afirmação da identidade negra. No entanto, alguns intelectuais questionam a pertinência do uso da palavra "raça", pois ela carrega uma herança biológica associada à hierarquização dos povos em superiores e inferiores. Em contrapartida, argumentam que o termo "etnia" é mais adequado para designar a diversidade humana, pois se fundamenta não em características biológicas herdadas, mas nos processos históricos e culturais vivenciados pelos diferentes grupos sociais.

A identificação racial é, portanto, uma construção social, política e cultural, pois os indivíduos são socializados a perceber diferenças raciais com base nas relações de poder estabelecidas historicamente (Munanga e Gomes, 2023). No Brasil, o racismo é classificado como um "racismo de marca", no qual a discriminação ocorre com base na cor da pele e nas características fenotípicas, manifestando-se em práticas sociais e discursos, ainda que sem um reconhecimento formal explícito pelo

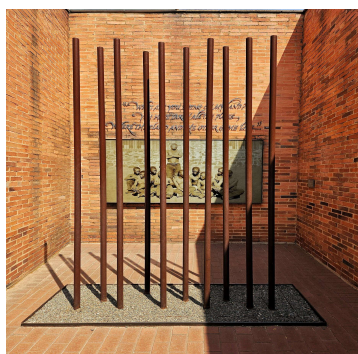
sistema jurídico. Nos Estados Unidos, por outro lado, o racismo se estruturou legalmente, com a imposição de leis segregacionistas, as quais, apesar de posteriormente revogadas, tornavam a discriminação mais visível e passível de enfrentamento jurídico. Já na África do Sul, a política do apartheid instaurou um Estado plurinacional, no qual os colonizadores europeus segregaram e marginalizaram a população negra, destituindo-a de direitos fundamentais e perpetuando desigualdades estruturais (Guimarães, 1999).

Figura 2 — Entrada do Museu do Apartheid, Joanesburgo, África do Sul (2024).



Fonte: Fotografia de Jomar Borges dos Santos (2024)

Figura 3 - Negros aprisionados em seu próprio país, registro do Museu do Apartheid, Joanesburgo, África do Sul (2024).



Fonte: Fotografia da autora (2024)

Os registros acima representam a dominação eurocêntrica na África do Sul. Esse processo foi extremamente prejudicial para os africanos, que lutaram fortemente contra o regime do *Apartheid*, o qual limitava o direito de ir e vir em decorrência da

cor da pele. Muitos foram assassinados e outros presos, como Nelson Mandela. Embora esse regime tenha sido abolido, os negros no país ainda se sentem aprisionados, pois não possuem autonomia para vivenciar suas culturas e aspirações em sua totalidade. Além disso, os resquícios desse regime são notórios, especialmente ao circular pelas áreas centrais e visitar o bairro de Soweto, onde há evidência da divisão das moradias pela cor da pele.

Contudo, para da segregação racial, o sequestro de pessoas do continente africano resultou no processo de deculturação que, segundo Ortiz (2017), visa afastar os indivíduos de sua cultura, estimular a desvalorização cultural e enaltecer a cultura dos colonizadores, enquanto mantém a estrutura para facilitar a exploração das riquezas e dos territórios de origem dessas pessoas. Durante esse período, a colonização foi responsável pela desumanização e inferiorização dos corpos negros e indígenas, sob a prerrogativa de que esses povos não eram merecedores das terras nem dos conhecimentos que possuíam. Com isso, promoveram o genocídio, epistemicídio e linguicídio dessas populações, com o intuito de validar um único conhecimento dominante, enquanto os demais eram marginalizados, como nos recorda Grosfoguel (2016).

Além desses fatores determinantes para a exclusão desses grupos, foram impostas leis excludentes na sociedade durante o período escravocrata e pós-abolição, pois os negros eram vistos como mercadoria. Eram proibidos de comprar terras, de estudar, entre outras restrições que impediam o pleno exercício de sua "liberdade". Mesmo após a abolição da escravatura, leis como a da vadiagem criminalizam a presença de pessoas negras nas ruas, iniciando um processo de encarceramento em massa que persiste até os dias atuais.

Outra estratégia de dominação foi a criação do racismo científico, cujo objetivo era reforçar a ideia de que os negros não eram inteligentes e que seus atributos físicos eram predominantes. Um dos exemplos mais evidentes desse tipo de racismo foi o caso da "Vênus Hotentote", que conta a história da sul-africana Sarah Baartman (1789–1815). Seu corpo foi exposto por décadas em museus para validar discursos sobre anomalias e justificar a hipersexualização da mulher negra, visando manter o sistema de opressão e universalizar ideias sobre o feminismo negro. Seus restos

mortais foram repatriados somente em 2002 e enterrados na Cidade do Cabo durante o governo de Nelson Mandela (Damasceno, 2008).

No Brasil, esse discurso do racismo científico se intensificou após a abolição da escravatura, mas foi veementemente combatido por intelectuais negros, especialmente por Manuel Raimundo Querino (1851–1923), que, entre 1903 e 1923, publicou inúmeros artigos e livros refutando teorias sem fundamento científico. Além disso, defendeu a democratização da educação para todas as classes sociais e a inserção dos ex-escravizados no mercado de trabalho, como relata Schueler (2013). Conforme nos lembra Dalgalarro (2000), outro personagem importante na desconstrução dessa teoria foi o médico psiquiatra negro Juliano Moreira (1873–1933), responsável por dissociar a ideia de que a mistura de raças era um fator determinante para o aparecimento de doenças. Ele também aboliu o uso de coletes e camisas de força, além das grades de ferro nas janelas dos hospitais psiquiátricos, humanizando os tratamentos. Foi ainda fundador de jornais científicos na área da psiquiatria e possuía uma vasta produção acadêmica.

Diante disso, o racismo se constitui como um processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra indivíduos ou grupos sociais considerados diferentes. Assim, surgem diferentes formas de racismo, como o racismo simbólico, que vê os outros como ameaça aos valores, à economia e à cultura do grupo dominante e o racismo moderno, que propaga a ideia de que grupos racializados estão recebendo mais do que merecem e, com isso, violam os direitos dos brancos (Lima, Vala, 2004).

O racismo institucional, por sua vez, produz desigualdades raciais nas instituições, manifestando-se sutilmente e dificultando o acesso da população negra a um tratamento digno. Isso se evidencia nos atendimentos em postos de saúde, nas abordagens policiais, na vigilância excessiva de segurança em shoppings, entre outras situações (Souza, 2011; Guimarães, 1999). A partir deste conceito, surgem também outras formas de racismo, como o estrutural, o recreativo, o estético e o ambiental. O racismo ambiental, por exemplo, evidencia a ausência de políticas públicas voltadas às condições de moradia da população negra, que majoritariamente reside em periferias abandonadas pelo poder público e exploradas por facções criminosas.

Racismo pode, ademais, referir-se não apenas a doutrinas, mas as atitudes (tratar diferencialmente as pessoas de diferentes raças e culturas, ou seja, discriminar) e a preferências (hierarquizar gostos e valores estéticos de

acordo com a idéia de raça ou de cultura, de modo a inferiorizar sistematicamente características fenotípicas raciais ou características culturais). (Guimarães, 1999, p. 105).

Esses tipos de racismos difundiram-se rapidamente por meio dos atos e da literatura, como a obra de Gilberto Freyre (1900–1987), *Casa Grande & Senzala*, publicada em 1933, que romantizava a escravidão, descrevendo-a como benéfica para os povos originários e africanos (Lehmann, 2008). A partir disso, criou-se o “mito da democracia racial”, ignorando a existência do racismo, das desigualdades sociais e raciais no país e implantando a ideia do falso universalismo de que os povos viviam em plena harmonia mesmo com as desigualdades evidentes, resquícios do período escravocrata e de leis excludentes que eram exigidas para manter o controle social e os privilégios da branquitude (Gonçalves; Mucheroni, 2021).

Isto se estende ao escritor Monteiro Lobato (1882–1948) que em suas obras retratava personagens negros de forma pejorativa e extremamente racista, porém por muitos anos foi considerado o pai da literatura infantil, sendo que este foi um dos maiores apoiadores do movimento eugenista no país, o qual tinha como propósito a miscigenação racial para clarear o Brasil e exterminar a população negra (Mendes; Maia, 2019).

Ressalta-se que as obras citadas acima são responsáveis pela estruturação do pensamento da elite brasileira presente até os dias atuais, eximindo-se dos benefícios da escravidão e reforçando o mito da democracia racial e da meritocracia. Neste contexto, chama-se a atenção desses autores serem reconhecidos pela sua produção, enquanto outros como João Cândido, Manuel Querino, Juliano Moreira, Lima Barreto, Maria Firmina, Maria Felipa, Carolina Maria de Jesus e todos que vieram antes não tiveram o seu reconhecimento na literatura e as suas vozes foram silenciadas.

Outro fator que marca a história do racismo no Brasil é o processo de embranquecimento forçado citado por Nascimento (2009), pois se trata de uma das tentativas frustradas de negar a existência deste grupo no país e, ao mesmo tempo, apagar a história da escravidão. O autor nos recorda que no século XVI havia 20.000 africanos e descendentes no Brasil contra 10.000 brancos e 35.000 indígenas, pois após a abolição se pensou em políticas para embranquecer para a formação da população brasileira, mas para isso foram necessários incentivos para que imigrantes europeus viessem ao país.

Dava-se o início, o projeto de branqueamento da sociedade brasileira era a tese de João Baptista de Lacerda apresentada no Congresso Universal de Raças em 1911, em Londres. Nesta oportunidade, tinha a tese de que negros e mestiços desaparecessem do território brasileiro em cem anos e que o branqueamento estaria concluído como 80% da população branca, indígenas 17% e mestiços 3%, conforme aponta (Souza; Santos, 2012) em seu estudo acerca da miscigenação no Brasil. Segundo Lacerda, isso se daria devido à seleção dos mestiços como “seleção sexual” por parceiros que permita trazer aos seus descendentes o tipo “branco puro” e remover as características negras dos seus filhos. Tal fato, pode ser observado na pintura de Modesto Brocos y Gómez, intitulada “Redenção de Can”¹.

Figura 4 - Redenção de Can (1895), de Modesto Brocos



Fonte: Enciclopédia Itaú (2025)

Para Devulsky (2021), isso se deu porque ser branco é estar livre do parâmetro avaliativo, portanto, é ser a regra tentar encaixar nos moldes dos brancos existenciais, enquanto ser negro é se aproximar da africanidade. Por isso, os pardos tendem a migrar em larga escala para o grupo branco, contudo jamais poderão gozar do privilégio branco, enquanto a sociedade estiver economicamente organizada para explorar essas distinções.

¹ Editores da Enciclopédia Itaú Cultural. **A Redenção de Can**, 1895. Modesto Brocos. 22. maio. 2024. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>. Acesso em: 27 jun.2024.

Embora houvesse esse movimento significativo para a miscigenação e o projeto de embranquecimento, seguia o curso com a imigração de 3,99 milhões de europeus para o país durante 30 anos entre o fim do século XIX e início do século XX. Com todos os esforços empregados, observou-se que, na década de 1950, os números de pardos e brancos expandiram, enquanto os de pretos e indígenas diminuíram. Nascimento (2009, p.90, grifo nosso) denuncia que, após este censo, o de 1970 foi omitido pela lógica de que “os **pretos** perdem em quantidade e ganham pouco, **pardo** ganha muito mais do que perde, **branco** ganha mais e não perde nada”.

Em números atuais do (IBGE, 2022), pretos e pardos compõem 56% da população brasileira, ou seja, a tese de Lacerda foi totalmente refutada há 14 anos, e os dados nos mostram um crescimento gradativo nos próximos anos, pois os negros estão se tornando sujeitos políticos, e muito disso se deve à implementação da lei 10.639/2003 Brasil (2003) pelo engajamento de ativistas comprometidos com a educação antirracista que permite que estes possam alçar lugares por muitos anos quase inacessíveis para jovens periféricos.

Rodrigues (2009) elenca os efeitos da lei para os estudantes negros: como elevação da autoestima dos estudantes resultante na construção identitária positiva, uma construção de identidade positiva nos relacionamentos interpessoais. Outro ponto importante que a autora reflete é sobre a possibilidade destes identificar, refletir, reagir e neutralizar as brincadeiras e piadinhas racistas no ambiente escolar.

Ainda segundo, Rodrigues (2009, p.39) Isso se dá:

Graças à atuação dos Movimentos Sociais Negros, tivemos acesso a uma narrativa totalmente diferente! A de um mundo rico em cultura e saberes tradicionais! Aprendemos sobre o berço da humanidade e sobre todas as inverdades que nos contaram.

Observa-se, então, que o papel dos movimentos negros não se resume somente em reivindicar direitos e reparação histórica, mas se estende à necessidade de emancipação e empoderamento do povo preto, a partir das suas vivências e experiências que geram conhecimento nascido na luta, por isso este se torna um movimento educador que se consolida a partir de saberes específicos sobre a questão racial.

Conforme aponta Gomes (2017, p.16), “os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes constituídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos na nossa sociedade”. Esses conhecimentos são constituídos e

elencados nas disciplinas de sociologia, antropologia e educação, que indagam o conhecimento científico, fazendo emergir novas temáticas e conceitos que dinamizam o conhecimento.

Nogueira (2021) diz que a educação multicultural não libertou os negros das imagens negativas criadas pelos brancos, tornando necessário buscar caminhos para destruir e construir novas imagens e narrativas positivas.

Por isso, a lei torna-se fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade capaz de refletir sobre os impactos negativos evidentes que o processo de escravização trouxe e traz para a população negra no país. Sendo assim, não se pode ignorar e esquecer deste passado, pois ele está posto pelo projeto de extermínio sistemático direcionado à população negra, seja pelo genocídio de jovens negros, pela falta de acesso às políticas públicas satisfatórias que preencham as lacunas deixadas pela falsa abolição que não os inseriu na sociedade, deixando-os às margens, adotando-se o discurso da falaciosa predisposição natural para subalternizar este grupo.

Neste contexto, torna-se evidente a necessidade de buscar uma nova narrativa a partir dos próprios sujeitos para não reverberar uma história única como aconteceu ao longo dos anos. Chimamanda Adichie adverte para o *perigo de uma história única* daquela contada pelo colonizador e que silenciou inúmeros intelectuais e escritores negros, imputando-lhes a máscara do silenciamento. Dentre estes silenciados, citamos: Lima Barreto, Maria Firmina dos Reis, Machado de Assis, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento e dentre outros que tiveram os seus escritos e estudos silenciados pelo racismo na época que constantemente ignorava a produção destes autores e a etnia, como Machado de Assis, os quais são vítimas diretas no epistemicídio brasileiro.

A construção de uma educação antirracista significa romper com paradigmas limitantes e estereótipos criados pelo grupo dominante para alimentar disparidades nas relações de poder que acentuam as desigualdades sociais e raciais existentes entre os grupos étnicos.

3 A EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL: DAS INJUSTIÇAS ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS

A população negra foi historicamente negada na história do Brasil, posta à margem, silenciada e invisibilizada. O regime escravagista trouxe sérios prejuízos, resultando em pobreza e na baixa qualidade do ensino acessível a essa população. Diante disso, fica evidente que o Estado e a elite projetaram uma sociedade ideal que permitia o acesso à educação somente àqueles pertencentes a grupos étnicos privilegiados, enquanto os demais eram excluídos desse projeto. Como consequência, as políticas de acesso à educação foram estruturadas desigualmente.

A Constituição de 1824 (Brasil, 1824) não reconhecia os negros escravizados e, em larga escala, os africanos, pois não eram considerados brasileiros, segundo o artigo 6º, item 1. Além disso, o Decreto 1.331 (Brasil, 1854) proibia escravos e pessoas com doenças contagiosas de se matricularem nas escolas, sob a justificativa de que esses indivíduos poderiam "contaminar" os demais com sua cultura, considerada primitiva e associada à África (Passos, 2010). Ademais, Barros (2016) retrata, em seus estudos, a reprodução dessa política em diversos estados, proibindo a população negra de frequentar instituições de ensino. Além disso, a Lei de Terras (Lei n.º 601, Brasil, 1850) impedia que negros adquirissem terras, reforçando mecanismos para sua exclusão dos espaços educacionais e de desenvolvimento econômico.

Gonçalves e Silva (2000) citam a Lei do Ventre Livre (Brasil, 1870), que concedia liberdade aos filhos de mulheres escravizadas, determinando que os senhores garantissem a educação dessas crianças ou as entregassem ao Estado, recebendo uma indenização em troca. No entanto, os autores apontam que "os documentos e os estudos nos mostram que os proprietários de escravos não entregaram as crianças ao Estado, tampouco as educaram" (p. 37). Dados indicam que, entre 1871 e 1885, nasceram 403.827 crianças nessa condição, mas somente 113 foram encaminhadas ao Estado e matriculadas em instituições de ensino. Fonseca (2002) identifica que a educação destinada às crianças negras era voltada para o trabalho, mantendo a lógica produtiva do período escravocrata. Essa educação se dividia em três vertentes: formação para o trabalho produtivo; educação moral, de caráter religioso, para adaptação à sociedade; e instrução disciplinar, voltada para a supressão dos "supostos" vícios herdados da senzala. A cultura da leitura e da escrita

era negada a essas crianças, pois poderia comprometer o sistema produtivo. O autor conclui que "[...] embora fossem as crianças negras que estivessem em questão e sob o foco da ação e do discurso do governo e dos abolicionistas, não era como crianças que elas eram efetivamente tratadas, mas sim, como trabalhadores negros do futuro" (Fonseca, 2002, p. 62). Vieira (2020) resgata a luta dos ex-escravizados pelo direito à educação. Em 1895, um grupo enviou uma carta ao Ministro da Casa Civil reivindicando a matrícula de seus filhos em escolas regulares, anos após a abolição da escravatura. No entanto, a educação oferecida a essa população mostrou-se ineficiente, sendo utilizada como estratégia para manter esses grupos marginalizados e em situação de empobrecimento. Além disso, mecanismos foram criados para manter essa estrutura excludente nas universidades públicas, que passaram a selecionar somente os "melhores", tornando esses espaços predominantemente brancos e elitizados (Guimarães, 2021).

Enquanto um ensino deficitário afastava esses grupos da universidade, leis foram criadas para continuar favorecendo as elites. Um exemplo disso é a "Lei do Boi" (Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968), que garantia vagas nas universidades para filhos de agricultores. Essa lei só foi revogada em 1985 (Lei nº 7.423), após o fim da ditadura militar, permanecendo em vigor por 17 anos sem passar por reavaliações, o que privilegiou um único grupo étnico da sociedade brasileira.

Gonçalves e Silva (2000) relatam as lutas do movimento negro pela conscientização da importância da educação para a ascensão social. Jornais voltados para a população negra foram criados, mas seu alcance era limitado, pois poucos eram alfabetizados. Assim, grupos se reuniam para que aqueles que sabiam ler transmitissem as notícias aos demais. Gomes (2016, p. 742) afirma que "a falta de acesso à educação e a extensão da escolaridade para a população negra também pode ser entendida como fator de exclusão ao acesso às bibliotecas". O acesso aos livros era restrito aos conventos e ordens religiosas, que impunham sua visão ideológica e elitizada, limitando o conhecimento àqueles com maior poder aquisitivo e excluindo outros grupos.

Dessa forma, observa-se que os investimentos em bibliotecas, de modo geral, foram prejudicados, pois, por muito tempo, esses espaços foram entendidos como instituições de caráter privado e elitizado, voltadas para atender aos interesses pessoais e ideológicos da elite (Gomes, 2016). A educação sempre foi um território de disputa para o movimento negro. Mesmo com as dificuldades de acesso à leitura,

moradia e condições básicas de sobrevivência, a luta pela igualdade no ensino médio, técnico e superior continua sendo uma constante. Além disso, ressignificar a história e o papel da população negra no Brasil tornam-se fundamental para garantir a valorização desse grupo.

Diante disso, no próximo capítulo, iremos discorrer sobre os mecanismos adotados para resistência da população negra, através das leis para o reconhecimento e a valorização deste povo que ajudou a construir o país, sendo uma forma de combater o apagamento histórico e preservar a memória. Além disso, apresenta os avanços obtidos por meio de políticas de ações afirmativas que visam garantir o acesso destes grupos na educação e no serviço público tornando-se uma realidade a promoção da igualdade.

2.1 Dos arquivamentos, das resistências, das lutas pela Lei 10.639/2003 e os vetos e avanços das políticas de ações afirmativas

Como vimos anteriormente, o direito e o acesso à educação para a população negra foram conquistados por meio de um percurso tortuoso, uma vez que a educação foi historicamente concebida como um espaço restrito a determinados grupos sociais. No entanto, tornava-se essencial que esses espaços passassem a incluir e representar os diferentes grupos étnicos da sociedade brasileira. Mais do que isso, era necessário produzir uma nova narrativa a partir da perspectiva dos sujeitos negros, distanciando-se dos estereótipos e do mito da democracia racial, que historicamente contribuíram para a construção de uma identidade negativa.

Nesse contexto, torna-se fundamental ressignificar a história e o papel da população negra na construção do Brasil. A escola se configura como um espaço profícuo para o combate ao racismo e para a construção de uma identidade positiva do negro. Dessa forma, desde a educação infantil, as crianças passam a ter referências negras tanto no corpo docente quanto nos materiais didáticos. O Movimento Negro acompanhou as lutas no continente africano pelo fim do *apartheid* e nos Estados Unidos pelo fim da segregação racial (Paula, 2008). Com isso, iniciou-se um movimento para contar a história da África e de sua diáspora a partir de uma perspectiva afrocentrada (Mucale, 2023), colocando os sujeitos negros como protagonistas de suas próprias trajetórias e vivências.

Desde 1983, a luta do Movimento Negro manteve-se forte na busca por igualdade e inclusão da população negra na sociedade, sendo constantemente defendida por Abdias Nascimento, militante e deputado federal à época. Durante seu mandato, ele submeteu um projeto para a implementação de políticas de ações afirmativas, denominado "ação compensatória". No entanto, a proposta foi rejeitada sob a justificativa de que esse era um "problema dos outros" (Estados Unidos e África do Sul), negando-se a existência do racismo e da discriminação racial no Brasil. No mesmo ano, Abdias Nascimento também apresentou um projeto para incluir o ensino da cultura afro-brasileira na educação básica e nos cursos superiores, visando transformar o imaginário social brasileiro. No entanto, o projeto foi arquivado (Nascimento, 2014). Nesse ponto da história, Paula (2009) destaca que os militantes afro-brasileiros compreenderam a educação como um caminho para a resistência, a consciência negra e, futuramente, a inclusão da história negra nos currículos escolares. Um dos avanços conquistados pelos militantes foi a criação da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931, por ativistas negros paulistas.

Esse foi o mais amplo movimento negro do século XX em nível nacional, e seu objetivo era afirmar o negro como cidadão brasileiro. Os membros da "frentenegrina" vestiam-se de branco e recebiam treinamento militar, além de portar carteiras de identificação que lhes garantiam certo respeito por parte das autoridades policiais (Paula, 2009; Munanga; Gomes, 2003). Em 1936, a FNB transformou-se em um partido político, adotando um viés autoritário e nacionalista. Por esse motivo, era considerado um partido majoritariamente de direita, com influência do fascismo europeu, uma vez que não propunha uma transformação social profunda, limitando-se a afirmar a existência do preconceito de cor. No entanto, a educação era uma prioridade para o partido, que criou uma escola noturna para alfabetizar jovens e adultos negros (Paula, 2009).

Com o golpe de Estado em 1937, o partido foi fechado, assim como as demais agremiações políticas, e enfrentou os desafios impostos pela ditadura militar. Desde a abolição da escravatura, jornais alternativos, conhecidos como "imprensa negra", foram utilizados como ferramentas de denúncia, resistência e afirmação da população afro-brasileira. Um exemplo disso foi o jornal *A Voz da Raça*, que foi fechado nesse período. A FNB tentou resistir por mais um ano, sendo rebatizada como União Negra Brasileira, mas suas atividades foram encerradas em 1938 (Paula, 2009; Munanga; Gomes, 2003).

Apesar das controvérsias em torno do partido, não se pode negar a importância da Frente Negra Brasileira para a população negra ao oferecer oportunidades de organização, educação e combate à discriminação racial. Como destaca Gomes (2023, online): "Ela desempenhou, na história do negro brasileiro, um papel que o Estado não ocupou: ofereceu escola, assistência na área de saúde e social, e teve uma atuação política muito marcante."

Outro marco importante para o Movimento Negro foi a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944, fundado por Abdias do Nascimento, Aguinaldo Camargo, Sebastião Rodrigues Alves e Solano Trindade. Essa iniciativa surgiu como uma forma de protesto contra a ausência de atores negros nos palcos brasileiros tinha como objetivo promover a libertação cultural da população negra (Paula, 2009). Gomes (2023, online): "Ele queria dar uma leitura a partir do olhar do próprio negro e da herança africana à cultura produzida pelo negro no Brasil, distanciando-se da forma ocidental de entender e ver a cultura negra."

Além disso, o TEN criticava as escolas de teatro da época e foi responsável pela publicação do *Jornal Quilombo*, que abordava o ambiente político e cultural e mobilizava a prática antirracista no Brasil. O jornal tinha uma visão crítica sobre o racismo e a situação do negro no país, dando espaço para intelectuais negros e brancos. Também promovia o pensamento intelectual afro-brasileiro e reafirmava a identidade e a cultura negra como compromisso político (Paula, 2009; Gomes, 2023). Paula (2009) relata que entre 1965 e o final da década de 1970, não houve um ambiente favorável para pesquisas e discussões sobre as relações étnico-raciais no Brasil, pois o tema passou a ser tratado como uma questão de "segurança nacional" durante a ditadura militar.

Com a abertura política no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, os movimentos negros voltaram a se reorganizar, embora ainda enfrentassem forte repressão. Durante essa década, o Movimento Negro assumiu um caráter mais crítico ao nacionalismo e passou a denunciar os efeitos negativos do projeto de embranquecimento, inspirado na luta dos negros americanos e na emancipação colonial africana. Nesse contexto, surgiu o slogan "Negro é Lindo" como forma de resignificação da identidade afro-brasileira (Paula, 2009). Após o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã", o racismo foi finalmente reconhecido como crime de injúria racial. No

entanto, algumas propostas relacionadas à questão racial foram reduzidas ou omitidas, como a implementação de ações afirmativas (Gomes; Rodrigues, 2018).

No campo da educação, a Constituição determinou a obrigatoriedade do ensino da história da África nos currículos escolares. Ainda assim, as reivindicações do Movimento Negro não foram completamente atendidas, pois o currículo escolar somente sinalizava a necessidade de refletir a diversidade racial brasileira, sem trazer medidas concretas de inclusão (Gomes; Rodrigues, 2018). Em 1996, Bollmann e Aguiar (2016) relatam que houve nova tentativa de incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira. No entanto, o debate enfrentou embates políticos e ideológicos, refletindo as contradições de um país recém-democratizado, ainda marcado por profundas desigualdades sociais.

A Lei 9.394/96, no artigo 26, parágrafo 4º (Brasil, 1996), estabelece que: “O ensino da História do Brasil **levará em conta** as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente as matrizes indígena, africana e europeia.” Em 2001, durante a Conferência de Durban, os governos reconheceram a escravidão como um crime contra a humanidade e comprometeram-se a adotar políticas de reparação e ações afirmativas para a população negra, promovendo sua plena integração na sociedade.

Em decorrência, diversas medidas foram tomadas. A nível de governo federal destaca se: em 2002 foi criado o Programa Nacional de Ações Afirmativas que lançava medidas de inclusão para afrodescendentes, mulheres e pessoas com deficiência; no mesmo ano o Ministério da Educação lançou o Programa Diversidade na Universidade que criava bolsas de estudo e premiações para alunos de instituições que desenvolvessem ações de inclusão [...] (Guimarães, 2021, p.83).

Pinotti (2016) relata o processo histórico da lei 10.639/2003 que envolvem ações conjuntas com ativistas do Movimento Negro e membros do PT (Partido dos Trabalhadores) que na década de 1990 era o único que possuía uma Secretária Nacional de Combate ao Racismo e que houve vários projetos de ações afirmativas e que esses não foram aprovados porque como diz no meu político o movimento negro não tinha *Lobby* que significa influência ou contato profissional.

Inicialmente era defendido que deveria ser criada uma disciplina para trabalhar as literaturas africanas e afro-brasileiras, porém a LDB (Lei das Diretrizes e Bases da

Educação Nacional) impede a criação de disciplinas, mas possibilita a alteração dos conteúdos. Então, o projeto foi formulado e houve a mudança de “disciplinas” para “conteúdos” da história da África (Pinotti, 2016; Dias, 2005)

Sendo assim, o projeto foi apresentado ao Congresso Nacional no dia 11 de março de 1999 pelos deputados federais Ester Grossi e Ben-Hur Ferreira (militante do Movimento Negro de Mato Grosso do Sul), foram quatro anos tramitando, mas a falta de *lobby* impedia a aprovação, mas com a eleição do Governo Lula o apoio com o PT consolidado a lei é aprovada com 8 dias após a posse do primeiro presidente do Brasil do século XX (Pinotti, 2016; Dias, 2005). O Movimento Negro sempre teve a compreensão de que para terem as suas pautas atendidas teria que se alinhar em algum partido político, mesmo entendendo que a pauta racial não seria prioridade dentre as suas contradições. Por fim, a lei 10.639/2003 foi instituída que **torna obrigatório** o ensino da cultura africana e afro-brasileira na educação básica. Contudo, Carneiro (2011, p.23) reflete sobre os vetos de dois artigos: o primeiro exigia que 10% do conteúdo programático fosse dedicado à temática negra nas disciplinas de História do Brasil e Educação Artística.

O outro determinava cursos de capacitação de professores com a participação de entidades do movimento negro, de universidades e instituições de pesquisa. Foi justificado para não dar abrir precedentes para as demais leis porque feria o princípio da isonomia e por não estar previsto na LDB, independentemente da relevância ou da necessidade do aprimoramento dos docentes para ministrar o conteúdo (Pinotti, 2016).

Ambos os artigos foram vetados, ao serem considerados inconstitucionais. Caso estes artigos não tivessem sido vetados, o panorama atual seria outro e não haveria a abordagem de modo “optativo” e/ou a cargo de docentes comprometidos com a causa. Os vetos escarraram as problemáticas da aplicabilidade da lei, por ser pensada para além dos gabinetes após reivindicações históricas do movimento negro, mas que devem segundo (Pinotti, 2016) as secretarias municipais, estaduais e federais devem assumir a responsabilidade quando a aplicação. Tais ações deveriam visar o enfraquecimento do racismo e a valorização da diversidade.

De todo o modo, a aprovação da lei fortaleceu o Movimento Negro, principalmente, ao criar na estrutura do governo SEEPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) no dia 21 de março do mesmo ano, a data que comemora o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial (Dias, 2005;

Pinotti, 2016) e que seria mais tarde também do Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, sancionada pela lei 14.519/2023².

Em 2009, foi lançado pelo Ministério da Saúde a 1ª política de Saúde para a população negra, por conseguinte, em 2010 foi promulgado o Estatuto de Igualdade Racial, que a lei 12.288, de 20 de julho de 2010 (Brasil, 2010), que definiu discriminação racial e trouxe a adoção de políticas de ações afirmativas cujo intuito é reparar e corrigir desigualdades históricas que visam beneficiar a classe política dominante (Guimarães, 2021).

Em 1940, Carolina Maria de Jesus já refletia sobre as políticas afirmativas por meio do seu poema, *feijões*, que reflete sobre os acessos nesses espaços por um determinado grupo, enquanto outros ficam à margem de ocupar esses locais.

O feijão branco é da alta sociedade.
 Na sua casa o feijão preto não pode entrar
 Será que existem desigualdades
 Que deixa o feijão preto lamentar
 Nas grandes universidades
 feijão preto não pode ingressar
 Será que existem as seleções
 Preto para cá e branco pra lá"

Ratts e Rios (2010) Destacam que neste período entre as décadas de 1940 e 1950 a desigualdade racial no âmbito educacional era discrepante, pois não havia estímulo das pessoas negras cursarem o ensino superior, sendo um espaço inacessível para esses grupos. Hélio Santos (2003) refere isso como as cotas de brancos cujo objetivo é educar as gerações de elite para lidarem com o poder que herdaram de suas famílias. Almeida (2018) explica que quem tem muito dinheiro adota de todas as formas para pagar o mínimo de impostos possíveis, com isso quem financia de fato o ensino, pesquisa e extensão nas universidades são as classes mais baixas. Sendo uma forma de naturalizar a pobreza e as desigualdades raciais e sociais e manter o sistema de opressão em pleno funcionamento.

As cotas são uma medida para corrigir as desigualdades raciais e sociais. Para garantir o acesso dessas pessoas à universidade. Hamu (2014) reflete sobre uma das ações do movimento de se criar cursos pré-vestibulares para jovens negros. Uma das

² Xavier, Luis Gustavo. Lei que cria o Dia Nacional das tradições de matrizes africanas é sancionada. **Câmara dos deputados**, 06 jan.2023. Disponível em: <https://bit.ly/3PFnNEC>. Acesso em: 16 jan.2025.

iniciativas foi o Educafro (Educação e Cidadania de Afro, Adolescentes e Carentes), que contava com a colaboração de professores voluntários para o desenvolvimento das ações.

É importante frisar que as ações afirmativas começam muito antes da lei federal, por haver luta dos movimentos sociais e políticos que levaram mais de uma década de negociação/reivindicações frente ao governo federal. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2008) apresenta em seu artigo os primeiros passos do Programa de Ações Afirmativas da UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos) que iniciou os estudos e debates sobre a necessidade e importância dos programas em 2005, sendo este aprovado em dezembro de 2006 pelo Conselho Universitário (ConsUNI) e o Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade.

Desde então, os números de vagas foram aumentando gradativamente. De 2008 a 2011, o percentual de vagas destinadas às pessoas negras e indígenas era de 20%. De 2011 a 2013 esse percentual subiu para 40%. De 2014 a 2016 subiu para 50%, sendo destinada 35% para candidatos negros (Silva, 2008).

No Estado do Rio de Janeiro surgiram as leis de cotas nas universidades (UERJ, UNEB) e depois da Bahia pela universidade (UFBA), seguida pelo Estado do Mato Grosso do Sul (UFMS) e por fim por Brasília pela (UNB). Essas iniciativas foram cruciais para pressionar o governo na busca de superação da desigualdade racial e social. A pressão surtiu efeito e em 2012, se institui a lei 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), que abrange todas as instituições federais (Ferreira, 2018).

Vale lembrar que, em 2009, deputados do partido dos Democratas (DEM) durante neste percurso questionaram os atos administrativos do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília (Cepe/UNB) sobre as políticas de cotas, justificando que a política feriria vários preceitos fundamentais da Constituição Federal. Porém, os ministros do Superior Tribunal Federal (STF) consideraram por unanimidade constitucional as políticas adotadas pela UNB, baseadas no princípio da igualdade que corrige as desigualdades concretas, considerando o [...] déficit educacional e cultural dos negros, em razão de barreiras institucionais de acesso às fontes da educação. (STF..., 2012).

Como nos recorda Gaia; Scorsolini-Comin (2020, p.10), “[...] as universidades públicas sempre quiseram negras e negros longe das suas cadeiras”. Tanto que o autor relembra que a Universidade de São Paulo (USP) foi uma das mais resistentes em adotar o sistema somente em 2017, sendo considerada no vestibular 2018.

Outra instituição que resistiu à adoção de cotas foi a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que após ampla discussão adotou o sistema somente em 2017, mas o primeiro vestibular foi em 2024 direcionado para o grupo. Tais fatos se referem ao poder oligárquico que chamamos de república, pois não conseguem receber aqueles que foram entendidos estruturalmente para seguir ordens, contrapondo a lógica colonial (Gaia; Scorsolini-Comin, 2020).

As políticas de ações afirmativas não mudam a estrutura de um país com profundas e enraizadas desigualdades raciais, mas, certamente, alteram o cotidiano de determinados espaços ainda majoritariamente brancos, mas antes quase que parcialmente embranquecidos (GAIA; SCORSOLINI-COMIN, 2020, p.13)

Essas políticas objetivam a inclusão de grupos que foram marginalizados e deixados de fora do ambiente universitário financiado pela classe operária do país. (Silva, 2008, p.45) defende que “Ora, uma universidade pública tem que ser representados na comunidade acadêmica, todos os grupos sociais e étnico-sociais que compõem a sociedade. Caso contrário será mantida com recursos públicos, mas servindo a interesses exclusivos de alguns grupos”.

Os grupos privilegiados lutam fortemente contra essa política, se valendo do discurso da meritocracia, e que ao apoiar as cotas iria baixar a qualidade do ensino. Esses indivíduos ignoram os fatos históricos que dificultaram o acesso ao desenvolvimento econômico e impossibilitaram que essas pessoas tivessem a oportunidade de educação de qualidade de forma igualitária.

Nos anos subsequentes, criou-se a lei 12.711 (Brasil, 2012) que reserva 50% das vagas em instituições federais para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência e estudantes de escolas públicas. Em seguida, a lei 12.990 (Brasil, 2014) garantiu a reserva de vagas em concursos públicos para este público a fim de promover a equidade, igualdade e reparação histórica destes grupos que foram historicamente marginalizados e esquecidos pelo poder público e privados dos direitos constitucionais garantidos pela Constituição Federal de 1998, enfim garantindo a diversidade étnica na esfera federal.

Em 2023, a lei 14.723 (Brasil, 2023) abarca ações positivas como a avaliação do programa a cada dez anos, com a divulgação anual da permanência e conclusão dos beneficiados. Amplia o acesso e inclui os quilombolas, prioriza os estudantes em vulnerabilidade social para o recebimento do auxílio permanência e reduz a renda

máxima de 1 salário-mínimo. A lei passou a vigorar no Sisu 2024, ou seja, a lei passa a abarcar outros grupos, atendendo de fato as políticas de ações afirmativas, segundo relator, o Senador Paulo Paim, um dos apoiadores e defensores da lei de cotas, diz:

A lei sancionada é uma das mais importantes políticas públicas sociais da história do nosso país (...). A política de cotas existe porque houve, em séculos, muitos descaminhos na sociedade brasileira, por isso precisamos corrigir esses desencontros. A universidade não podia continuar sendo quase um *apartheid*: negro, indígena, quilombola não entrava (AGÊNCIA SENADO, 2023).

Segundo o senador, isso reflete o quanto as políticas afirmativas colaboraram para que houvesse diversidade étnica nas universidades federais e institutos federais. O sistema educacional público é formado majoritariamente por estudantes pretos, pardos e indígenas, mas quando se trata no ensino superior público, estes eram minorias nestes espaços. Após as leis, estes ambientes passaram a ter outros “corpos” nestes locais que foram sistematicamente negados com a premissa de que estes seriam incapazes de acompanhar os estudantes da elite brasileira que dispunham de todo o aparato para garantir a sua vaga sem concorrência com os demais. Contudo, esse mesmo grupo é que se vale do discurso da meritocracia para garantir a equidade dessas pessoas, reverberando o pacto narcísico da branquitude.

Embora muitas vezes o ambiente acadêmico seja extremamente elitista e racista, esse novo público tende a se sentir não pertencente a esses lugares porque percebe que poucos dos seus estão nestes locais, resultando na evasão e/ou desistência do curso, por considerarem inadequados nesses lugares porque os grupos dominantes demarcam e excluem os outros diferentes e se perpetuam em determinados cursos e áreas. Entretanto, as ações afirmativas abrem a possibilidade do empoderamento dos estudantes acerca da sua individualidade e coletividade, no sentido de promover a mudança no grupo em que este se encontra inserido (Berth, 2022, p.52).

Para além das conquistas na busca de equidade em 2023, instituiu a lei 14.532, (Brasil, 2023), que equipara o crime de injúria racial por racismo, que traz a dimensão das ofensas raciais dirigidas ao indivíduo que se estende ao grupo étnico ao qual este pertence. Para o movimento negro, este foi um avanço significativo considerando o contexto histórico acerca dos crimes cometidos contra a população negra, os quais tiveram o seu direito de liberdade e a educação tolhidos por este sistema de opressão.

Por fim, elencamos neste capítulo a importância das leis para a inserção da população negra na sociedade brasileira, as quais foram fundamentais para o desenvolvimento educacional, econômico e social deste grupo, sendo um dos mecanismos importantes para o combate do racismo e das injustiças sociais que atingem este grupo.

3 AFROCENTRICIDADE, DECOLONIALIDADE, CONTRA-DECOLONIALIDADE FRENTE A AGENDA 2030

Para pensar a afrocentricidade de Asante (2016), que é repensar o lugar do sujeito africano e seus descendentes dentro da sua própria história e experiências, rejeitando marginalidade e alteridade, o autor ainda assevera dizendo ser o direito de estar onde quer que esteja, isso significa gerar confronto com as estruturas e epistemologias opressivas. Por isso, Carolina Maria de Jesus insistiu em estar neste lugar, na sala de estar onde seu corpo não era aceito, mas a autora marca o seu papel enquanto escritora ao dizer que "Os escritores da academia não quer considerar-me escritora. Mas, o povo quer, então, eu não impreciono-me com a fraquíssima opinião dos escritores da academia" (Jesus, 2021, p.54).

Para Bernardinho-Costa e Grosfoguel (2016), refletem sobre a importância do pensamento negro para a construção da decolonialidade, que, segundo os autores (p.19), "[...] onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos", sendo a conexão do lugar e do pensamento. Para tanto, citam intervenções de inúmeros intelectuais e pesquisadoras(es) negras(os) que propuseram intervenções político-acadêmicas decoloniais que foram forjadas no Movimento Negro, a partir das suas vivências do povo negro na sociedade brasileira.

O pensamento decolonial, segundo Quijano (2015), não tem o objetivo de eliminar a colonização, mas sim superá-la no sentido de desmistificar os saberes e experiências de povos que foram oprimidos e desvalorizados. Portanto, reler autores silenciados na academia significa romper a dominação colonial e ressignificar o papel dos sujeitos, dando voz aos registros e ações que culminaram no reconhecimento das desigualdades raciais que impediram que essas vozes chegassem na academia, sendo uma forma prover a transformação social real na sociedade.

Por outro, o líder quilombola Antônio Bispo dos Santos, ou Nego Bispo, propôs um conceito contra-decolonialismo que é não permitir ser colonizado, mas tem o objetivo de reforçar a cultura dos povos colonizados centrada nos territórios porque tem traços característicos para a transmissão dos saberes e técnicas ancestrais, ou seja, é "um modo de vida que ninguém tinha nomeado" (Santos, 2023, p.38)

Honório (2023) cita como exemplo, a arquitetura contra colonial é orgânica da argila assada no forno de lenha seca da Caatinga, sendo um símbolo de uma resistência criativa que a construção se alinha aos astros. Destaca-se a cozinha o lugar mais necessário, bem cuidado e de festa onde a comunidade compartilha a vida.

Além disto, Nego Bispo elenca a questão das confluências que a relação de convivência com a natureza nos ensina que nem tudo que é igual se mistura. Tanto que Krenak (2019) complementa dizendo que a ecologia dos saberes deve integrar a nossa experiência cotidiana que não precisa ser civilizada para integrar o “clube da humanidade” porque não são indivíduos, são pessoas coletivas que transmitem as suas visões para o mundo.

Diante disso, torna-se evidente a necessidade de suscitar a educação antirracista através do acervo bibliográfico para promover a justiça social, informacional e racial e incentivar o letramento informacional e racial para as relações étnico-raciais, de modo a corroborar com a realidade pautando a necessidade de promover a equidade, e, ao mesmo tempo, atender os pontos cruciais das Diretrizes... (Brasil, 2004, p.22)

O ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira, se fará por diferentes meios, inclusive, a realização de projetos de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social (tais como: Zumbi, Luiza Nahim, Aleijadinho, Padre Maurício, Luiz Gama, Cruz e Souza, João Cândido, André Rebouças, Teodoro Sampaio, José Correia Leite, Solano Trindade, Antonieta de Barros, Edison Carneiro, Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Milton Santos, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Henrique Antunes Cunha, Tereza Santos, Emmanuel Araújo, Cuti, Alzira Rufino, Inaicyra Falcão dos Santos, entre outros).

Os intelectuais citados no documento parte encontram-se disponíveis nos acervos e colaboraram para a construção da identidade do povo preto brasileiro e suscitam o aparecimento de mais intelectuais contemporâneos que referenciam em suas obras autores cânones que dedicaram a vida na luta do movimento negro, sendo uma das principais reivindicações a valorização do negro na sociedade brasileira em todas as áreas de atuação e não apenas nos lugares pré-determinados fundantes para a perpetuação do racismo estrutural.

A Agenda 2030 conta com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para serem implementados em todos os países até 2030, para que assim

“Ninguém fique para trás” que é um compromisso público, de modo que as comunidades possam ser bem-informadas para a tomada de decisões assertivas.

[...] O acesso público à informação permite que as pessoas tomem decisões informadas que possam melhorar suas vidas. As comunidades que têm acesso à informação oportuna e relevante para todos, estão melhor posicionadas para erradicar a pobreza e a desigualdade, melhorar a agricultura, proporcionar educação de qualidade e apoiar as pessoas em matéria de saúde, cultura, investigação e inovação (*International...*, 2015, p.13).

Observa-se que nos trabalhos citados a seguir identificamos uma tendência direta em atender os objetivos da Agenda 2030 que diz respeito às metas e uma delas referenciada com frequência para as bibliotecas, trata-se da ODS 4, educação de qualidade e equidade, que se relaciona diretamente com os objetivos deste trabalho referente ao ensino das relações étnico-raciais por meio da educação básica e superior instituída pela lei 10.639 (BRASIL, 2003), e por conseguinte nas Diretrizes... (BRASIL, 2004).

Souza et al. (2022) definem as bibliotecas dos Institutos Federais como mistas porque se trata da junção de duas tipologias ou mais que se unem em um único espaço. Neste caso, biblioteca escolar e universitária que apresenta desafios e possibilidades de troca de experiências destes grupos distintos, mas que trazem contribuições riquíssimas para o alcance das metas da Agenda 2030 no âmbito das bibliotecas, que oferece um espaço fértil para convivência e compartilhamento de espaços comuns, garantindo acesso igualitário ao público frequentador da unidade de informação.

Para alcançar essa meta, as bibliotecas mistas podem oferecer treinamentos sobre o uso da base de dados e sobre como fazer pesquisas no meio digital, preparando os alunos de Ensino Médio para iniciação à pesquisa; e o estudante universitário para a construção do conhecimento, com o desenvolvimento de técnicas e saberes que os levarão como cidadãos ao mercado de trabalho e à vida (Souza et al., 2022, p.94).

A agenda 2030 tem como compromisso firmar um compromisso conjunto para alcançar objetivos comuns com foco no desenvolvimento humano, sustentável e a superação da pobreza e discriminação.

As bibliotecas, ao proporcionar acesso à informação e habilidades, oferecem oportunidades às pessoas para melhorar suas vidas e contribuem para a tomada de decisões por parte dos governos, das comunidades e outras instituições destinadas a reduzir a pobreza e elevar a qualidade de vida das pessoas em todo o mundo (*International...*, 2016, p. 05).

Pereira et al. (2021) analisam a produção científica da Agenda 2030 relacionada às bibliotecas públicas nas bases de dados da Ciência da Informação (BRAPCI) e no Repositório da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB). No período delimitado entre 2015 e 2021, foram identificados 10 trabalhos nas bases de dados no período indicado. As autoras identificaram que alguns trabalhos trazem ações voltadas para o atendimento das ODS, porém apenas 03 identificam a ODS — Garantia de Educação Inclusiva e 03 ODS — Redução de Desigualdades, os demais não especificam a ODS atendida no trabalho.

Diante disso, destaca-se a importância destes ODS porque abarca diretamente a questão racial e social para transformar a sociedade através da educação, sendo a biblioteca um equipamento crucial para a formação de cidadãos e usuários conscientes dos seus direitos e deveres que são motores fundamentais para o desenvolvimento local com o intuito de promover sociedades democráticas. Pereira et al. (2021, p.6) acrescentam que “[...] toda biblioteca, a ação, deve ser pensada no usuário, mas planejada com ele”.

A palavra *para* indica que a ação foi preparada linearmente (na verticalidade) de cima para baixo, já a palavra *com* implica que o leitor é participante ativo e centro de um processo mais amplo e transversal sendo consideradas as suas necessidades e demandas. (Pereira et al. 2021, p. 6)

No estudo de Costa e Alvim (2021), as pesquisadoras debruçaram-se na busca de artigos relacionados à Agenda 2030. Foram recuperados 40 artigos entre os anos de 2015 a 2019, com destaque para a produção científica no último ano, com 18 artigos. As ODS citadas nos trabalhos referem-se a ODS 4 - Garantir a educação inclusiva e ODS 16 — Promover a Paz e a Justiça. Nos relatos, destaca-se a aplicabilidade das ODS nas bibliotecas de ensino superior, pública e escolar.

Ainda, Costa e Alvim (2021) identificaram as produções por continente e destacou-se o continente africano com 15 produções, com destaque na Nigéria que não avaliam apenas os serviços das bibliotecas, mas avaliam o estado da unidade de informação. Por outro lado, encontraram 7 na Europa, com destaque para a Croácia. Conforme os relatos/experiências/dinâmicas, pode-se observar que os campos de prioridade de investigação na Ciência da Informação dizem respeito ao combate das desigualdades sociais relevantes para o acesso público à informação.

Ao trazer estes intelectuais negros (os) para a Ciência da Informação, é incrementar a justiça informacional e possibilitar uma nova narrativa na ciência, referenciando os sujeitos que foram sistematicamente silenciados pela questão racial, mas que agora faz-se necessário pautar a discussão e fazer ecoar essas vozes no contexto histórico, conceitual e social. Embora este reconhecimento seja tardio, torna-se necessário a aplicação da justiça distributiva irrestrita e de reconhecimento para com estes autores devido à sua relevância para o povo preto.

Para superar essa situação é necessário reconhecer a existência desses sujeitos e processos, bem como dos conhecimentos por eles produzidos, os quais são tão válidos quanto o conhecimento científico. Além disso, é necessário fazer emergir as experiências sociais, culturais e políticas produzidas por esses sujeitos e construídas nesses processos, para compreendê-las e traduzi-las culturalmente e, assim, entender a constelação de saberes que é produzida nas mais diversas experiências sociais no mundo, as quais também são fonte de conhecimento. (Gomes e Rodrigues, 2018, p. 929-930)

Em setembro de 2023, foi anunciada a proposta de criação da ODS 18 Igualdade Étnico-Racial no Brasil na 78ª Reunião da ONU em Nova York pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva para colocar o combate do racismo no centro dos esforços para o desenvolvimento sustentável na Agenda 2030, sendo uma iniciativa voluntária e restrita ao Brasil, mas não é inédita. Na Índia foi criada ODS 18 sobre empoderamento local e desenvolvimento rural, e na Costa Rica, ODS 18 sobre a felicidade e bem-estar das pessoas³.

Os artigos dos pesquisadores do Fio Cruz, já apontavam a oportunidade da criação desta ODS pela igualdade racial. Desde do anúncio, uma equipe coordenada pelo Ministério de Igualdade Racial (MIR), se debruçou para o desenvolvimento das metas e dos indicadores que incluem:

Desde então, foram estabelecidas metas que serão incluídas no ODS 18, entre elas: eliminar a discriminação étnico-racial no trabalho; eliminar as formas de violência contra povos indígenas e afrodescendentes; garantir acesso ao Sistema de Justiça por pessoas negras e indígenas; promover memória, verdade e justiça para a população negra e indígena.

Outras metas do ODS 18 incluem: assegurar habitação adequada e sustentável para a população negra e indígena; assegurar acesso à atenção de saúde de qualidade para a população negra e indígena; assegurar educação de qualidade para a população negra e indígena; garantir diálogo

³ AGENCIAGOV. Conheça o novo objetivo de desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/ods18>. Acesso em: 19 jan.2025.

e participação social para a população negra e indígena; eliminar a xenofobia e tratar imigrantes negros e indígenas com dignidade⁴

Em 2024, após a escolha do logotipo para ODS, o Governo lança a ODS no evento paralelo ao G20 Social que antecede o G20. O evento oportuniza a participação da sociedade civil para a construção de políticas públicas para a ampliação da participação da sociedade no processo decisório da Cúpula das 20 maiores economias do mundo. Contou com a apresentação de painéis temáticos sobre o contexto nacional e global sobre as questões de gênero e raça. Na ocasião, o MIR discutiu o programa Juventude Negra viva e Educação para igualdade.⁵

A criação desta ODS apresenta o comprometimento do Brasil com a questão racial. Destaca-se a importância da sociedade civil para buscar metas para implementação desta nos diversos segmentos de atuação. Portanto, esses são fundamentais para o alcance para busca de equidade de justiça para a população negra e indígena do país.

O Brasil foi um dos últimos a abolir a escravidão e a reconhecer o racismo enraizado e presente em nossa sociedade que insiste em desumanizar esses corpos presentes na academia como intelectuais e produtores de conhecimento, nem sempre reconhecidos pela sociedade como saberes ancestrais e marcados por um apagamento histórico que atravessa esses indivíduos diariamente em virtude da cor da pele.

Diante dos apagamentos e silenciamentos citados anteriormente, se faz necessário compreender os avanços na discussão das relações étnico-raciais na área de Ciência da Informação. Tendo em vista que, a área suscita a discussão por meio dos pesquisadores que se dispõem a investigar a ausência desses estudos na área de conhecimento, mas se colocam como produtores de conhecimento para trazer para academia as inquietações e oportuniza abrir caminhos para um diálogo possível para a produção de novos saberes. Desta forma, possibilita-se mostrar estudos que apresentam as possibilidades para romper com o epistemicídio por meio da comunicação científica através dos eventos da área de Ciência da Informação. Com

⁴ AGÊNCIA GOV. O Governo apresenta ODS 18 sobre igualdade étnico-racial em evento da ONU. **AgenciaGov**, 16 jul.2024. Acesso em: <https://bit.ly/4hkCXeu>. Acesso em: 19 jan.2025.

⁵ Ministério da Igualdade Racial. Governo Federal lança o ODS 18 “Igualdade Étnico-racial em evento paralelo do G20 social. **Ministério de Igualdade Racial**, 15 nov.2024. Acesso em: <https://bit.ly/3WnRcqN>. Acesso em 28 jan.2025.

o intuito de trazer os conhecimentos das margens e colocá-los em evidência neste campo do saber para resgatar a memória ancestral.

4 METODOLOGIA

Este trabalho configurou-se como um estudo de tipo exploratório, com abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica foi utilizada como recurso para a construção do referencial teórico e na apresentação dos resultados, dialogando com pesquisadores da área de biblioteconomia e intelectuais negras(os) ativistas do Movimento Negro.

Adotou-se a pesquisa exploratória como procedimento metodológico, pois, segundo Gil (2022), esse tipo de pesquisa proporciona maior familiaridade com o problema. Como um dos instrumentos para coleta de dados, adotou-se a revisão bibliográfica com o uso de livros, artigos, resumos de eventos e dentre outras fontes para construção do referencial teórico e a discussão dos resultados da pesquisa que discutem a temática étnico-racial no âmbito das bibliotecas.

Os estudos sobre as relações étnico-raciais, como mencionado anteriormente, originam-se das experiências de pessoas negras de forma empírica, portanto, são considerados fontes primárias e secundárias que, segundo Andrade (2010) provenientes das vozes de intelectuais negras(os) que vieram antes pavimentaram os caminhos para que outros pudessem dar continuidade aos estudos e referenciá-los em diversas áreas de conhecimento, a fim de que estes sejam validados na academia resultados do ato de se aquilombar (Souto, 2021).

A pesquisa sobre o perfil de pessoas bibliotecárias negras é fundamental para visibilizar as trajetórias e as contribuições desse grupo na biblioteconomia. Ao investigar a presença e a atuação de bibliotecárias negras, a pesquisa pode contribuir para corrigir a invisibilidade e destacar a importância desse grupo na formação do campo, ajudando a construir uma representatividade mais ampla. Estudar o perfil de bibliotecárias negras permite compreender como as questões raciais influenciam não apenas as práticas profissionais no campo da biblioteconomia, mas também o acesso e a produção de conhecimento na área. A biblioteconomia, enquanto campo de conhecimento, pode ser profundamente impactada pelas perspectivas de indivíduos que vivenciam essas questões na prática cotidiana, o que justifica a necessidade de um estudo focado nesse grupo específico. Ao analisar do grau de escolaridade e das produções científicas das bibliotecárias negras oferece insights sobre as trajetórias acadêmicas desse grupo, além de possibilitar uma compreensão mais aprofundada

sobre como as temáticas étnico-raciais são tratadas dentro das produções acadêmicas e científicas. Nesse sentido O estudo, assim, pode revelar como essas profissionais se apropriam do debate sobre questões étnico-raciais dentro do espaço acadêmico e profissional, revertendo seus saberes em ações concretas anti-racistas e de aquilombamento de acervos. A pesquisa pretende fornecer dados sobre a participação ativa dessas profissionais em espaços de discussão e a importância do engajamento nesses grupos para o aprimoramento de suas práticas e conhecimentos.

Para compreender o ato do aquilombamento das pessoas negras procedeu-se ao estudo do pertencimento racial e nível de escolaridade das(os) bibliotecárias(os) do IFSP e a presença dos profissionais no NEABI, a fim de se identificar como se dá o aprimoramento dos conhecimentos relacionadas às temáticas abordadas pelo núcleo. Os dados foram obtidos por meio da Diretoria de Gestão de Pessoas para identificar o pertencimento racial concomitante à análise do *Currículo Lattes*, a fim de evidenciar e analisar o grau de escolaridade e as produções científicas dos profissionais.

O instrumento de pesquisa adotado foi a pesquisa bibliográfica, que, segundo Lima (2012, p. 41), “[...] se esforça para buscar pistas que auxiliem no desvendamento da realidade construída” a partir da leitura dos acervos bibliográficos, inicialmente constituídos por e para elites, pode se evidenciar nos primeiros estudos no NEABI a ausência e/ou a insuficiência de materiais relacionados à temática étnico-racial. Diante disso, foram realizadas intervenções no acervo para as bibliotecas cumprirem as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 para propiciar o letramento informacional afrocentrado.

Para a identificação do acervo das bibliotecas do IFSP, realizou-se uma pesquisa documental no catálogo bibliográfico *Pergamum*, adotado pela instituição para o gerenciamento das bibliotecas, o qual recuperou dados relativos à quantidade de materiais disponíveis de autoras(es) negras(os) nas unidades. Em uma ação do núcleo informativa e formativa direcionada as (os) bibliotecárias(os), os quais foram orientados a inserir a sigla NEABI no campo 650 que se refere ao assunto no campo MARC durante o processo de catalogação, no momento que fosse observado que a obra catalogada tratava-se da temática. Deste modo, os usuários foram orientados por meio de notícia no site, que para recuperar os assuntos da temática deveria utilizar

como critério de busca, a sigla NEABI para recuperar os títulos da temática étnico-racial.

Para a localização dos materiais, foi realizado um levantamento bibliográfico dos livros disponíveis no acervo, que abordam a temática étnico-racial e discutem a importância do letramento informacional nas bibliotecas, visando atender às leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Com base no procedimento empírico para os projetos qualitativos (Flick, 2021, p. 277) define que “Nas *histórias realistas*, as observações são relatadas como fatos, ou documentadas usando-se citações de declarações, ou entrevistas”. Diante disso, sobre o relato de experiência (Salles, Gomes e Gracioso, 2024) e outros relatos observarmos as possibilidades de projetos de extensão e ações focadas na afrocentricidade que concerne na divulgação do acervo por meio de ações culturais do início ao final do ano com atividades alinhadas à temática étnico-racial no âmbito das bibliotecas realizados por bibliotecários.

As fontes de pesquisa adotadas para fundamentação foram extraídas de livros, bases de dados, artigos científicos, anais de eventos, dissertações e teses, entre outros, que visou enriquecer a discussão ao longo do trabalho.

No capítulo 2, abordaremos a breve história do racismo no Brasil e no mundo, sendo um assunto introdutório para os temas que serão abordados nos seguintes capítulos. Sendo assim, a compreensão do racismo se faz necessária considerando a sua criação e resquícios deste no mundo que acomete outros grupos raciais.

5 RESULTADOS: A CONSTRUÇÃO DE NOVAS NARRATIVAS A PARTIR DO ACERVO SOB A PERSPECTIVA CONTRADECOLONIALIDADE & AFROCENTRICIDADE

A composição demográfica brasileira traz marcas profundas da miscigenação e do processo de escravização dos povos em diáspora africana e dos originários. Sendo que estes sempre existiram e contribuíram para a existência do Brasil que conhecemos, mas sofrem constantemente com a vulnerabilidade informacional por falta de democratização de acesso às necessidades básicas informacionais para sobrevivência.

As bibliotecas têm o papel fundamental para melhorar e resolver os problemas críticos da sociedade, comprometida pela responsabilidade social que preza pela transformação de indivíduos por meio da informação disponível nos acervos, os quais devem prezar pela diversidade étnica, gênero e plural. “A Biblioteca não pode ser pensada separadamente da sociedade” (Sá e Francelin, 2021, p.11).

Tratando-se de bibliotecas e bibliotecários, Morales; Knowles; Bourg (2014, 07) consideram o “um sistema impermeável à subjetividade e à opressão, para um sistema que se escondia na retórica da neutralidade, ao mesmo tempo que continuava a defender injustiças sistêmicas”.

Neste contexto, observa-se que a biblioteconomia é uma área homogênea tanto na formação de profissionais quanto na formação de coleções de pontos basilares para constituição da profissão e na percepção dos profissionais para mudança social neste ambiente que abre as possibilidades para a construção de narrativas decoloniais e subversivas que contribuam para o combate da desigualdade, a marginalização e a injustiças epistêmicas.

Para o combate da hegemonia presente nas bibliotecas é importante refletir sobre a experiência da bell hooks na obra *Ensinando a transgredir* apresentar aos usuários da unidade de informação outras culturas e outras vivências, das quais são conhecimentos produzidos por outros sujeitos, mas que possui valor agregado pela ancestralidade transmitido pela oralidade, pois nem sempre esses estão registrados. Portanto, referenciar, reconhecer as(os) intelectuais negras(os) é uma dívida histórica.

Além disso, (Martins, Chaves, Sobrinho, 2022, p.7) dizem que “É imprescindível, portanto, que o conhecimento científico que os negros acessam os ajude a reformular sua experiência de quase 5 séculos de opressão e apagamento, inclusive no âmbito educacional”. Em contrapartida, torna-se evidente a necessidade de forjar forças para a promoção da justiça social e a equidade, de modo que suscite o exercício do papel social da pessoa bibliotecária para evitar que o desenvolvimento de coleções não seja tendenciosas e baseadas em julgamentos e interesse na unidade.

Por isso, observar a comunidade a ser servida é algo fundamental para a construção deste acervo plural que responda aos anseios dos grupos subvalorizados e subestimados, diferentemente do público citado por Baptista (2023, p.78): “Durante anos, as coleções bibliográficas das bibliotecas universitárias foram influenciadas e utilizadas somente por pessoas que tinham o privilégio de frequentar uma universidade e quem sabe, uma biblioteca”. Este ponto nos leva a refletir sobre a importância e a urgência na aquisição de obras de grupos sub-representados e de uma agenda de justiça social neste ambiente emancipador.

Gomes (2016) ressalta a importância de trazer a afrocentricidade no âmbito das bibliotecas como práticas biblioteconômicas no âmbito de recursos e serviços para abranger a esfera da formação profissional, humana e acadêmica de cunho social voltadas para as pessoas e não somente para o acervo. A afrocentricidade coloca os sujeitos africanos e em diáspora no centro do pensamento e do conhecimento (Asante, 2009, Mucale, 2023).

Gomes (2016, p.740) “Quando o povo negro tem como eixo central o reconhecimento identitário da sua ancestralidade e valores, este torna-se sujeito, protagonista da sua história e não objeto, algo a ser observado e retratado por outros”. Nesse sentido, as práticas profissionais devem ser centradas em narrativas que privilegiam a representatividade negra na biblioteca, trazendo a sua contribuição na construção social, cultural e intelectual da humanidade.

Posto isso, Santos Júnior (2010) a adoção da filosofia *Sankofa* consiste em não devotar um passado idealizado, como uma África mítica, se trata de aprender com as gerações futuras e ter a compreensão que o presente somente é possível pelo passado que precede. Portanto, o pensamento afrocentrado busca desvelar e corrigir distorções decorrentes da história africana.

Diante disso, a formação de acervos afrocentrados, segundo Martins, Chaves, Sobrinho (2022) perpassa sobre o compromisso social do bibliotecário que precisa incentivar e possibilitar o acesso aos conhecimentos plurais que reconheçam a produção científica negra e acrescentem esses materiais ao acervo das bibliotecas.

Esse tipo de acervo abre a possibilidade para a promoção da visibilidade de autores negros no âmbito acadêmico, isto é, existem autores negros em todas as áreas do conhecimento, o que não existe, ainda, é a inclusão desses autores nos acervos, planos de disciplinas e bibliografias (Martins, Chaves, Sobrinho, 2022, p.6).

Tanto que para Lima *et al.* (2018) apresenta a perspectiva de uma biblioteca especializada afrocentrada do NEABI. No estudo, os autores constatarem que dos 159 núcleos no Brasil, existem apenas três instituições que possuem acervos especializados nas Universidades, sendo elas a: Biblioteca de Referência NEAB/UDESC (Universidade Estado de Santa Catarina); biblioteca CEAO do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia e a do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Cândido Mendes.

Destacamos que, nem todos os núcleos, devido a sua estrutura organizacional e/ou física dentro da Instituição, restringe a possibilidade da formação de um acervo especializado na unidade de ensino. Contudo, Lima *et al.* (2018) destacam que independente do tipo de biblioteca.

[...] é necessário contemplar o acervo com materiais que retratem a história, a memória, a cultura e a contribuição africana e afro-brasileira na construção do Brasil e que destaque a representatividade positiva desta população. Neste caso, sugerimos a aquisição de materiais bibliográficos para estas bibliotecas de autores como, Abdias do Nascimento, Carlos Moore, Carolina Maria de Jesus, Cidinha da Silva, Elisa Larkin Nascimento, Ilka Boaventura Leite, Jeruse Romão, Joel Rufino dos Santos, Kabengele Munanga, Lino Guedes, Luís Gama, Lima Barreto, Cruz e Sousa, Machado de Assis, Maria Firmina dos Reis, Muniz Sodré, Nilma Lino Gomes e Paulino de Jesus Francisco Cardoso, que tratam de assuntos referente ao Movimento Negro, Ações Afirmativas, História da África, Racismo, Escravidão, Literatura Afro-brasileira, Cultura Afro-brasileira, Poesia Afro-brasileira, entre outros assuntos.

Portanto, a presença da afrocentricidade na biblioteca condiciona a pensar na diversidade étnico e cultural no acervo que perpassa sobre a necessidade de pensar na seleção dos materiais disponíveis e o público em que se pretende atender produzindo as narrativas a partir dos sujeitos e de estudos que corrobora as realidades na sociedade e oportuniza a fala desses por meio das obras e ações com o intuito de ressignificar a história do negro Brasil.

Além disso (Curvo, 2021, p.119) diz que “Os materiais de informação devem contemplar heróis e protagonistas negros, biografias de personagens históricas e grandes personalidades negras. Deve-se buscar na historiografia autores negros e também africanos”.

A biblioteca através da seleção de materiais que tenham como foco elencar elementos que centralizam a discussão étnico-racial no viés cultural, histórico, de produção do conhecimento e valorização da oralidade e memória tem o potencial de modificar estereótipos negativos atribuídos aos saberes africanos/afro-diaspóricos (Gomes, 2016, p.748).

Em consonância com Gomes (2016); Lima et al. (2018, p.81) constata-se que:

“[...] escolhas dos materiais e temáticas apresentadas no acervo das bibliotecas influenciam na representatividade de pessoas negras e brancas. Porém, o que percebemos é a rara representatividade dos afrodescendentes, já que esses não padrões apresentados nos livros didáticos, nos contos literários e na história do país”.

Contudo, (Lima *et al.*, 2018) trazem a dimensão dos materiais dos tipos de materiais que devem compor um acervo com a implementação das leis 10.639/2003 (Brasil, 2003) e 11.645/2008 (Brasil, 2008) “[...] as bibliotecas devem possuir em seu acervos materiais que contemplem essas leis e auxiliem na implementação destas temáticas nos ambientes de nossa sociedade” (Lima et al., 2018, p.89), os quais são fundamentais para a produção de informação e conhecimento que objetivam a construção identitária positivada e a eliminação de traços estereotipados direcionados à população negra e indígena.

Se é na biblioteca que estão as coleções que tiveram as informações de seus documentos representadas pelos vieses dominantes de um eurocentrismo branco, então também é na biblioteca que se deve iniciar a construção de uma filosofia orientadora de novos conceitos que formarão novas categorias onde serão incluídos sistemas conceituais das linhas de pesquisa, das disciplinas e dos paradigmas do afrocentrismo (Sá e Francelin, 2021, p. 10).

Às bibliotecas dos Institutos Federais, segundo Santos; Gracioso; Amaral (2018) refletem sobre a estrutura da instituição desde a sua criação, que em 1909, em sua criação, tinham como objetivo capacitar cidadãos em vulnerabilidade social com o intuito de formar mão de obra qualificada para atuarem no setor industrial e agropecuário do país para afastar estes cidadãos da marginalidade.

Formando-se assim, um tipo de biblioteca que não se corresponde com moldes existentes como: comunitária, escolar, especializada, pública e universitária. Para esta nova configuração de público e acervo, alguns autores tentaram conceituar esse novo tipo de denominação, como descrito por Santos; Gracioso, Amaral (2018),

Biblioteca Mista Cavalcanti; Garcia (2015), Biblioteca Multiníveis Moutinho (2014) e Biblioteca Híbrida Castro; Coutinho (2015), porém ainda não há um consenso sobre a conceituação deste tipo de unidade de informação.

A comunidade a ser atendida precisa ser considerada para a formação do acervo. Tanto que, identifica que o público atendido pelos IF's são diversos e plurais e de várias faixas de idade, os quais possuem necessidades informacionais de níveis diferentes. Portanto, os materiais disponíveis nos acervos das bibliotecas devem atender às suas demandas sem esquecer das suas vivências que antecedem o ingresso na instituição.

Dicetti *et al.* (2017) compreende essa diversidade ao identificar o perfil dos usuários no Instituto Federal de Farroupilha, identifica 3,4% pretos e 11,7% pardos no grupo usuários e alerta sobre a necessidade do acervo, dos discursos e das atividades propostas sejam representativos para esse grupo também.

Posto isso, a contra-decoloniedade, termo cunhado por Nego Bispo, está centrada na prática e na vivência dos indivíduos. Os estudantes provenientes das periferias trazem para a instituição, as suas cosmovisões e percepções dos lugares dos quais vivem, quais não devem sofrer influências do colonialismo para poderem existir na sociedade. Tanto que nas favelas, se cria uma linguagem, as gírias que, segundo Bispo.

Preenchem a língua portuguesa com palavras potentes que o próprio colonizador não entende. [...]. E, assim, fala português na frente do inimigo sem que ele entenda. A favela adestrou a língua, a enfeitiçou. Temos que enfeitiçar a língua (Bispo, 2023).

Exemplo dessa contra-decoloniedade está presente no *youtuber*, palestrante, professor e sociólogo Thiago Torres⁶, conhecido como Xavoso da USP, ficou conhecido por relatar a sua experiência na universidade. Observa-se que este, mesmo frequentando os espaços elitizados como o da USP, não deixou se colonizar, por manter o modo de vestir e se comportar no meio acadêmico. Atualmente o *youtuber* conta com quase 400 mil seguidores e utiliza da sua fala para dialogar com os jovens da comunidade.

A forma que Xavoso dialoga é compreensível para a comunidade a qual está inserido sobre a linguagem adotada “Se qualquer chegar no quilombo e falar sobre

⁶ Thiago Torres. Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DDwi3giu0Vo/?hl=pt&img_index=1. Acesso em: 28 jan. 2025.

decolonialidade, nosso povo não entenderá. Mas se disser “Contra-decolonialismo”, nosso povo entende” (Bispo, 2019, p.23).

É nessa perspectiva que o youtuber alcança a juventude para explicar assuntos de interesse público. Os jovens que consomem o conteúdo produzido pelo youtuber, enxergam a possibilidade de atentar ao espaço universitário sem que tenha que se adequar aos moldes da academia, mas somar para que as narrativas sejam ouvidas neste espaço.

Souto (2021) relembra que esse é um reflexo das ações afirmativas que promovam o ingresso de pessoas negras nas universidades públicas através dessas ações de reserva de vagas e permanência. O ingresso desse público subverte o sistema e contraria as estatísticas porque, além do direito ao acesso, “reivindica que os seus saberes e referências, sejam representados, tensionando a hegemonia do conhecimento no ensino universitário” (Souto, 2021, p.146).

“[...] os novos usuários que adentram às universidades públicas federais têm buscado por informação de diversos tipos e modalidades com a finalidade de investigar temas específicos para a construção de uma outra história que possibilite a positivação de grupos historicamente marginalizados e oprimidos” (Santos *et al.*, 2021, p.70).

Segundo Silva (2008), é crucial que os estudantes se vejam como sujeitos de aprendizado, de saberes e potencialmente capazes de obter informações novas e produzir novos conhecimentos para a sociedade.

Por fim, a “sociedade em geral” pode ser vista como um (a) gente coletivo, composto por várias pessoas que exercem ações e influenciam os rumos sociais, políticos e econômicos. Essa influência se reflete também na biblioteca, onde a diversidade de necessidades, interesses e demandas da sociedade é considerada para a definição de serviços, aquisição de materiais e planejamento de atividades (CAMARGO, 2023, p.74).

Neste espaço, segundo Bispo (2015, 2019) os estudantes encontram a possibilidade de transfluir para dentro da estrutura que se baseia no *saber orgânico*, aquele adquirido por meio da ancestralidade e não “popular” como a acadêmica costuma taxar os conhecimentos vindos destes locais. O autor considera conhecimento produzido pela academia como *saber sintético*, constituído fragmentado e segmentado, sem vivência efetiva sobre a causa. Diferentemente, do

conceito de confluências que compreende as diferenças, mas compreende que eles podem confluir para abarcar todas as experiências.

Desta forma, os acervos precisam ser representativos e plurais que atendam a diversidade étnica e cultural dos frequentadores deste ambiente, de modo com que esses se sintam pertencentes ao ambiente escolar e universitário. Sendo assim, as obras disponíveis devem suprir as suas demandas informacionais dos usuários. Além disso, o profissional deve saber os aspectos históricos, demográficos, socioeconômicos, culturais e informacionais da comunidade que irá usufruir dos produtos e serviços da unidade de informação (Lima *et al.*, 2018).

Neste contexto, sobre os dados demográficos, culturais e econômicos trazemos a experiência do projeto AFROIF articulando-saberes NEABI-IFSP e Moçambique. Na universidade Unitiva observamos a biblioteca que atende os usuários da comunidade acadêmica e a externa chamada “Biblioteca do Povo”, considerando que não existem espaços como esse ao entorno da Universidade. Em seu interior, como apontado na figura 7, podemos observar a representatividade que os estudantes possuem ao adentrar ao espaço, os quais possui fotos dos egressos da universidade e traz os depoimentos desses.

Ressaltamos que, assim como ocorre no Brasil, nem todos têm conhecimento de que o espaço é aberto ao público e este pode ser utilizado pela comunidade, por não se sentem pertencentes ao local devido estrutura arquitetônica destes locais e/ou pela falta de conhecimento que este local pode ser ocupado pela comunidade externa.

Figura 7 - Biblioteca do Povo, Universidade Unitiva, Matola, Moçambique.



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Figura 8 - Representatividade no interior da biblioteca do povo, Universidade Univita, Matola, Moçambique



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Na figura 09 abaixo, trazemos a biblioteca do Museu Mafalala que fica na região, o local abriga recordações de escritoras(os) moçambicanas(os). O espaço é frequentado por moradores e o desenvolvimento de coleções é composto por doações dos moradores e pesquisadores, sendo assim possui títulos de várias nacionalidades, mas a maioria são de literatura.

Figura 9 - Biblioteca no Museu de Mafalala, Maputo, Moçambique.



Fonte: Registro da autora (2024)

O estudo de Bagani; Dube (2023) apresenta o papel da biblioteca universitária como envolvimento comunitário na promoção da justiça social em bibliotecas sul-africanas. O autor relata a ausência de bibliotecas escolares e infantis em países africanos e traz alguns projetos desenvolvidos em países do Continente Africano, tendo a biblioteca como protagonista de tais ações, que visam à democratização do acesso e transferência do conhecimento para grupos de áreas rurais e vulneráveis, com o intuito de corrigir a discriminação do passado e garantir a representatividade atualmente como forma de reparação social.

Com base nesses conhecimentos, sobre uma “biblioteca do povo” e sobre representatividade, a Biblioteca do IFSP Campus Campinas submeteu o projeto um projeto para o edital “Manutenção e Modernização das Bibliotecas” pelo PROAC (Programa de Ação Cultural)⁷, um programa de fomento do Estado de São Paulo, que contemplou a proposta da implementação de uma biblioteca afrocentrada para atendimento da comunidade externa, do entorno do IFSP. Além disso, o projeto prevê o atendimento de quatro escolas de nível fundamental com a doação de materiais, momento de contação de histórias e a criação de um painel sob a perspectiva afrocentrada.

Para Brandão, Freire e Perucchi (2022, p. 9), “O acervo de tais instituições podem ser constituído por obras pluricurriculares, extracurriculares, e que possuam vínculo com o processo de aprendizagem ao longo da vida, abrangendo todas as faixas etárias, sem distinção”. A Biblioteca é considerada um local de cultura que propicia a abordagem de temas transversais em seu ambiente, ao contribuir para o pensamento reflexivo dos usuários que estão em formação.

Diante do exposto, sobre a importância da construção de novas narrativas a partir do acervo. O presente estudo tem como objetivo evidenciar as ações do NEABI diante as bibliotecas do IFSP, seja pela colaboração de indicação de obras para desenvolvimento de coleções afrocentradas, da formação pessoa bibliotecária. Nos capítulos subsequentes serão apresentados os resultados das ações promovidas pelo núcleo que colaboraram para o letramento racial afrocentrados para as(os) bibliotecárias(os) e para os usuários das unidades de informação.

⁷ Edital PNAB Nº 29/2024. Disponível em: <https://proac.sp.gov.br/fomentocultsp-edital-29/>. Acesso em: 05 fev. 2025.

5.1 Histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Os Institutos Federais pretendem atender e proporcionar às classes e camadas historicamente excluídas acesso à progressão nos estudos, além de reduzir as barreiras entre os diferentes níveis e modalidades de ensino voltadas para o mundo do trabalho. Por meio de uma política pública, busca-se suprir tanto as necessidades materiais quanto subjetivas, além de promover a aquisição de novos conhecimentos. No entanto, como aponta Araújo (2016), a história da educação profissional no Brasil carrega marcas profundas da exploração de escravizados, negros e indígenas, que, à época, eram considerados pertencentes às categorias sociais mais baixas.

Em 1909, foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices (EAA) nas capitais brasileiras por meio do Decreto nº 7.566, de setembro do mesmo ano (Brasil, 1909). Essas escolas, vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, tinham como objetivo formar cidadãos considerados úteis para a nação, especialmente aqueles desprovidos de recursos financeiros, a fim de afastá-los da "ociosidade ignorante, escola do vício e dos crimes". Os alunos eram preparados para atuar como operários e contramestres. Para fins de registro histórico, é importante destacar que a abolição da escravatura havia sido decretada somente 21 anos antes da criação dessas escolas. Apesar de serem destinadas aos menos favorecidos economicamente, essas vagas não contemplavam a população negra, que, nesse período, lutava para se estabelecer como cidadãos em uma sociedade que, por séculos, os havia tratado como mercadoria. Além disso, enfrentavam restrições impostas por legislações como a Lei de Terras de 1850, que impedia pessoas negras de adquirirem propriedades, e a legislação de 1854, que proibia o ensino de pessoas escravizadas em escolas públicas (Almeida; Sanches, 2016).

Em 1890, foi promulgada a lei da vadiagem, que prendia pessoas sem emprego, sem domicílio, sem ofício e não possuíam meios de subsistência, ou seja, aboliu a escravatura, mas não deu subsídios para os negros serem incluídos de fato na sociedade, muito pelo contrário, foram instituídas leis para dificultar o acesso dessas pessoas às necessidades básicas. Nesse processo, inicia-se o encarceramento em massa da população negra, que se estendeu até 1924, porém a política já estava instaurada no país, a qual é adotada até os dias atuais.

Em 1937, pela lei 378, de 13 de janeiro de 1937 (Brasil, 1937), pelo art. 37, transformou as Escolas de Aprendizes Artífices por Liceus destinados ao ensino profissional, de todos os ramos de grãos. Além disso, a Constituição de 1937 definiu que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam demandar as especialidades do ramo de atividade para atender os filhos dos operários de seus associados, a fim de atender à necessidade crescente da indústria brasileira (Araújo, 2016).

Em seguida, pelo Decreto-Lei 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, Brasil (1942), instituiu a Escola Técnica Federal de São Paulo. Com isso, pretende-se constituir uma rede para a formação de mão de obra qualificada para o setor produtivo. Ainda atender às necessidades do trabalhador na preparação profissional e na sua formação humana, e, ao mesmo tempo, os interesses do setor produtivo e da nação, propiciando o desenvolvimento econômico e cultural dos indivíduos (Araújo, 2016). Pelo decreto 3.552 Brasil (1959), esses estabelecimentos mantidos pelo Ministério da Educação e Cultura ganham personalidade jurídica, com autonomia didática, administrativa, técnica e financeira.

Em 1971, pela lei 5.962, de 11 de agosto de 1971, torna obrigatória a profissionalização no ensino médio. O currículo apresentava uma diversificada habilitação profissional, conforme as demandas do mercado de trabalho local e regional que, eventualmente, foi revogada e substituída pela lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e das bases da educação nacional, que vinculou o mundo do trabalho e a prática social (Brasil, 1996).

As escolas técnicas dos estados de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro tornam-se Centros Federais de Educação e Tecnológica (CEFET) por meio da lei 6.545, de 20 de julho de 1978 Brasil (1978), que autoriza a abertura e funcionamento de cursos tecnológicos que passariam a organizar os cursos superiores, expandindo e diversificando sua atuação visando oferecer mão de obra especializada.

Em 1994, no governo de Itamar Franco, institui a lei 8.948, de 8 de dezembro de 1994, Brasil (1994) que institui o Conselho e o Conselho Federal de Educação Tecnológica, que segundo Araújo (2016) tinha a intenção de propagar no país a Educação Profissional Tecnológica para suprir as necessidades de funcionários do setor produtivo. Além disso, buscou o aprimoramento do ensino, extensão e pesquisa tecnológica com o apoio dos setores da sociedade e do setor produtivo, ao fazerem parte do mesmo sistema porque um alimenta o outro (Pacheco, 2020).

Por fim, pelo decreto de 18 de janeiro de 1999, Brasil (1999), cria-se o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. Em 2008, ampliou-se o alcance do CEFET (Centro Federal de Tecnologia), instituindo a lei 11.892 de 2008 (Brasil, 2018) que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo distribuídas 38 unidades no território nacional com 664 Campi (Souza; Silva, 2016).

Segundo Souza e Silva (2016), essa legislação pretende unificar os diferentes níveis de ensino em uma única entidade. Além dos objetivos iniciais, ela também compartilha o desejo de fomentar o crescimento socioeconômico das áreas periféricas do Brasil, com ênfase na justiça social e na igualdade que favorece a criação de novas tecnologias. A ideia era estabelecer 64 Campi dos IF's em estados carentes dessas instituições, preferencialmente, nas periferias de metrópoles e em cidades do interior distantes das capitais.

O objeto do estudo trata-se do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), sendo uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Atualmente, este possui 42 campi espalhados no estado de São Paulo, sendo o maior órgão da Rede Federal com mais de 61 mil estudantes matriculados. Em 2024⁸, foram anunciados a construção de mais 12 *Campi* no Estado que serão construídos em municípios que não possuem IFSP. Além disso, alguns Campi foram contemplados pelo Novo Programa de Aceleração ao Crescimento (Novo PAC) que prevê a construção de refeitórios, bibliotecas, salas de aulas e laboratórios.

A estrutura organizacional é formada pelo Reitor e por cinco pró-reitorias: sendo Administração (PRA), Desenvolvimento Institucional (PRD); ensino (PRE), Extensão e Cultura (PRX), pesquisa e Pós-Graduação (PRP) que, juntamente com os diretores gerais dos *Campi*, foram o colégio de dirigentes, considerado o órgão executivo, e por conseguinte, as unidades educacionais que são os *Campi*.

Com essa mudança, os institutos passaram a destinar 50% das vagas para os cursos técnicos, sendo 20% para as vagas do curso de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática. Além disso, continuou a oferecer cursos de formação inicial e continuada (extensão), cursos superiores de graduação, tanto bacharelado quanto de tecnologias, além de

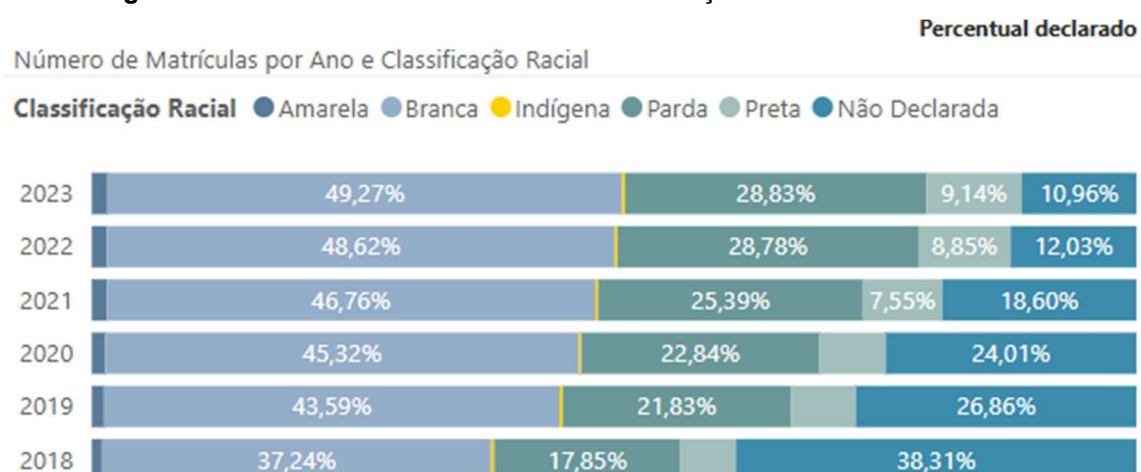
⁸ IFSP. São Paulo receberá 12 novos Campi do Instituto Federal de São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/4jHlptY>. Acesso em: 31 jan.2025.

pós-graduação *Lato Sensu* (especialização) e *Stricto Sensu* (mestrado). Segundo Pacheco (2020, p.20), “[...] os IF’s se tornaram a mais importante iniciativa governamental da história educacional brasileira”. Com o compromisso de construir uma nova institucionalidade comprometida com os trabalhadores e excluídos, rompendo com o elitismo das políticas historicamente implementadas no país. O autor ainda destaca que, durante o governo Dilma e Lula, a educação nunca foi tão priorizada, chegando a R\$ 100 bi no ano do golpe da presidente Dilma.

Os investimentos no IF’s oportunizou o ingresso de pessoas negras no ensino superior. Ao observamos os dados do IFSP na plataforma Nilo Peçanha de 2018-2023, identificamos que os números de pessoas negras vêm aumentando gradativamente, enquanto o número de pessoas que não se declaram tem diminuído, ou seja, esses dados refletem os trabalhos realizados pelo Movimento Negro na afirmação da população negra (Gomes, 2016; Paula, 2018).

Isso se dá ao fato das políticas de ações afirmativas e o reconhecimento e pertencimento étnico figurarem. Essa constatação pode ser observada também nos dados do IBGE (2022) que apresenta um aumento significativo da autodeclaração de pessoas negras. Por outro lado, evidenciamos a discrepância dos números: enquanto a população negra brasileira representa 56%. Contudo, este número não reflete o público presente na instituição, sendo somente 37,97% deste grupo no ambiente do IFSP.

Figura 05 - Dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha ano base 2023.



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Embora haja, as desigualdades raciais sejam sistêmicas desde a educação básica até o ensino superior. O estudo de Ramos (2025) evidencia que o acesso de pessoas negras do ensino quintuplicou, mas ainda mais que a metade do acesso são de pessoas brancas. O grupo apresenta ainda o maior com taxa de evasão e ausência nos cursos de alto prestígio. Diante disso, o acesso à educação à população negra persiste desigual mesmo com adoção das políticas de ações afirmativas. Ramos (2025) constata que a evasão se dá nas regiões mais pobres, onde os jovens abandonam os estudos para se dedicar ao mercado de trabalho para garantir a sua subsistência e dos seus familiares. Com isso, compreendemos que as políticas não têm alcançado os sujeitos de forma ampla porque há barreiras estruturais a serem transpostas que antecedem as educacionais. Porém, evidencia-se a necessidade da ampliação de ações que garanta a permanência e o êxito desses estudantes nas instituições.

Em entrevista concedida para Cruz (2023) Thales Vieira, coordenador executivo do Observatório da Branquitude reconhece que as desigualdades persistem “Há um acúmulo de desvantagens sociais para a população negra brasileira e precisamos pautar essa discussão para que as novas gerações possam alcançar a tão desejada equidade”.

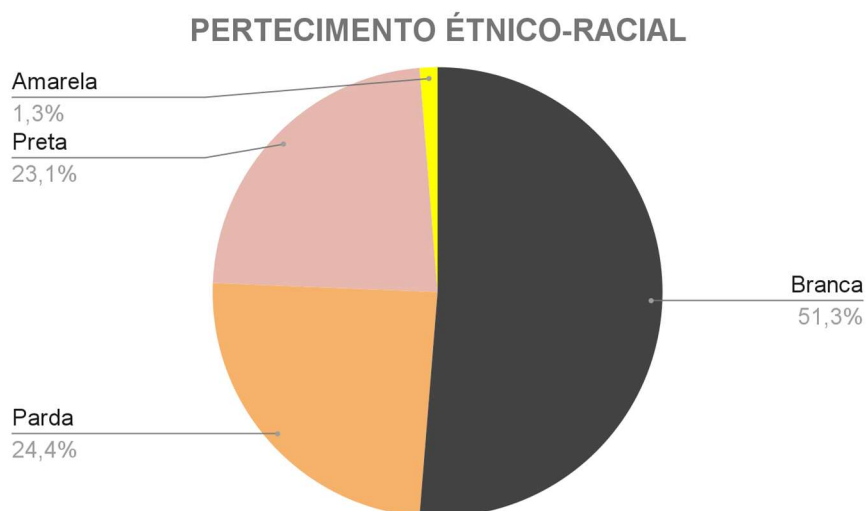
Diante deste recorte racial e social, pode-se observar as mudanças significativas ocorridas nos Institutos Federais desde da sua estruturação até a comunidade a ser atendida pela instituição aos longos dos anos, que possibilitou o acesso por meio da lei 12.711/2012 (BRASIL, 2012) aos indivíduos de outros grupos sociais nos institutos e universidades federais. Em seguida, instituída da lei 11.990/2014 (BRASIL, 2014) que garante 20% das vagas do serviço público para pessoas negras e indígenas. Diante disso, o estudo acerca do pertencimento racial e o nível de escolaridade das (os) bibliotecárias(os) perpassa a aplicabilidade da lei, a fim de para compreender a importância deste processo reparatório e a construção positiva da identidade negra que remete a representatividade aos usuários frequentadores das bibliotecas do IFSP.

5.1.2 Bibliotecárias(os) do Instituto Federal de São Paulo

O IFSP conta com 76 bibliotecárias(os), representando 9,83% dos 773 servidores efetivos ocupados na rede federal. Adicionalmente, dois estão em exercício temporário na instituição e uma em exercício em outro órgão. Esses profissionais estão distribuídos entre os 42 *campi* da instituição. Em cada biblioteca, há cerca de dois a quatro bibliotecárias(os), sendo que a quantidade pode variar conforme o tamanho da unidade. Os dados fornecidos sobre o pertencimento racial e o nível de escolaridade foram disponibilizados pelo Departamento Pessoal do IFSP, os quais foram analisados, tabulados e serão representados pelos gráficos ao longo deste capítulo.

Quanto ao pertencimento racial, identificamos que 51,3% se autodeclaram brancas, enquanto 24,4% se identificam como pardas, 23,1% como pretas e 1,3% como amarelas, conforme o gráfico abaixo. Portanto, 47,5% se consideram pessoas negras. Ou seja, o número de bibliotecárias(os) negras(os), em termos percentuais, supera o número de estudantes atendidos pelo IFSP, conforme apresentado na Figura 03, que ultrapassa a proporção de servidores da instituição, que representa 23,6%, com base nos dados de janeiro de 2025, configurando-se como a categoria com o maior número de pessoas negras.

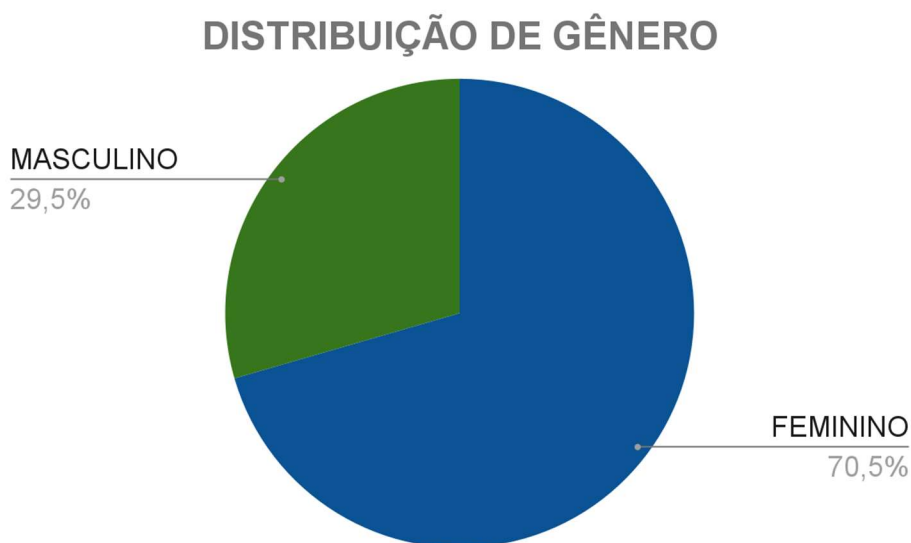
Gráfico 1 - Pertencimento racial dos bibliotecários do IFSP



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Desses, 70,5%, são do sexo feminino e 29,5% do sexo masculino, conforme apresentado no gráfico 02. Ao realizarmos o recorte por raça, 64,9% são mulheres negras e 35,1% são homens negros, conforme o gráfico 5. Desses, aproximadamente 4,6% das bibliotecárias(os) ingressaram na instituição por meio da política de reserva de vagas da Lei 12.990/2014 (BRASIL, 2014). Além disso, observa-se a predominância de mulheres brancas no exercício da profissão no IFSP. Os estudos do observatório da branquitude de Vieira, Thamani, Lopes (2023) demonstram que dentre os anos de 2010 e 2019 constam que as mulheres brancas de 25 a 29 anos têm maior acesso ao ensino superior. Em 2010, 23,4% mulheres brancas atingiram o ensino superior, enquanto apenas 7,8% de mulheres negras alcançaram este nível de escolaridade, ou seja, as mulheres brancas apresentam três vezes mais o privilégio de acesso ao ensino superior.

Gráfico 4 - Gênero das(os) bibliotecárias(os) do IFSP



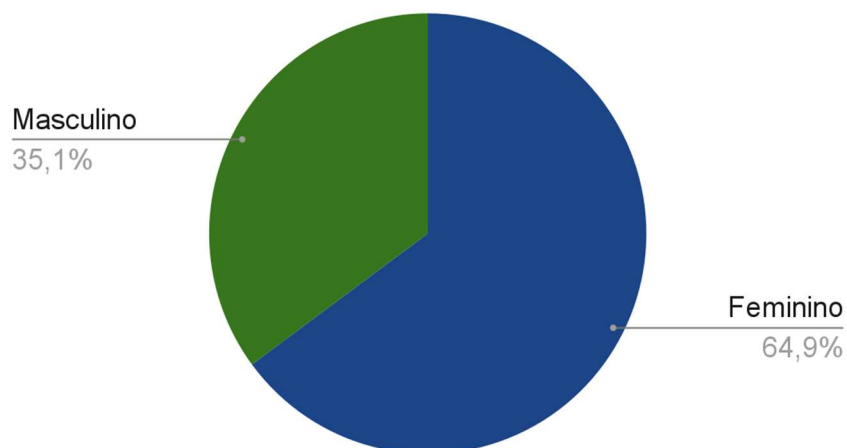
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Entre gênero e raça, observa-se que 75,6% são mulheres brancas, representando a maioria, enquanto 64,9% são mulheres negras em detrimento dos homens brancos e negros. Por outro lado, 35,1% são homens negros e 24,4% são homens brancos. Destaca-se o número reduzido de homens brancos em comparação aos homens negros, considerando que a lógica tradicional tem vinculado essa

realidade à necropolítica termo cunhado por Achille Mbembe⁹ onde o Estado determina quem pode viver e quem pode perecer, que subordina o homem negro. Esse dado contraria as estatísticas estatais e rompe com a naturalização da subordinação e desqualificação desses sujeitos (Bento, 2022).

Gráfico 5 - Gênero por raça Bibliotecárias(os) do IFSP.

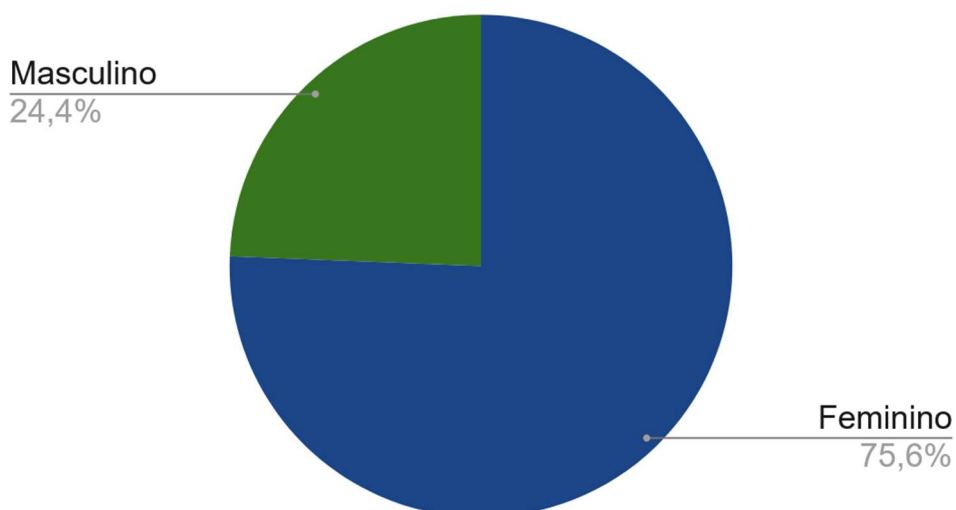
Distribuição de Gênero entre Pessoas Pretas e Pardas



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Gráfico 6 - Distribuição de Gênero de pessoas brancas

Distribuição de Gênero entre Pessoas Brancas

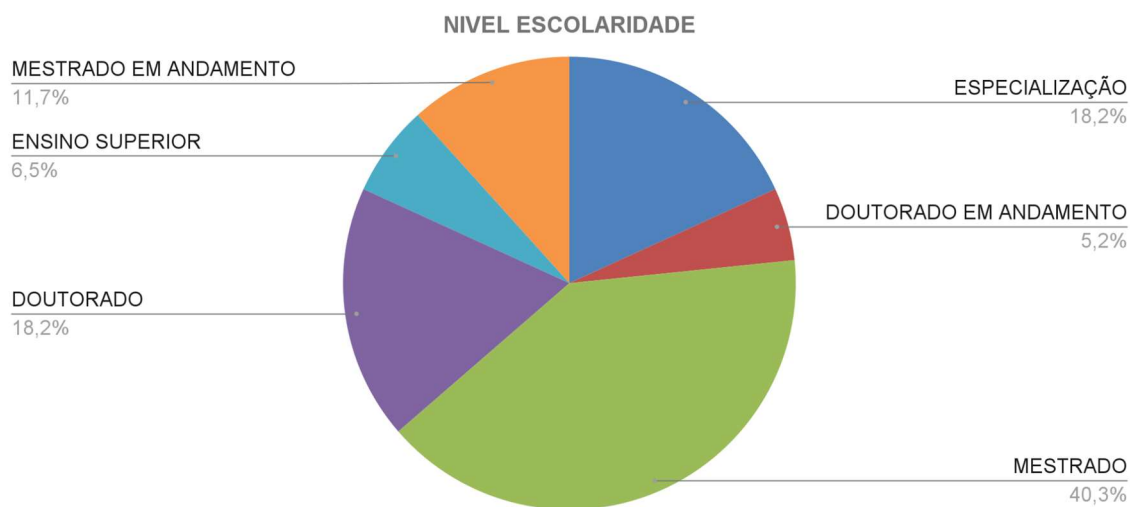


Fonte: Elaborado pela autora (2025)

⁹ Ignácio, Júlia. Necropolítica: explicamos o conceito de Achille Mbembe. **Politize**, 30 jul.2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/necropolitica-o-que-e/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

Ao observarmos os dados de nível de escolaridade dos profissionais, identificamos que a maioria possui nível de escolaridade maior do que a exigida para o exercício do cargo, sendo que 40,3% possuem mestrado e 18,2% doutorado. Enquanto, 16,2% estão em processo para obtenção dos títulos *Stricto Sensu*. Somente 6,5% possui Ensino Superior e 18,2% possuem *Lato sensu*, não foi possível identificar se a especialização desses são relacionados à área de Biblioteconomia e/ou outras áreas de conhecimento, mas observa-se um número baixo de profissionais que se mantiveram somente com a graduação. Nos estudos realizados por Santos e Pontes (2016), momento em que havia 73 profissionais bibliotecárias(os), notamos que houve um aumento significativo no nível de escolaridade dos profissionais. O estudo, apresentou que 62,1% possuíam especialização, 31% possuíam mestrado e 3,4% doutorado e 3,4% possuíam somente a graduação, ou seja, aumento de 10% de mestres e 12,8% de doutores em relação aos dados atuais.

Gráfico 06 — Nível de escolaridade das(os) bibliotecárias(os) 2025.



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Ao observarmos os profissionais que compõem o NEABI, atualmente composto por 7 bibliotecários, sendo 6 autodeclarados pessoas negras e 1 mulher branca com nível de mestrado, verificamos que 2 homens negros possuem mestrado, enquanto 4 mulheres negras apresentam a seguinte formação: uma com doutorado, duas com mestrado e uma com mestrado em andamento. Esses dados corroboram com os apresentados no gráfico 6, mas, ao analisarmos a formação acadêmica das pessoas negras do núcleo, somos levados a interseccionar o nível de escolaridade

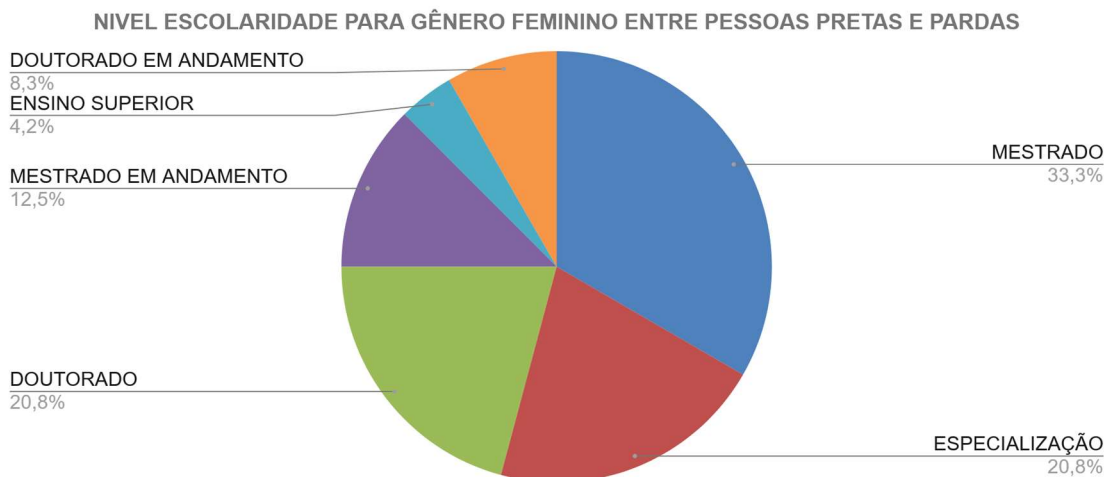
dos(as) bibliotecários(as). A interseccionalidade, segundo Akotirene (2020), permite enxergar a colisão das estruturas, pois desfaz a ideia de um feminismo global e hegemônico com uma única voz.

Gráfico 07 - Nível de escolaridade de pessoas negras



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Dentre as(os) bibliotecárias(os) negras(os), 45% possuem mestrado, 16,2% doutorado, enquanto 16,2% estão em processo de obtenção desses títulos. Esse número supera os dados gerais das formações, conforme o gráfico 6. Somente 16,2% possuem especialização e apenas 5,4% possuem graduação. Esses dados refletem a realidade dos profissionais presentes no núcleo atualmente. Se observarmos a distribuição entre mulheres negras e homens negros, compreenderemos melhor a estrutura do núcleo e da instituição.

Gráfico 8 - Nível de Escolaridade de Mulheres Negras

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

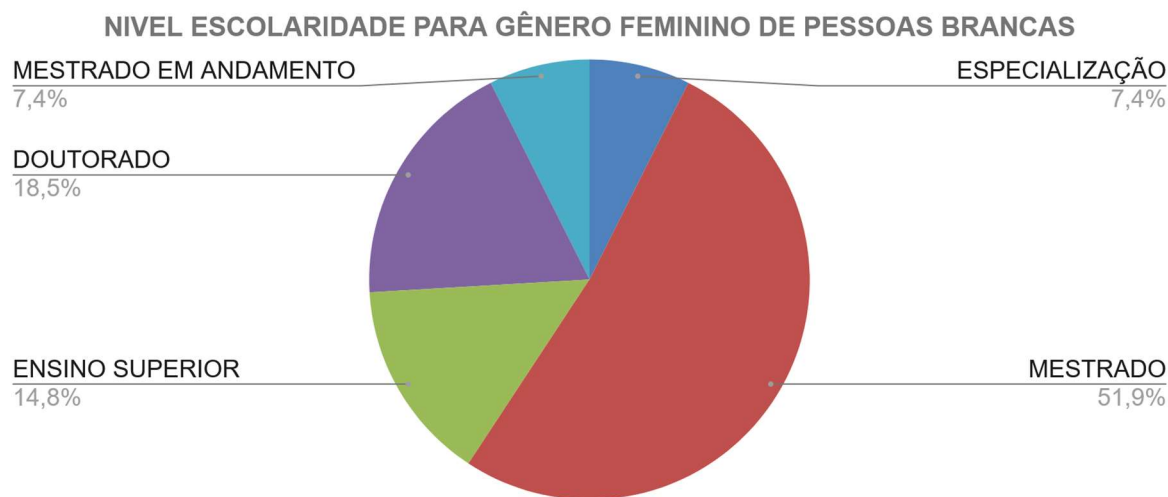
Os gráficos 8 e 9 apresentam o nível de escolaridade entre mulheres negras e brancas. Os dados mostram que 51,9% das mulheres brancas possuem mestrado, enquanto 33,3% das mulheres negras possuem a mesma titulação. Diante desses dados, referenciamos a atuação e militância do movimento negro de Lélia Gonzáles (Gonzáles, 1981, p. 8 *apud* Ratts; Rios, 2010, p. 104): 'O movimento feminista tem suas raízes históricas mergulhadas na classe média branca, o que significa muito maiores possibilidades de acesso e de sucesso em termos educacionais, profissionais, financeiros, de prestígio, etc.' A intelectual defende que o feminismo constituído no Brasil se vale da exploração de classe e de raça de outras mulheres que não dispunham dos mesmos privilégios sociais.

A obra de autoria de bell hooks, intitulada *O feminismo é para todo mundo* (2020), relata que, na academia, as discussões sobre raça e gênero nesses grupos começaram a exigir o reconhecimento do preconceito racial. Contudo, destaca que as mulheres brancas não quiseram encarar a realidade do racismo e das diferenças raciais, sendo, por isso, acusadas de traidoras das pautas feministas. Sobre a intelectualidade negra ativista, bell hooks ressalta que escrever no estilo tradicional pode gerar isolamento, e não há garantia de que nosso trabalho será respeitado. Por isso, devemos buscar reconhecimento não apenas nos espaços tradicionais, mas também fora deles, fortalecendo reciprocamente. Kilomba (2009) reforça as ideias das intelectuais mencionadas anteriormente ao afirmar que os lugares acadêmicos não são locais neutros, pois as pessoas negras são referenciadas como 'o outro' e objeto.

Em contrapartida, 20,8% das mulheres negras possuem doutorado, contra 18,5% das mulheres brancas. Observa-se também o número superior dessas mulheres na obtenção de títulos de mestrado, com cerca de 12,8%, em comparação com 7,4% das mulheres brancas. Além disso, aproximadamente 8,3% das mulheres negras estão cursando doutorado em andamento. Reforça-se, portanto, a busca pelo aperfeiçoamento dessas mulheres, sendo que 20% delas possuem especialização, enquanto apenas 7,4% das mulheres brancas alcançam esse título.

Nos próximos anos, o número de mulheres negras com nível de escolaridade *Stricto Sensu* tende a aumentar e, quiçá, superar o de mulheres brancas. Inclusive, este grupo, em comparação aos outros, registra o menor índice de pessoas com apenas o ensino superior, sendo de 5,4%. Nesse sentido, observa-se que as mulheres negras estão subvertendo o sistema e a lógica patriarcal, produzindo novos conhecimentos e desconstruindo preconceitos e estereótipos atribuídos aos seus corpos. Esse movimento estimula a política de empoderamento entre os pares, segundo Collins (2019).

Gráfico 9 - Nível de Escolaridade de mulheres brancas

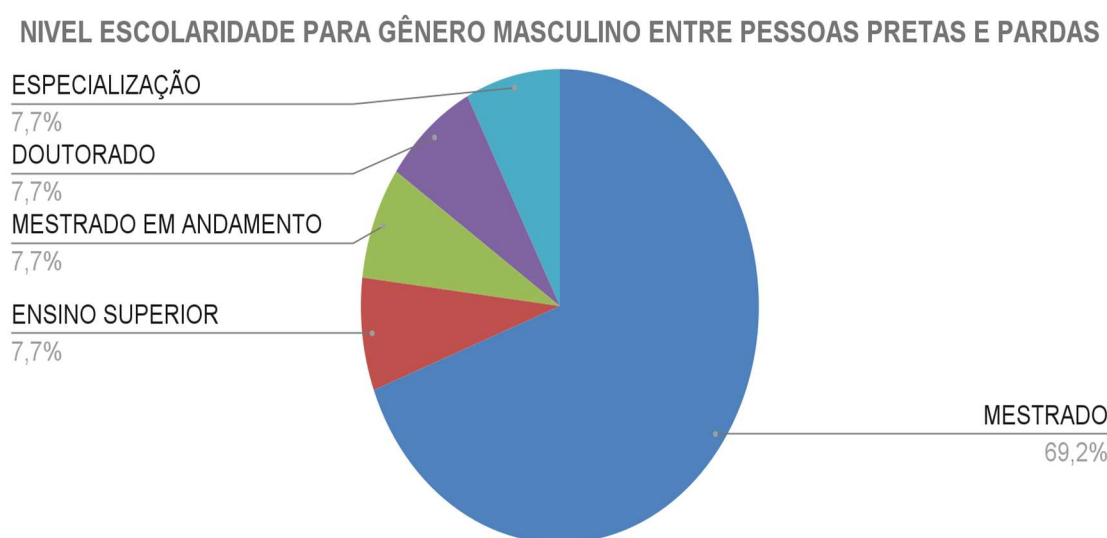


Fonte: Dados informados pela Diretoria de departamento pessoal (2025)

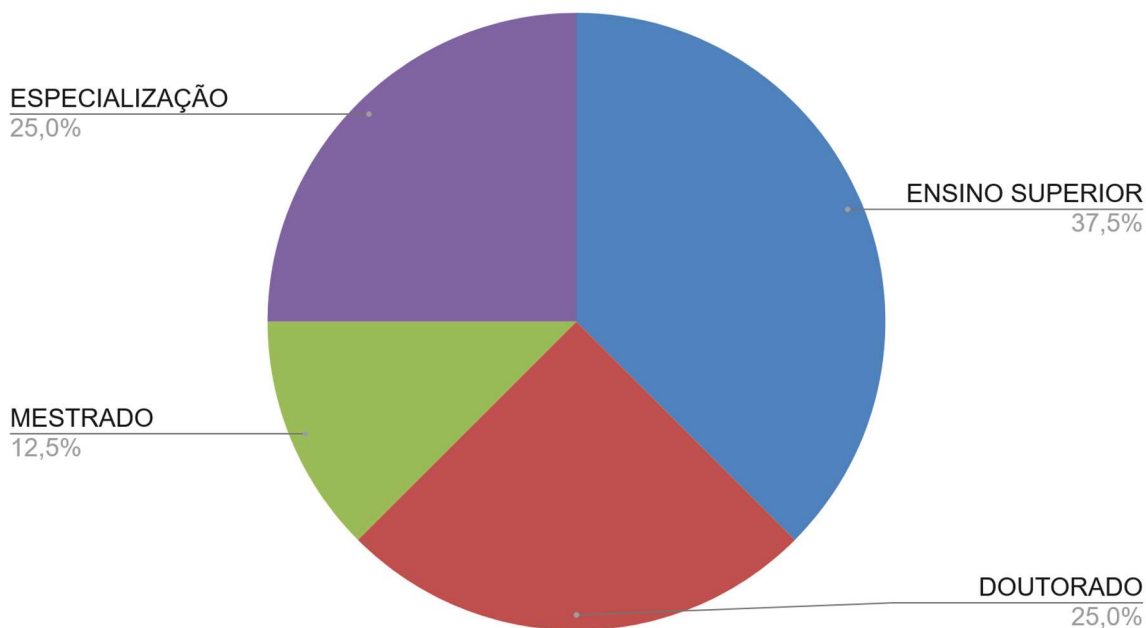
O gráfico 9, apresenta o nível de escolaridade de homens negros que representam 69% dos títulos de mestrado e 7,7% estão no processo de obtenção desse título, enquanto homens brancos representam 12,5%. Por outro lado, 25% dos homens brancos possuem doutorado, enquanto homens negros representam 7,7%. Os gráficos 9 e 10 evidenciam a aptidão e a desordem social que o homem negro

enfrenta, em contraste com os 25% de homens brancos com doutorado. Além disso, observa-se que 25% dos homens negros possuem especialização, enquanto apenas 7,4% dos homens brancos têm a mesma titulação. Enquanto 37,5% dos homens brancos possuem graduação, apenas 7,7% dos homens negros possuem nível superior. bell hooks (2015) afirma que o trabalho intelectual é parte da luta necessária para a libertação das pessoas oprimidas e exploradas, e que esses indivíduos são responsáveis por descolonizar e abrir mentes.

Gráfico 9 - Nível de Escolaridade de Homens Negros



Fonte: Dados informados pela Diretoria de departamento pessoal (2025)

Gráfico 10 - Nível de Escolaridade de homens brancos**NÍVEL ESCOLARIDADE PARA GÊNERO MASCULINO ENTRE PESSOAS BRANCAS**

Fonte: Dados informados pela Diretoria de departamento pessoal (2025)

Ao observarmos os gráficos 8 e 10, vemos que o nível de mestrado dos homens negros supera o das mulheres, com 69,2%, seguido por 51% das mulheres brancas e 33,3% das mulheres negras. Por outro lado, 20% das mulheres negras possuem doutorado, enquanto apenas 7,7% dos homens negros possuem a mesma titulação. No percurso para a obtenção dos títulos de mestrado e doutorado, 20,8% das mulheres negras estão nesse processo, enquanto apenas 7,7% dos homens negros estão em processo de obtenção.

Portanto, tanto mulheres negras quanto homens negros são a maioria com nível de escolaridade acima do exigido para o exercício da profissão, ou seja, estão estudando mais. Considerando o contexto histórico da busca por educação pelas pessoas negras no Brasil, os dados apresentados evidenciam a busca incessante por conhecimento e aprimoramento profissional na área de atuação.

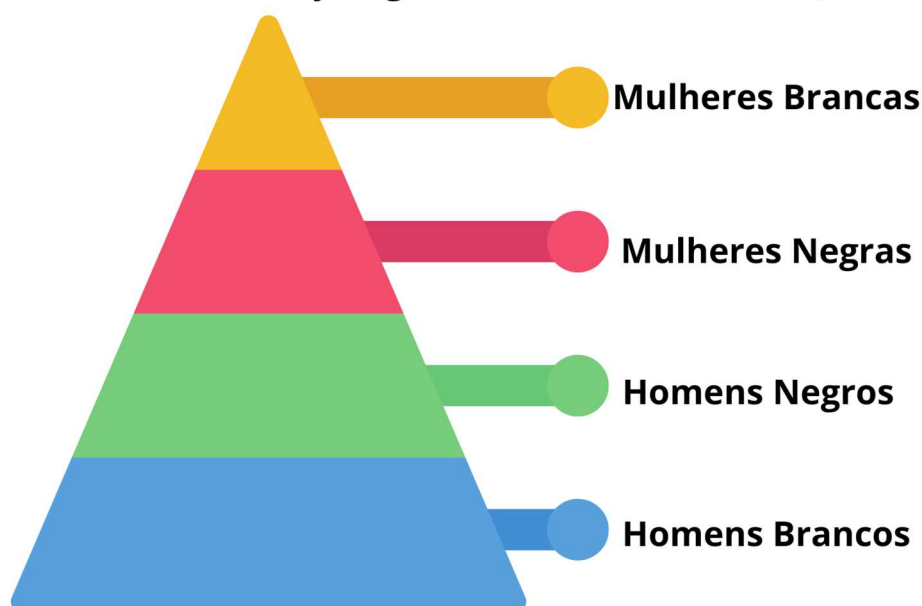
Conforme apresentado nos gráficos 5 e 6, em relação ao gênero, as mulheres brancas são a maioria, com 74,6%, seguidas por mulheres negras com 64%, homens negros com 35,1% e homens brancos com 24,4%. Neste contexto, a pirâmide social, com base na raça e no gênero, reverte a lógica ocidental porque parte do pressuposto

de que as mulheres negras se configuram na base da pirâmide social e neste contexto das(os) bibliotecárias(os) do IFSP se mostram em outra posição social, na qual se mostra participante do processo decisório em suas unidades de informação.

Destaca-se ainda o número de pessoas negras em busca da titulação *stricto sensu*, representando 29,2%, enquanto apenas 18,5% das mulheres brancas estão dando continuidade aos estudos.

Figura 6 - Pirâmide social, raça e gênero — Bibliotecárias(os) do IFSP

Pirâmide social raça e gênero - Bibliotecárias(os) do IFSP



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A pirâmide acima simboliza a luta contra os sistemas de opressão, como o patriarcado, o sexismo e o racismo, onde a mulher negra ocupa a base da pirâmide, mas, neste contexto, o homem branco se encontra nesse lugar. Contudo, ainda se observa a presença das mulheres brancas no topo, mas destacamos o formato não usual da pirâmide, que representa uma exceção. No entanto, esse formato poderia configurar a regra para todas as profissionais, prezando pela igualdade de acesso à educação e aos direitos.

Na análise de Gomes (2025) as mulheres têm se qualificado mais do que os homens. A questão das mulheres, observa-se que a taxa alta de analfabetismo das mulheres negras, enquanto mulheres brancas, têm mais oportunidades de acessar o ensino superior. Por outro lado, Cruz (2023) ressalta que o acesso de mulheres

brancas no ensino superior é três vezes maior e reflete entre os anos de 2010 e 2019, houve um aumento no percentual no ingresso de mulheres brancas, principalmente, de mulheres negras no ensino superior. Contudo, isso não impediu que as mulheres brancas mantivessem o privilégio no número de frequência de ingresso, com 30,7% contra 17,8% de mulheres negras.

Vieira, Thamani, Lopes (2023) reforça que embora tenha crescido o número entre as mulheres, a distância entre elas permanece. Diante disso, é preciso se pensar em estratégias para mitigar essa desigualdade entre os grupos raciais, de modo propiciar o aumento do nível de escolaridade para oportunizar a entrada desse público em postos de trabalho qualificados. As autoras asseveram que o governo pode acentuar ou perpetuar as disparidades entre os grupos com a manutenção do ciclo da reprodução de desigualdades entre elas como a pobreza e a violência e suas facetas ao invés de mitigá-las.

Campos (2023) diz que essas pessoas ganham 48% a menos do que ganha um homem branco no Brasil. Elas estão em posições que recebem menos e/ou estão na informalidade. O estudo mostra ainda que 72,4% dos domicílios são chefiados por mulheres negras, monoparentais, composto por elas e pelos filhos. Esses dados corroboram a obra da autora bell hooks sobre o lugar dessas mulheres que são afastadas da academia por falta de oportunidades.

Neste contexto, ao analisarmos os dados trazidos pelos estudos dos profissionais do IFSP, evidenciamos as mulheres negras aproveitam a possibilidade prosseguir com os estudos, 28,5% contra 18,5% de mulheres brancas estão em busca da titulação *stricto sensu* tanto para mestrado quanto para doutorado. Diante desses dados, acredita-se que este cenário se mostrou positivo, em virtude das oportunidades e na busca de mulheres negras pela qualificação profissional. Neste contexto, a frase dita por Viola Davis, a primeira mulher negra a receber o Emmy em 2015, como melhor atriz de drama pela atuação na série “Como defender um assassino” em seu discurso emocionado ela diz que “A única coisa que separa uma mulher de cor de qualquer outra pessoa é a oportunidade”. Desta forma, a lógica social denota outra realidade vista em outras profissões.

Basílio (2021) pondera sobre a escassez de estudos voltados para a discussão de gênero na Biblioteconomia, exemplificando que as bibliografias referenciadas nos planos de ensino do curso são, predominantemente, de autores homens. Além disso, a profissão carrega estereótipos relacionados às mulheres. Borelli e Mattos (2019, p.

706) afirmam que “as atividades nas quais as mulheres penetraram foram progressivamente desprestigiadas, desvalorizadas monetariamente e socialmente, sendo descartadas pelos homens”. Isso se reflete também na Biblioteconomia. A autora ainda atribui esse fato ao baixo prestígio da profissão, o que se manifesta na escassez de investimentos do governo em bibliotecas públicas, visto que muitos municípios não possuem unidades de informação e, conseqüentemente, desconhecem o espaço e o profissional que atua nesses locais.

Para mudar essa ordem social e patriarcal, destacamos a obra publicada em 2018, intitulada 'O Protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação', organizada pelas bibliotecárias Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Nathália Lima Romeiro, que traz as contribuições das mulheres para o desenvolvimento da área. O espaço da biblioteca foi criado, utilizado e organizado por homens, mas hoje a profissão é majoritariamente exercida por mulheres brancas. Mathiesen et al. (2015) discutem a falta de representatividade nos profissionais de informação nas bibliotecas, assim como a ausência de estudantes negros nesses locais, os quais são considerados “corpos invisíveis” — os autores chamam essa ausência de 'Presença Institucional Branca'. Por isso, as bibliotecas ainda não são espaços de capacitação e crescimento para indivíduos de grupos marginalizados, já que a presença branca reforça a neutralidade e a normalidade nesses ambientes.

A autora ainda apresenta algumas características da “Presença Institucional Branca” como:

- **Ascendência Branca:** Comportamento de vantagem branca, ser branco é certo normal que representa controle sobre os espaços, discursos e resultados: presença massiva em cargos de poder. Quantos juízes negros e desembargadores que trazem na sua ascendência profissionais na área? Quantos consultórios médicos são constituídos por pessoas negras?
- **Monoculturalismo:** Expectativa de que todos os indivíduos se adaptem a uma visão acadêmica vista como normalidade, desde as epistemologias até os currículos. Questionamento: Quantos escritores negros estão presentes em planos pedagógicos de ensino de curso (PCC)?
- **Cegueira branca:** ignora a identidade e os privilégios brancos e defende o neutro, presente em falácias como: “Eu não vejo cor”, “Todos somos iguais”; “Todo mundo tem sangue vermelho”.

- **Afastamento dos brancos:** distanciamento de pessoas de cor, são incapazes de criar um ambiente multicultural. Estranhamento de ver pessoas negras em locais “reservados para a branquitude”, nos quais as pessoas pretas geralmente estão em lugares demarcados, como, por exemplo: babás, garçons, bartenders, se estes estiverem consumindo sem estar nesses locais, causa estranhamento e resulta em situações de racismo.

Após a análise dos dados e a intersecção entre gênero e raça, destacamos que o ingresso de bibliotecários no núcleo ocorreu apenas a partir de 2019, com números crescendo ao longo dos anos. Nesse contexto, a formação de um grupo de bibliotecários no núcleo se faz necessária para propor ações aos colegas, realizar mapeamentos e diagnósticos sobre o acervo, as ações realizadas nas bibliotecas relacionadas à temática e o auxílio no repositório institucional. Deste modo, espera-se que os resultados obtidos com os levantamentos sejam publicados em artigos científicos, anais de eventos e/ou livros, a fim de promover a divulgação científica das rotinas voltadas às relações étnico-raciais. Dentre a “Presença Institucional Negra” no IFSP, identificamos que cerca de 33,33% dos Campi contam com profissionais negras(os).

A participação e as reuniões do núcleo são formativas que se constitui pelo compartilhamento de suas experiências na elaboração de ações para educação para as relações étnico-raciais e pelas atuações do núcleo que são continuamente formativas e esses são formadores e multiplicadores de conhecimento. Nos encontros presenciais dos bibliotecários, o núcleo possui espaço para a formação das(os) profissionais.

Contudo, nos estudos de Santos e Pontes (2016) sobre a produção técnico-científica dos bibliotecários no IFSP que na época contabilizavam 73 profissionais. As pesquisadoras identificaram 92,9% consideram importante realizar pesquisas relacionadas à sua área de trabalho e publicá-las, porém, apenas 37% possuem publicações, sendo que 50% acreditam ser interessante publicar em periódicos científicos e 35% em eventos científicos, sendo recorrente as palavras-chave sobre leitura, bibliotecas escolares e competência informacional.

Outro dado relevante relaciona-se a coautoria, que 78,9% são com outras instituições e apenas 21,1% são com colegas de trabalho. Nos dados discutidos pelas autoras evidencia-se que 74,6% desses profissionais tinham Currículo *Lattes*, ainda

na busca na base da produção técnico-científica desses profissionais somam-se 72%. Sendo, 53% em artigos científicos e 39% em anais de eventos, enquanto 23% referem-se a livros e/ou capítulos, foram verificadas produções de 2008 a 2015.

As autoras concluem a necessidade de se ter mais diálogos entre os colegas para fomentar mais publicações, suscitam a possibilidade de criação de grupos temáticos para os profissionais com interesses de áreas afins. Ressaltam, ainda, que a quantidade de pesquisas desenvolvidas para a sociedade e a partir das produções científicas se torna possível responder às necessidades informacionais da população.

Nesse sentido, publicar os resultados e as inquietudes de suas rotinas é tão importante quanto pesquisar, pois isso registra e possibilita formas de compartilhar experiências vividas, inquietudes, avanços e inovações que podem ser utilizadas e adaptadas em diferentes realidades (Santos e Pontes, 2016, p.19).

Dialogando com as informações trazidas pelas pesquisadoras, evidenciamos a necessidade da criação de grupo temático para as relações étnico-raciais considerando o número de profissionais existentes no NEABI, mas nada impede que profissionais que não estejam no núcleo participem para contribuir com as produções. Tendo em vista que, bibliotecários consideram importante a produção técnico-científica.

Ao realizarmos pesquisa no *Currículo Lattes* das(os) bibliotecárias(os), do núcleo com recorte de 2018 a 2024, evidenciamos publicações na temática étnico racial.

Quadro 1 - Produção Científica das(os) bibliotecárias(os) do núcleo

Tipo de publicação	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Monografia	1						
Dissertação							
Tese	1						
Livro				1	1	2	
Capítulo de Livro	1			1		1	
Artigo científico		1					1
Anais de evento			2		2	5	2

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Nota-se um crescimento significativo das publicações relacionadas às questões raciais do núcleo nos últimos anos. Acredita-se que a entrada no núcleo fomenta a publicação de artigos relacionados à área, os estudos versam sobre as políticas de ações afirmativas, letramento racial, letramento informacional, projetos de extensão e ações culturais, empoderamento racial nas bibliotecas do IFSP. Para abarcar essas publicações oriundas desses profissionais concordamos com Santos e Pontes (2016) sobre a necessidade da criação de um grupo temático para enriquecer e fomentar novos estudos na área.

Notamos ainda, nos Currículos *Lattes*, a participação dos profissionais em eventos relacionados à temática antes da entrada no núcleo e após. Desta forma nota-se interesse em se aprimorar e conhecer as discussões da étnico-racial. Além disso, observa-se a busca desses profissionais por formações relacionadas à temática, os quais são avaliados para ingresso no núcleo. Conforme relata o de Santos *et al.*, (2021); Alves (2020) o ingresso em grupos de pesquisa, faz com que o profissional questione sobre o cumprimento do seu papel social enquanto bibliotecária(o), seja no desenvolvimento de coleções, como também nas ações desenvolvidas.

Além disso, observa-se a participação das(os) bibliotecárias(os) do IFSP na organização da Semana da Consciência Negra e outros eventos, além da participação das bancas de heteroidentificação. Alves (2020) endossa a participação de bibliotecária(o) nas ações encabeçadas pelo núcleo porque propicia na produção e o envolvimento nos eventos culturais da instituição e fomenta o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão visando a divulgação em eventos científicos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

O pertencimento-racial dos bibliotecários no núcleo reforça o sentimento de pertencer a grupo de iguais porque a maioria dos membros do núcleo são negros, independente, da categoria e do nível escolaridade este local simboliza, segundo Souto (2021) o aquilombamento que atravessa a trajetória da experiência de negra no Brasil que se articula as estratégias de resistência, sobrevivência e existência em uma instituição onde majoritariamente é composta por pessoas brancas como o IFSP.

É importante salientar que este grupo representa um lugar de acolhimento e representativo e que a formação é contínua pelas trocas de experiências pessoais no ambiente acadêmico que, por vezes, se torna adoeecedor para pessoas negras pelas violências sofridas nesses ambientes. Estar no núcleo consiste em ter um espaço de

fortalecimento e aprendizado constante que fomenta as discussões étnico-raciais por meio de encontros formativos e dos encontros presenciais do núcleo.

Desta forma, as(os) bibliotecárias(os) tornam-se multiplicadores do conhecimento étnico-racial e este pode ser disseminado entre os pares, por meio de formações específicas demandadas pelos colegas e/ou presença nos encontros dos bibliotecários. Sendo assim, socializar este conhecimento é importante para afastar a neutralidade e o universalismo presentes nos discursos da sociedade brasileira alicerçada pelo “mito da democracia racial” presente na Biblioteconomia também.

A (o) Bibliotecária (o) não deve se portar passivamente diante do acervo e sim estar atento e informado a respeito das ideologias e estereótipos que circulam nos diversos suportes informacionais a fim de propor uma reflexão do processo de discriminação racial brasileiro que desqualifica a participação da população negra na construção social (Gomes, 2016, p.747)

Para que o acervo afrocentrado não se torne um amontoado de livros na biblioteca, é preciso capacitar e conscientizar as(os) bibliotecárias(os) sobre a importância desses materiais para a educação para as relações étnico-raciais, de modo que os profissionais possam promover ações que divulguem essas obras e os intelectuais negros(os) para a comunidade acadêmica. Desta forma, esses estarão comprometidos com a pauta racial, promovendo a justiça social, racial e informacional pelas ações da biblioteca (Lima *et al.*, 2018)

Além disso, Sá e Francelin (2021) afirmam que o não reconhecimento e o desconhecimento do processo de indexação de palavras-chave são erroneamente apontados como causas para os ruídos e silêncios na pesquisa, os quais deixam de representar a informação, conferindo-lhe um sentido diferente do conteúdo original.

Todas essas ações se fazem necessárias no âmbito das bibliotecas, ao permitirem a produção de uma narrativa a partir dos sujeitos, considerando a constatação de Silva *et al.* (2021, p. 05), que afirmam: 'Dentro da biblioteca, a justiça informacional não se dá de forma distributiva, haja vista que historicamente a biblioteca foi criada como um espaço para e por uma elite.'

Para mudar essa realidade, durante este período, o núcleo tem trabalhado na formação dos profissionais da informação em relação à temática étnico-racial, no fortalecimento dos acervos institucionais por meio da indicação de títulos para as bibliotecas, seja pela compra por meio de projetos de pesquisa ou em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino, e pela proatividade dos (as) bibliotecários (as), visando promover a representatividade, diversidade e pluralidade presentes na sociedade

brasileira por meio do acervo, de modo que enfrente as injustiças educacionais, raciais, sociais e informacionais.

No capítulo a seguir, apresentamos as intervenções desenvolvidas pelo núcleo desde 2016, os quais foram fundamentais para a formação dos profissionais e o desenvolvimento de coleções das bibliotecas do IFSP relacionadas às temáticas desenvolvidas pelo NEABI. Tais ações culminaram no interesse para participação do núcleo para apropriação da temática étnico racial.

5.1.3 Intervenção do NEABI nas bibliotecas do IFSP

Neste contexto de mudanças, um dos pontos cruciais elencados pelas *Diretrizes curriculares Nacionais para Educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (Brasil, 2004) foi a criação dos NEABI'S nas instituições de ensino para o acompanhamento da lei 10.639/2003 e 11.645/2008 e das políticas de ações afirmativas. Por meio do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), previu a criação do NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas), o qual foi constituído em 2015 com o intuito de garantir o cumprimento das leis e as políticas de ações afirmativas, instituído e regulamentado no IFSP pela portaria 2.587, de 28 de julho de 2015¹⁰.

Dentre as inúmeras intervenções do núcleo desde 2015, uma das atuações exitosas foram os levantamentos bibliográficos iniciados em 2016 nos até então 36 *Campi*. Os dados obtidos pelo relatório¹¹ apontaram havia apenas 69 títulos relacionados à temática étnico-racial em todos os *Campi* e/ou outros não apresentaram nenhum material relacionado à temática. Diante dos dados obtidos, o núcleo apresentou de forma propositiva a sugestão da compra de 70 títulos para as coordenadorias de bibliotecas poderem adquirir os materiais no prazo de 5 anos.

Em 2020, o núcleo teve o projeto AFROIF-pensamento decolonial, currículo e formação docente contemplado pelo edital do Centro de Estudos das Relações de

¹⁰ IFSP. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI). Disponível em: bit.ly/40ptueK. Acesso em: 18 jan.2023.

¹¹ INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas. **Relatório do acervo bibliográfico acerca da história e cultura afro-brasileira e indígena**. São Paulo: [s.l.], 2016. 18 p. Disponível em: <https://l1nq.com/fcKdV>. Acesso em: 24 abr. 2023.

Trabalho e Desigualdades (CEERT). O projeto contou com a atuação de 30 pesquisadores do núcleo. A primeira etapa do projeto foi o diagnóstico de “escuta” da percepção dos docentes acerca da temática, evidenciou que 64% dos docentes “não sabiam” da disponibilidade de materiais disponíveis no acervo. Diante disso, os pesquisadores decidiram fortalecer o acervo das bibliotecas com a doação de 2 exemplares dos 9 títulos da “Coleção Feminismos Plurais”, totalizando 648 materiais.

No ano 2022, elaborou-se um novo diagnóstico nos acervos das bibliotecas. Identificamos que os acervos obtiveram um crescimento significativo, 75% derivado das intervenções do núcleo e das iniciativas dos bibliotecários na compra de materiais para a educação das relações étnico raciais, por meio deste relatório trouxe também algumas ações culturais desenvolvidas pelos profissionais.

Cerca de 55% dos materiais indicados pelo núcleo no memorando enviado em 2017 foram adquiridos pelas unidades de informação. Os dados marcam um novo momento para as bibliotecas da instituição, de modo que reflete o compromisso social e político dos profissionais em proporcionar aos usuários um acervo diverso que preza pela diversidade étnica e cultural presente na sociedade brasileira, pois através destes mecanismos permite-se o combate contra a discriminação racial e promove a justiça social, racial e informacional para os usuários das bibliotecas.¹²

Contudo, identificou-se que o acervo ainda não contemplava a temática indígena de forma satisfatória nos acervos. Diante disso, o núcleo apresentou uma lista de sugestões contemplando a temática e a atualização de novos títulos relacionados à população negra. Esta lista foi enviada para a Pró-Reitoria de Ensino (PRE) que adquiriu todos os 40 títulos sugeridos pelo núcleo, enriquecendo mais uma vez com a temática.

Além disso, desde 2022 o núcleo vem promovendo formação para bibliotecárias(os) e docentes na rede federal por meio do “Programa Amplifica” voltado para a formação dos servidores. Os assuntos abordados foram “A importância de se enegrecer as bibliotecas: Carolina Maria de Jesus como estratégia antirracista”, ministrada pelo pesquisador da vida e obra de Carolina Maria de Jesus, Doutorando e integrante do núcleo Michael Dias, o pesquisador discorreu sobre a autora e trouxe

¹² INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas. **Relatório do acervo bibliográfico acerca da história e cultura afro-brasileira e indígena**. São Paulo: [s.l.], 2022. 112 p. Disponível em: <https://bit.ly/3PHp3ar>. Acesso em: 24 jul. 2023.

elementos reflexivos sobre as três obras da autora presente em todas as bibliotecas, sendo “Quarto do despejo”, “Casa de Alvenaria” volume 1 e 2 que retratam a vida de Carolina após o sucesso do primeiro livro. Além disso, trouxe a autora como multiartista, como compositora de músicas, poemas e poesias, entre outros.

A outra formação intitulada “O epistemicídio do conhecimento negro no desenvolvimento de coleções: qual o papel da profissão bibliotecária? ”Ministrada pela bibliotecária Dra. Franciéle Gârcez, a pesquisadora discorreu sobre a importância das obras para o acervo e a importância dos NEABI’s para a instituição e para as bibliotecas.

Em 2023, ocorreu outra formação pautando a questão indígena, intitulada “Literatura indígena como processo de descolonização, lutas e resistência”, ministrada pela bibliotecária Uará Pataxó, mestranda do curso de Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) que trouxe um olhar sobre cultura indígena e as obras que refletem sobre a realidade indígena, assim como as suas lutas para o reconhecimento dos seus saberes.

As formações encontram-se disponíveis na *playlist* do núcleo no Canal do IFSP¹³, além de outras formações realizadas pelos integrantes do núcleo, as quais foram potencializadas durante a pandemia pelo isolamento social. Atualmente a *playlist* criada em 2023, conta com 185 vídeos com 585 visualizações. Além disso, o núcleo por meio das redes sociais divulga os títulos e as obras disponíveis nas bibliotecas.

Para colaborar para a divulgação do acervo, a coordenação do núcleo se reuniu com os bibliotecários para pensar ações no sistema para facilitar a localização de obras no acervo. Desta, teve os seguintes encaminhamentos: a criação da UO (Unidade Organizacional) no sistema *Pergamum* que abrigaria todas as publicações relacionadas à temática étnico-racial. Além disso, ao identificar obras da temática étnico racial durante a catalogação, os profissionais foram orientados a incluir no campo (650) a sigla NEABI. Deste modo, os usuários por meio da OPAC¹⁴ podem localizar os títulos que possui em cada na biblioteca, e quais os foram inseridas as bibliografias relacionadas à temática.

¹³ IFSP NEABI. Playlist. Disponível em: <https://bit.ly/3PHIe44>. Acesso em: 18 jan.2025.

¹⁴ IFSP amplia acervo de obras relacionadas à cultura afro-brasileira e indígena, **IFSP**. 24 maio. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3CdN9Xb>. Acesso em: 18 jan. 2024.

Além disso, após o lançamento do repositório institucional do IFSP em 2023. O núcleo¹⁵ solicitou a inclusão de uma comunidade para adicionar as publicações dos pesquisadores do núcleo, e as publicações dos estudantes e servidores que produzem materiais relacionados à temática do núcleo. Destaca-se que, encontra-se em processo de implementação e de povoamento dos materiais publicados.

Posto isso, as intervenções do núcleo propiciaram o desenvolvimento de coleções afrocentradas, assim como as iniciativas individuais bibliotecárias(os). Com intuito de oferecer à comunidade um acervo pluridiverso que atenda as necessidades informacionais dos usuários que encontram neste acervo a possibilidade de empoderar estudantes negras(os) e educar branquitude para as relações étnico-raciais e colaborar para o letramento informacional afrocentrado a partir de intelectuais negras(os).

5.1.3.1 Acervo afrocentrado do IFSP

Conforme apresentado no capítulo anterior que se refere aos materiais disponíveis que enegrecem os acervos das bibliotecas do IFSP que apresentam a diversidade e a pluralidade do povo brasileiro. Neste apresentaremos os dados quantitativos com relação ao acervo.

Os dados apresentados foram extraídos por meio do relatório do *Pergamum* dos materiais adicionados de 2016 até 2025 no sistema. Segundo (Lima, 2018, p.91) esses acervos: [...] “auxiliam na expansão dos conhecimentos dos usuários e colaboram no aumento de novas produções científicas, bem como proporcionam desconstruir estereótipos girando em torno da população afrodescendente e de informações acerca da temática”.

Totalizando os materiais disponíveis, identificamos que as bibliotecas acumulam juntas cerca 4.164 títulos e 8.606 exemplares que abarcam as temáticas discutidas pelo núcleo. Na busca realizada na OPAC do *Pergamum* pelo termo “NEABI” identificamos que 72,22% possuem mais de 100 títulos no acervo, enquanto 27,78% possuem menos de 100 títulos dos 36 *Campi* em atividade, exceto os Campi Bauru, Miracatu, São Miguel Paulista, Miracatu, Presidente Prudente, Rio Claro e Presidente Prudente, os quais são Campi e não possuem biblioteca do Campus. As

¹⁵ Repositório Institucional IFSP. Coleção Neabi. Disponível em: <https://bit.ly/3EepCpD>. Acesso em: 28 jan. 2025.

unidades de informação que mais possuem títulos da Jundiaí possuem a maior quantidade de títulos relacionados a temática, contabilizando 226 obras, seguida por Campus São Paulo com 192 e o Campus de Itaquaquecetuba 183 títulos. Diante do exposto, consideramos que o acervo das bibliotecas do IFSP é representativos e está num percurso para a construção de um acervo afrocentrado após inúmeras ações descritas no capítulo anterior.

Ressaltamos a contribuição das bibliotecárias e dos bibliotecários na elaboração dos mecanismos que visam o aprimoramento do *Pergamum* atender as particularidades do núcleo. Isso foi feito por meio de um formulário cujo objetivo foi identificar os empréstimos e outras informações relevantes, mas também abriu espaço para eles sugerirem ações para o núcleo. Entre as sugestões, destacou a criação da Unidade de Organizacional (UO). Considerando os recentes cortes no orçamento, alguns campi conseguiram efetuar a compra dos títulos recomendados. Assim, as iniciativas foram desenvolvidas em conjunto entre as bibliotecárias e os bibliotecários e o núcleo, permitindo que os usuários localizassem os títulos disponíveis em suas respectivas unidades e compreendessem a relevância da biblioteca na promoção de uma educação afrocentrada no IFSP.

Neste contexto, a afrocentricidade torna-se o principal ponto de partida para a desconstrução de uma narrativa produzida por um único lado da história, sem que o outro lado pudesse ter voz para se colocar como forma de produção de conhecimento por meio dos saberes ancestrais e das experiências vivenciadas. Deste modo, o desenvolvimento de coleções deve estar pautado para além dos planos de ensino, o qual deve estar comprometido em mitigar as desigualdades sociais, raciais e informacionais do Brasil. Deste modo, o acervo e as ações nas bibliotecas devem estar alinhadas com a Agenda 2030 para alcançar os objetivos, em especial, concernente a ODS 04 Educação Inclusiva, ODS 10 Justiça e a recentemente incorporada a ODS 18 - Igualdade racial, os quais buscam a equidade de direitos e de acesso às oportunidades.

5.2 Do Letramento informacional ao letramento racial: pluridiversidade no acervo

As bibliotecas são equipamentos constituídos para emancipar e empoderar indivíduos, a partir do desenvolvimento de coleções que concernem às representações sociais presentes na população brasileira. Observando o contexto histórico brasileiro, nota-se que esses espaços foram construídos para a elite e por elite, baseados no eurocentrismo, que se mostra presente nos currículos dos cursos de biblioteconomia e até a imagem estereotipada do profissional permeia o imaginário até os dias atuais.

Diante disso, as bibliotecas não são tidas como ambiente seguro para grupos marginalizados pela sociedade porque o desenvolvimento de coleções não foi pautado considerando a pluridiversidade dos indivíduos presentes na sociedade brasileira, os quais carregam nos seus corpos marcas da resistência, da luta e da resiliência Brook; Ellenwood; Lazarro (2015). Com isso, é primordial que os acervos dialoguem com as realidades desses indivíduos, sendo representativos e, ao mesmo tempo, considerados produtores de conhecimento.

Entretanto, a formação da população brasileira se deu por um processo extremamente violento que promoveu o genocídio dos povos originários e a escravidão das pessoas negras sequestradas do continente africano, os quais tiveram seus saberes silenciados, afastados, apropriados e ignorados, não sendo considerados pela classe dominante como um conhecimento para ser compartilhado com o mundo, principalmente aquelas epistemologias do Sul Grosfuguel (2016). Por isso, Adichie (2019) nos alerta sobre o “perigo da história única”, aquela contada sob uma única perspectiva.

Contudo, Santos (2021) ressalta que, enquanto a branquitude mantém os privilégios, inviabilizando tudo que não é branco, perde a oportunidade de alargar os seus horizontes, e por consequência do paradigma epistemológico europeu, promove conscientemente o epistemicídio e morte de saberes dos grupos colonizados. Isto se estende na academia, podendo ser observado nos autores considerados cânones nas áreas de conhecimento e nas bibliografias dos cursos e, por conseguinte, na biblioteca, como nos recorda Silva *et al.* (2021) que este espaço foi criado para e por elite e vem conscientemente representando esses grupos. Conforme nos aponta Bento (2020, p. 91), “Os brancos se consideram como um ser universal, enquanto o

negro relata apenas as dificuldades”, mas são dificuldades que atravessam as pessoas não-brancas.

Isso mudou com a criação das leis 10.639/2003 Brasil (2003) e 11.645/2008 Brasil (2008) que regem sobre a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e indígena na Educação Básica, estendendo-se também ao ensino superior, e também com a lei 12.711/2012 Brasil (2012) alterada pela 14.723/2023 (BRASIL, 2023) que reserva vagas aos estudantes indígenas, negros e quilombolas (incluído pela alteração em 2023) no ensino superior e técnico. Tanto que o Senador Paulo Paim assevera que “A Universidade não podia continuar sendo quase um *apartheid*: negro, indígena e quilombola não entram” (Agência Senado, 2023).

Tal fato tornou o ambiente universitário mais homogêneo, levando à pluridiversidade dos estudantes oriundos de classes sociais distintas, construindo uma cosmopercepção dos conhecimentos trazidos por estes indivíduos, a partir de suas vivências e experiências, tornando-os produtores de trabalhos relacionados à cultura afro-brasileira e indígena nas diversas áreas do conhecimento.

Com isso, estes passaram a não ser objetos de estudos apenas, mas os sujeitos autores da pesquisa Ribeiro (2020). Vale ressaltar que esses avanços nas políticas públicas são frutos das reivindicações do Movimento Negro, que teve o conhecimento construído a partir das vivências das pessoas negras que acessaram os espaços da academia e tencionaram mudanças significativas para o grupo, estendidas para outros grupos menos privilegiados da sociedade. Por isso, o movimento negro não apenas reivindica, mas educa para uma educação antirracista que busca equidade, igualdade e paridade com os demais grupos (Gomes, 2017).

Partindo deste pressuposto, o movimento negro compreende que é apenas pela educação que haverá mudanças para a erradicação do racismo, e que as pessoas negras, indígenas e quilombolas poderão gozar das mesmas oportunidades de pessoas brancas na sociedade, assim promovendo a justiça social e racial.

Em relação aos estudantes do IFSP do ensino médio e superior, observamos que 35%¹⁶ são negros, mas os últimos dados do IBGE (2022) mostram que 49% da população se autodeclara como pessoas negras. Isso nos mostra que as políticas de ações afirmativas não têm chegado ainda, em sua completude, aos sujeitos de direitos dessas políticas de fato. Embora os números tragam um quantitativo pouco

¹⁶ Dados informados pela Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Campus.

significativo de pessoas negras no espaço, ainda assim torna-se necessária a discussão étnico-racial que preze pela pluridiversidade, buscando a identidade para além do sujeito constituído pela modernidade.

Assim, frente ao cenário e contexto brevemente apresentado, o objetivo deste trabalho é avaliar como os acervos bibliográficos disponibilizados em bibliotecas promovem o letramento racial, e, ao mesmo tempo, ressignificam o papel do negro como sujeito na produção de conhecimento, principalmente, quando a população negra adentra nesse espaço e traz consigo as experiências, vivências e reflexões, a partir dos seus territórios, que dialogam com os materiais disponíveis na biblioteca do IFSP, do Campus Campinas.

5.2.1 Reflexões sobre o letramento informacional e racial

Embora nos últimos anos tenhamos tido avanços significativos quanto ao ensino da cultura afro-brasileira e indígena na educação, observam-se poucos avanços na formação de professores na percepção da lei culminando na abordagem superficialmente na educação, perpetuando o racismo no ambiente escolar (Ambiente..., 2023).

Posto isso, torna-se necessário que o letramento informacional seja utilizado como ferramenta balizadora para a construção de uma identidade positiva do povo negro e no combate ao racismo no ambiente escolar, visto que isto colabora para o fortalecimento da autoestima dos estudantes negros e inibe situações racistas disfarçadas de “brincadeiras” entre os discentes.

Para colaborar para a formação de uma instituição antirracista, torna-se importante que os estudantes saibam selecionar as fontes de pesquisa que possibilitem a construção de um pensamento refletivo sobre a sociedade. Tanto que Gasque (2010, p. 19) avalia que “se os aprendizes forem formados para atuar como pesquisadores letrados informacionalmente, terão condições de buscar, avaliar, organizar e usar as informações relevantes, transformando-as em conhecimento”.

Neste contexto, Gomes (2016) avalia o papel da afrocentricidade para a construção deste conhecimento no âmbito da biblioteca e do bibliotecário, responsáveis em colaborar para a construção de uma organização contra-hegemônica a partir dos materiais disponíveis no acervo, nos serviços oferecidos e ações realizadas com foco na temática étnico-racial que legitima a resistência negra,

os quilombos, e o movimento negro, os quais referenciam a diáspora africana e a construção identitária dos afrodescendentes.

Além disso, Souza e Paim (2017) destacam que nem os livros didáticos colaboram no cumprimento da lei, pois estes dedicam poucas páginas e/ou capítulos às culturas africanas e afro-brasileiras. Os autores provocam os professores a transgredir a prática docente e o conhecimento prévio na adoção de materiais que desmistificam o papel da população negra na construção do Brasil, de modo que permitam ao estudante construir um pensamento reflexivo e crítico sobre as desigualdades raciais e sociais existentes no país.

Nesse sentido, Araújo e Cavalcante (2016, p. 4) enfatizam que o papel do professor “[...] deve ser formador de opinião e não “mais um” que colabore e ajude a arraigar, em seus alunos, um pensamento preconceituoso e discriminador”. Gasque (2015) diz que é papel do professor ensinar o aluno a buscar, avaliar e utilizar as fontes de pesquisa disponíveis, promovendo assim o letramento informacional. Mas se o docente desconhece fontes étnico-raciais, como letrar racialmente este estudante?

[...] letramento racial como modo de ensinar a reconhecer as vantagens e tensões raciais presentes na sociedade e ainda promover a capacitação das pessoas para que elas saibam responder a essas questões de modo a não fortalecer a discriminação e o preconceito. (Vieira; Santos, 2023, p.2)

Do mesmo modo, Vieira; Santos (2023) discorrem sobre o papel do bibliotecário de formar usuários letrados informacionalmente e, ao mesmo tempo, racialmente. Por isso, o letramento racial se faz importante para o cidadão compreender a sociedade em que está inserido, de modo a não reproduzir ações e atos que visam diminuir pessoas de outros grupos étnicos pelas suas características fenotípicas.

Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade da biblioteca dispor de materiais de autoras (es) negras (os), para que esses estudantes se sintam representados, pois essas pessoas falam deles e sobre eles em suas obras. Conforme aponta Mariosa e Reis (2011), no que tange à falta de representatividade tanto nas obras quanto na presença de pessoas negras no corpo docente e nas atividades de destaque profissional. Santos (2017) evidencia isso no seu estudo ao abordar a vida e obra da escritora Carolina Maria de Jesus na prática didática, o que culminou no sentimento de pertencimento dos estudantes ali presentes. Portanto, a

abordagem desta temática é emergencial para a formação deste cidadão, pois a construção de identidade está em constante movimento.

Nesse âmbito, destaca-se a pesquisa de Jesus (2023), que apresenta em seu estudo práticas pedagógicas possíveis a partir da vida e obra de Carolina Maria de Jesus. O autor entrevistou docentes que utilizam a obra da autora, em especial, o livro “Quarto do Despejo”. Contudo, o autor destaca que é possível utilizar toda a produção da escritora, como outros títulos, poesias e músicas, sendo a escritora considerada multiartista. Ao apresentarmos outras produções da escritora, evidenciamos a importância das suas obras para além do famigerado “quarto do despejo: diário de uma favelada”. Nas demais obras, a autora retrata as suas percepções ao se mudar para a tão sonhada Casa de Alvenaria e as nuances da sua vida após o seu reconhecimento como escritora, mas traz os atravessamentos do racismo na mudança da sua posição social, de modo que se retira o estigma da autora de uma obra única e de escrever apenas diários.

Corroborando com os autores acima, Gomes (2017) diz que o conhecimento nascido na luta não avança isoladamente, pois este conhecimento entra em diálogo com outros conhecimentos, em especial, na academia, espaço esse que visa construir novas configurações cognitivas e políticas. Krenak (2020) enfatiza dizendo que a ecologia dos saberes deve integrar nossa experiência cotidiana e escolher o lugar para viver na nossa comunidade.

5.2.2 Promoção do letramento racial por meio das obras disponíveis no acervo

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (FSP), Campus Campinas, está instalado desde 2013. Neste período, ocorreu mudança de bairro, visando o atendimento de outra região periférica desprovida de instituições públicas de ensino gratuito e de qualidade na localidade.

O acervo da biblioteca conta com 1.839 títulos e 4.678 exemplares, sendo que 117 abordam a questão étnico-racial e indígenas, temáticas norteadoras das discussões do núcleo, representando 6,23% dos títulos disponíveis no acervo. Neste estudo, trazemos a importância de algumas autoras(os) negras(os) cânones na discussão étnico-racial.

Os títulos adquiridos pela instituição são obras de intelectuais negros que se forjaram nas lutas do movimento negro, conforme aponta Gomes, (2017). São exemplos: Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Lélia González, Cida Bento, autores brasileiros apontados nas *Diretrizes...*(2004) como pesquisadores, que devem estar presente nas aulas e na composição dos acervos bibliográficos, assim como autores estrangeiros referenciais nas lutas raciais como Angela Davis, Franz Fanon, Patricia Collins. Para Batista (2010, p. 33), “O processo científico é produto da atividade humana do mundo ao seu redor e promove descobertas que possibilitam compreendê-lo cada vez mais e melhor”. Desta forma, justifica-se a necessidade de escrita desses intelectuais que promovem a mudança, sendo os sujeitos neste processo educativo do Movimento Negro.

Kilomba (2019) destaca ainda que escrever significa romper com a máscara do silenciamento e a marginalidade criada pelo racismo para manter essas pessoas nesses locais. Assim se criam papéis fora dessa ordem colonial que dita o que é conhecimento e o que não é, por isso os movimentos sociais de uma maneira geral ensinam a sociedade a lidar com os assuntos deixados às margens pelos indivíduos.

O letramento racial oferece, sob a ótica dos intelectuais negros descritos acima, uma ideia da construção do racismo no Brasil e das suas consequências para os povos que o vivenciam diariamente. Vieira e Santos (2024) observam como o letramento racial consiste em compreender a branquitude como um sujeito que se beneficia desse sistema de opressão direcionado para pessoas negras. O letramento informacional direcionado para a compreensão, no reconhecimento e no estudo sobre a história e a cultura deste povo é uma forma de combater o racismo. Por isso, Berth (2020) diz que empoderamento é conscientizar, instrumentalizar e dar poder aos grupos oprimidos para que estes tenham autonomia de emancipação política e social para o enfrentamento da opressão e para a eliminação da situação injusta.

Outro ponto é o endosso de obras literárias de escritores negros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que tem enviado materiais relacionados à temática. Com isso, o acervo conta com obras de autores de renome como Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Machado de Assis e Itamar Vieira Júnior e outros títulos de literatura africana como a moçambicana Paulina Chiziane. Conforme Santos (2017) aponta, são obras que retratam a realidade vivenciada por muitos estudantes que geram empatia, e estes se entendem enquanto produtores de conhecimento, assim como os autores consoante a sua vivência.

Com isso, percebe-se a preocupação da instituição em promover uma educação antirracista a partir do acervo bibliográfico. Contudo, Gasque; Fialho (2017, p. 72) ressaltam que “O desenvolvimento do letramento informacional está intimamente vinculado ao desenrolar da sociedade pós-guerra e aos desdobramentos científicos, políticos e econômicos”, dando a entender que as pessoas mudam e a sociedade muda com ela, principalmente, a perspectiva da decolonialidade que busca somar esforços para a formação de uma ciência justa e que considere os outros saberes.

A epistemologia está ligada às instituições culturais, sociais e políticas de um povo, a qual pode ser constituída pela oralidade, pela prática e pela memória que podem ser registradas ou não, se tornando uma marca da violência do colonialismo que aniquila esses saberes com a falsa ideia do universalismo e reproduz formas de opressão herdadas do período colonial.

Diante do exposto, os trabalhos desenvolvidos acerca do letramento informacional ao letramento racial abrem caminhos para se pensar uma educação antirracista no âmbito da educação, e as bibliotecas podem colaborar efetivamente para o cumprimento das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e, ao mesmo tempo, combater o racismo que ataca a subjetividade de pessoas negras em diáspora africana e convivem com as violências frutos deste período escravocrata que desumanizou esses corpos por séculos.

O letramento informacional tem um papel crucial para combater as injustiças racial e sociais sofridas pelos povos invisibilizados e sofrem com o apagamento da sua história nos livros didáticos, mas o uso de outras fontes pode mudar essa realidade, principalmente, aquelas produzidas pelos intelectuais negros que vivenciam as adversidades que esses corpos sofrem cotidianamente na sociedade pela opressão do grupo dominante.

Nesse sentido, as bibliotecas precisam prezar pela construção de coleções subversivas e de uma agenda cultural que promova um impacto profundo sobre quem está representado na composição dos acervos. A justiça social dos grupos marginalizados se faz emergente sob a perspectiva de reparar os danos ocasionados direcionados a esses grupos que, para além da necropolítica, são vítimas da vulnerabilidade informacional, pois a sua história não foi contada fidedignamente aos acontecimentos históricos, em especial, a respeito da luta das pessoas escravizadas

pela liberdade através das revoltas da situação a que essas foram expostas por séculos.

Ter conhecimento é conseguir revolucionar o mundo e trazer luz para as situações injustas, as quais podem ser modificadas pelo poder da informação, porque pessoas empoderadas informacionalmente conseguirão conhecer profundamente a sua história, principalmente, pessoas negras que possuem a sua fragmentada, a qual é contada pela oralidade passada de geração em geração, que lutam exaustivamente para manter as suas referências vivas, mesmo que muitas vezes a academia não reconheça, mas há resistência em se manter por meio dos mais novos, os quais adentram as universidades e trazido esse tema.

Embora haja, poucos estudantes negros no Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (FSP), Campus Campinas, percebe-se o interesse desses e de não-negros, por acervos antirracistas. Por isso, é válido compreender como a pauta das desigualdades raciais atravessa a composição dos acervos em bibliotecas de instituições de ensino, em qualquer nível, mesmo que a quantidade de estudantes e servidores negros que circulam nesses espaços, que ainda são considerados elitizados pelos grupos étnicos, não seja equitativa.

Entretanto, pelas políticas de ações afirmativas, essa configuração tem se modificado gradativamente, os estudantes têm adentrado esses espaços trazendo as suas demandas para estudos na academia. Sendo assim, as bibliotecas precisam oferecer subsídios para que novos projetos sejam desenvolvidos, a partir da literatura disponível no acervo bibliográfico. Afinal, as 5 leis de Ranganathan fazem referência ao papel social dessas unidades ao nos lembrar que “Os livros são para serem usados”; “A cada leitor, o seu livro”; “A cada livro, o seu leitor”; “Poupe o tempo do leitor”; “A Biblioteca é um organismo em crescimento”. Posto isso, a pluriversidade necessita estar na composição do acervo, que precisa ser representativo à comunidade leitora, a fim de atender os anseios de estudos e na promoção do empoderamento emancipatório dos estudantes inseridos neste ambiente escolar.

5.3 Aquilombamento de intelectuais negros nos acervos bibliográficos: justiça informacional em pauta

O período escravocrata trouxe danos irreparáveis à sociedade brasileira, de modo que determinados grupos étnicos fossem marginalizados, silenciados em sua cultura, ancestralidade, língua e saberes tradicionais em prol de um grupo dominante responsável pelo epistemicídio sofrido pelos povos originários e em diáspora.

Freire (2006) questiona a falta de informação de determinados grupos sociais em detrimento de outro grupo que se apresenta em desvantagem acerca dos seus conhecimentos e história.

[...] os conhecimentos são retratados de maneira marginal e sua população, em especial as de origem africana e indígena, é imaginada apenas como objeto da ciência ou inexistente. No pensamento ocidental, as culturas ditas tradicionais, são consideradas objetos da ciência, por serem conhecimentos ditos não válidos, ou não científicos (Lima; Almeida, 2019, p.4).

O apagamento da história impede a construção identitária do indivíduo em sua totalidade. As informações disponíveis são fragmentadas e nem sempre são contadas de uma perspectiva positiva, como exemplifica Adiche (2019). O perigo de uma história única é de se ter apenas uma narrativa, sem que seja questionada, contrapondo outras. Oliveira (2014, p.28) destaca que seu estudo sobre a intelectualidade de pessoas negras destaca que “A sociedade ocidental construiu e constrói a cultura e a crença de que os negros/as não são dotados de capacidades intelectuais, não são aptos a criar, pensar, filosofar, produzir ciências, entre outras formas de expressar conhecimentos, criatividade”.

Por essa razão, a Ciência da Informação tem acompanhado essas mudanças pragmáticas relacionadas à informação étnico-racial em todas as suas áreas de atuação, seja na representação, recuperação ou na mediação da informação e nos estudos de usuários. Nesse contexto, identificamos a Biblioteca como um equipamento indispensável à sociedade, para o combate às injustiças de toda ordem e, em especial, às epistêmicas e cognitivas. Dentre as suas funções estão a de viabilizar o acesso aos artefatos culturais e científicos produzidos pela sociedade, incluindo a produção bibliográfica, tais como livros, revistas, periódicos científicos, jornais, dentre outros.

A educação para as relações étnico-raciais atravessa a Ciência da Informação nos processos de apropriação, organização, disseminação e democratização do conhecimento no tocante ao valor do uso da informação nos diferentes suportes informacionais pelos grupos socialmente vulneráveis.

O objeto de estudo da Ciência da Informação transpassa o ambiente da educação formal, pois os conhecimentos transmitidos através da oralidade em comunidades quilombolas ou indígenas compõem o escopo da ciência da informação, cujo objetivo é colaborar para o avanço da sociedade (Silva Júnior, Silva, Melo Filho, 2017).

O conceito de quilombo evidenciado por Beatriz Nascimento (2021, p.109) “estabelece uma linha de continuidade histórica entre os quilombos como forma de resistência organizada dos negros nos séculos de dominação escravista e suas formas atuais de resistência”. Sendo assim, uma ferramenta eficaz de enfrentamento da ordem social.

Aquilombamento é uma palavra do nosso tempo que extrapola os espaços físicos e digitais emerge de jovens negras(os) interessadas(os) em tecer redes de organização e colaboração frente às situações colocadas pela opressão racial ligados aos aspectos sociais e culturais, sendo um mecanismo de resistência e sobrevivência (Souto, 2021).

Portanto, “[...] o ato de aquilombar como prática cultural que atravessa a trajetória da experiência negra no Brasil (Souto, 2021, p.147), sendo o efeito de aquilombar em diferentes circunstâncias que diz respeito à criação de zonas de segurança, de acolhimento, de fortalecimento. Nesse sentido, um acervo aquilombado e afrocentrado subverte a organização social neoliberal.

Se um dia o ato de aquilombar esteve ancorado em aspectos territoriais, hoje o aquilombamento assume uma performance fragmentada, constituindo-se enquanto espaços de segurança, sejam estes físicos ou simbólicos, imbricados no dia a dia das comunidades negras. (Souto, 2021, p.155)

Diante disso, um acervo aquilombado e afrocentrado promove a diversidade étnica e pluralidade contribui efetivamente para uma educação antirracista porque permite que a história traga novos elementos essenciais para a construção e empoderamento identitário dos indivíduos (Martins, Chaves, Sobrinho, 2022).

Desta forma, o pensamento negro converge mais uma vez para uma posição coletiva e estratégica. Sendo assim, a formação do acervo composto por obras escritas por escritoras(es) negras(es) contribui para o fortalecimento do pensamento

dos intelectuais negras(os) e constitui um novo conhecimento das experiências trazidas por esses silenciadas pelo racismo científico.

A informação referente ao povo negro foi silenciada, mascarada e manipulada auxiliando na discriminação racial. Esta informação da qual resgata a história e cultura de um povo discriminado é recuperada a partir de pesquisas minuciosas. (Eufrásio; Souza, 2022, p.3).

Podemos observar este silenciamento em discussões que são incômodas para a sociedade patriarcal, que prefere censurar ao invés de discutir pautas que são caras para a comunidade LGBTQ+ e para autores escritores negros. Nos Estados Unidos, há um movimento de uma minoria conservadora que tem trabalhado para retirar tais obras das bibliotecas. Já no Brasil, lutamos para a inclusão dessas obras no acervo por força de leis e diretrizes que dão respaldo para a criação de acervos representativos.

Embora haja o movimento de mobilizar a educação para as relações étnico-raciais para o atendimento da legislação. Nota-se a falta de incentivo do mercado editorial em comercializar obras de escritoras(es) negras(os). Essa baixa visibilidade perpétua estereotipada de autoras(es) negras(os) nega a existência destes como produtores de conhecimento, sendo que estes partilham da mesma responsabilidade das instituições de ensino. Tanto que Lima e Almeida (2018, p.17) constata que “É inegável que boa parte da população não valoriza a literatura afro-brasileira ou não é estimulada a isto”, o que resulta na baixa aceitação dessas obras na formação estudantil do indivíduo.

Destaca-se a importância da valorização destes indivíduos para a promoção de justiça distributiva. Os buscadores de informação recebem um tratamento justo e recebem informação equitativamente, enquanto a justiça de reconhecimento, em que os sujeitos necessitam ser representados no conjunto geral de informação, Silva *et al.* (2021).

Contudo, ainda a autora diz que (p.5) “Dentro da biblioteca, a justiça informacional não se dá de forma distributiva, haja vista que historicamente a biblioteca é criada como um espaço para e por uma elite”. Diante disso, o cumprimento das leis 10.639/2003 e 11.645/2005 tem a sua efetividade comprometida, pois *nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e*

Africana (2004) traz a importância da valorização e do reconhecimento dos intelectuais na promoção da educação antirracista nas unidades de ensino.

A construção de um acervo que promove a justiça social baseada na decolonialidade colabora para a (re)construção identitária dos usuários, a partir das fontes de pesquisa disponíveis na biblioteca, prezando pela igualdade e equidade racial. Os reflexos disso podem ser observados pelos usos desses materiais e pela percepção que o indivíduo passa a ter da sua ancestralidade e da sua história, que foi suprimida e reduzida a estereótipos e marginalizada (Silva *et al.*, 2021).

E é por meio das bibliotecas, de seus acervos, que os sujeitos podem acessar o universo das letras, da cultura literária escrita, podendo encontrar e (re)definir seus referenciais, confrontá-los consigo e com os do outro, pois, como já foi dito, a leitura literária permite a formação de sujeitos autônomos e críticos, os quais seriam capazes, assim acreditamos, de intervir em seu destino e no da comunidade, ao nível regional, e até, quem sabe (como um desejo), o da comunidade nacional. (Tanus, Tanus, 2020, p. 251)

Brooks; Ellenwood; Lazzaro (2015) constam que as bibliotecas estão aquém de serem espaços de capacitação de crescimento para grupos marginalizados, justificando-se dizendo que branquitude é uma forma neutra e normal de estar nesse espaço. Por isso, enfatizam a necessidade de haver novas narrativas que ofereçam a oportunidade para que esses grupos lutem contra o silenciamento, mobilizando leitores, por meio de um serviço de referência antirracista que envolve aprender sobre a comunidade a ser servida, as necessidades, as histórias e as experiências trazidas pelos usuários da biblioteca.

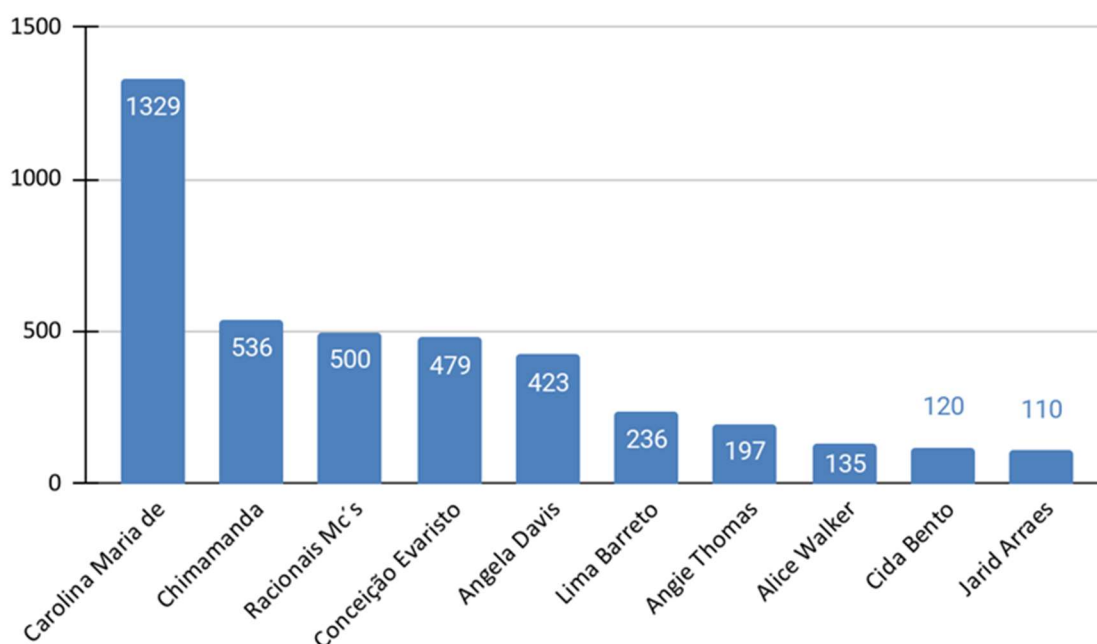
A partir disto, torna-se necessária a intervenção nos acervos bibliográficos. Em geral, essa pesquisa apresenta o desenvolvimento de coleções das 37 bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP) acerca de literaturas afro-brasileiras e indígenas na instituição. Essa é uma forma de combater o epistemicídio, visto que o acesso à informação é um ato político para o reconhecimento da desigualdade social, racial e informacional, os quais são fundantes para a luta antirracista. Assim, considera-se urgente o desenvolvimento de pesquisas e políticas direcionadas ao desenvolvimento de coleções em bibliotecas, nas diferentes instituições de ensino, de modo que tais coleções se configurem como um instrumento de combate às injustiças epistêmicas, cognitivas e culturais. Este estudo direciona-se a analisar, de modo introdutório, como se configura a Política de Desenvolvimento de Coleções dos IFSP, que foca nos interesses e nas necessidades

dos usuários alicerçados pelos objetivos da instituição. E, de modo mais pontual, analisar e descrever algumas características do acervo das Bibliotecas do IFSP.

Os dados abaixo, apresentam o resultado dos dados extraídos do sistema *Pergamum*. Considerou-se o período de empréstimos de 01/01/2022 a 09/06/2023 para análise. No segmento temos 3.435 obras, 7.050 exemplares e 11.429 empréstimos de todas(os) as(os) autoras(es) que abordam as temáticas contempladas pelo núcleo. No gráfico abaixo apresentamos os registros de títulos das(os) autoras(es) negras(os) considerando 1.898 títulos, 3.798 exemplares com 7.915 empréstimos entre obras com abordagem e análise sociológica e de literatura. Após essa seleção, buscou-se analisar: a) os principais títulos escritos por autoras(es) negras (os) disponíveis no acervo que abordam a temática; b) os títulos mais emprestados destes autores até junho/2023; c) a reflexão sobre a importância da disponibilidade deste tipo de material no acervo.

Para analisarmos os dados das bibliotecas, sistematizamos os dados da planilha, filtramos os títulos e a quantidade de empréstimos de todas(os) as(os) escritoras(es) negras(os) e identificamos que 51,36% referem-se as(os) autoras(es) apresentadas(os) no gráfico 1, formando uma espécie de aquilombamento¹⁷ bibliográfico nas bibliotecas.

¹⁷ É uma palavra do nosso tempo faz parte dos debates e das discussões sobre o pensamento negro (EFRÁSIO; SOUZA, 2022, p. 02)

Gráfico 11 - Autor(as)es mais emprestados nas bibliotecas

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Atualmente, os acervos contam com aproximadamente 109.004 títulos e 348.879 exemplares disponíveis. Apenas 3,48% destes títulos abordam a temática étnico racial, os quais atendem os 46.400 usuários ativos na instituição, entre servidores, docentes e discentes. Em um ano, as bibliotecas emprestaram aproximadamente 71.436 materiais, entre livros técnicos e literatura. Deste montante, 16% foram empréstimos da questão racial, sendo que 5,69% são obras de escritoras(es) negras(os) que, dentro da temática da UO, representam 35,57% de empréstimos.

A ausência do autor Machado de Assis justifica-se pelo fato de ser considerado e reconhecido como um dos maiores escritores da história. Suas obras estavam na lista de leituras obrigatórias de vestibulares no Brasil, embora haja estudos existentes discutindo a etnia do autor como negro, este só teve o reconhecimento a partir de, mas teve a sua etnia silenciada até 2019, a qual foi resgatada pelo projeto Machado de Assis Real Nogueira (2021). Em contrapartida, o escritor Lima Barreto, tido como injustiçado e esquecido pela literatura brasileira, figura em 6o lugar na tabela, com 236 empréstimos. Com obras como *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, *Clara dos Anjos* e *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, a sua literatura traz críticas à sociedade brasileira e ao preconceito racial.

Os colocados em 1º e 3º do gráfico 1 são livros de literatura da autora Carolina Maria de Jesus, *Quarto do despejo*, com 1329 empréstimos, seguido do grupo de RAP Racionais Mc's, *Sobrevivendo no inferno*, com 500, ambos foram leituras obrigatórias do vestibular da UNICAMP entre os anos de 2017-2022, resultado da luta do movimento negro para inclusão das obras como leituras obrigatórias que perpassa sobre o reconhecimento da intelectualidade de pessoas negras. Ressaltamos que as bibliotecas possuem os títulos *Casa de Alvenaria* v.1 e v.2 da escritora, mas não produzem o mesmo impacto de sua primeira obra.

Por outro lado, observamos a circulação das obras *Olhos d'água* e *Becos de memória*, de Conceição Evaristo, representando 479, em 4º lugar. Suas obras retratam as escrevivências que relatam contos do cotidiano de pessoas negras. Em 8º lugar da lista, a escritora Jarid Arraes, com *Lendas de Dandara* e *Heroínas negras brasileiras*, que visa enaltecer as histórias de mulheres negras estando. Outras obras que evidenciamos são as obras da nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie de *Americanah*, *Meio Sol Amarelo*, *Hibisco Roxo*, *Sejamos todos feministas*, com 564 em 2º no ranking dos empréstimos, enquanto as escritoras norte-americanas Angie Thomas, *O ódio que você semeia*, e Alice Walker, *A cor Púrpura*, encontram-se em 7º lugar com 197 e em 8º com 135 empréstimos, respectivamente.

Com relação aos empréstimos das(os) intelectuais negras(os) que discutem raça e gênero, destacamos Cida Bento, *Pacto da Branquitude*, com 120 em 9º lugar da lista, Lélia Gonzalez, *Por um feminismo afro-americano*, apresenta 99, e outros títulos de Kabengele Munanga que somam 83, e Abdias do Nascimento, *O genocídio do povo negro*, com 79. Em seguida, notamos os empréstimos da ativista norte-americana Angela Davis, com 423, em destaque as obras *Mulheres, raça e classe* e *Mulheres, Cultura e Política*, e da bell hooks, *Eu não sou mulher* e *o feminismo é para todos*, com 60 empréstimos. Em 2021, em uma visita ao Brasil, em São Paulo, Angela Davis chamou a atenção do público para a valorização de ativistas negras brasileiras que nem sempre são conhecidas pelo público, em especial, Lélia Gonzalez, ao dizer:

“Eu sinto que estou sendo escolhida para representar o feminismo negro. Mas por que aqui no Brasil vocês precisam buscar essa referência nos Estados Unidos? Acho que aprendi mais com Lélia Gonzalez do que vocês aprenderão comigo”¹⁸. Com

¹⁸ Geraldo, Nathália. Angela Davis recomendou: quem é Lélia Gonzalez, ícone do feminismo no Brasil. *Universa uol*, 01 fev.2021. Disponível: <https://l1nk.dev/4rkvj>. Acesso em: 20 jun.2023.

esta fala percebe-se a importância da ativista para o feminismo negro brasileiro, que corrobora com os dados levantados da pesquisa sobre a invisibilização destes intelectuais no Brasil.

Constatam-se também os empréstimos da *Coleção Feminismos Plurais*, coordenada pela filósofa Djamila Ribeiro. Ela é composta por 9 títulos que abordam temas centrais para compreender as questões raciais no Brasil, os quais trazem todas(os) as(os) escritoras(es) negras(os) que somam aproximadamente 530 empréstimos, em especial, os títulos das(os) autoras(os) Sílvia Almeida, *Racismo Estrutural*, e o da Djamila Ribeiro, *O que é lugar de fala*, conforme estudos de Salles et al. (2023) acerca do uso desses materiais nos acervos das bibliotecas do IFSP que no período de outubro de 2021 a abril de 2023 apresentou 522 empréstimos somando os nove títulos da coleção.

Outros títulos com números expressivos de empréstimos da escritora são *O Pequeno Manual Antirracista* e *Quem tem medo do Feminismo Negro?*, sendo livros de fácil leitura e compreensão para entender como funciona o racismo e combater a desinformação que os livros didáticos propagam (Costa; Melo; Silva, 2020).

Observa-se a predominância de empréstimos dos livros de literatura e de mulheres negras, enquanto os títulos considerados importantes para discussão racial apresentam pouco uso por parte dos usuários. Ressalta-se que estes títulos começaram a ser incluídos nos acervos a partir das ações do NEABI, ou seja, em 2016. Alguns intelectuais ainda são desconhecidos da população negra, resultando na baixa procura de tais materiais. Contudo, com as ações desenvolvidas pelo núcleo e o empenho dos profissionais da informação, eles estão sendo divulgados, seja por meio de exposição ou divulgação dos títulos presencialmente e nas redes sociais, clubes de leitura, *quiz* sobre a temática e rodas de conversas.

A vida cultural inicia-se na escola, onde o indivíduo passa a ter contato com as variações étnicas existentes no Brasil. Entretanto, as histórias nos livros didáticos e de estudos apresentam o negro como objeto e não como sujeito que comina em “suposta” conformidade com as atrocidades cometidas contra os grupos étnicos tidos como inferiores, mas que sempre travaram guerras, revoltas e enfrentamentos para que pudessem coexistir mesmo com a invisibilidade imposta.

Contudo, ao incorporarmos aos acervos obras de escritoras(es) negras(es), abrimos a possibilidade de uma nova narrativa a partir desses sujeitos que fazem

parte desta sociedade, os quais se tornam capazes de dialogar sobre os problemas sociais e raciais que afligem o povo negro.

Além disso, torna-se imprescindível o empoderamento e emancipação destes indivíduos. Berth (2020, p.38) classifica como a “teoria da conscientização como prática para a libertação e de estratégias de atuação dos oprimidos”. Desta forma, conseguirão reverberar o conhecimento adquirido, de modo a construir coletivamente grupos de apoio, acolhimento e de estudos para a compressão da sociedade.

Sendo assim, estudantes oriundos desta realidade e de comunidades ao ingressar na educação técnica e superior poderão enegrecer as bibliografias dos seus trabalhos científicos cujo objetivo é impulsionar estudos voltados à história afro-brasileira e incluir estes conhecimentos negligenciados, a fim de abrir possibilidades de formas dialógicas de produção de conhecimento porque não basta conhecer o conteúdo das referências bibliográficas, mas aprender sobre as suas autorias também faz parte do processo emancipatório (Carmo *et al.*, 2021).

Sendo assim, as ações desenvolvidas nas bibliotecas devem abarcar a afrocentricidade, de modo que possibilitar a construção de novas histórias a partir da população negra que ajudou a construir o país, mas teve as suas vozes silenciadas. Oras, se os acervos foram constituídos por e para eles, este é o momento de subverter a lógica e proporcionar o letramento informacional afrocentrado seja pelo acervo e/ou ações para destituir falácias inverídicas sobre os grupos raciais e criar possibilidades de atuação por meio deste ambiente informacional.

5.4 Afrocentricidade nas ações da biblioteca

As bibliotecas foram construídas para atender o público de modo geral. Dentre os seus objetivos, destaca-se a divulgação do acervo bibliográfico e dos materiais disponíveis neste local, cuja meta é atender às demandas informacionais dos usuários que buscam informações fidedignas que permitam o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico acerca de assuntos difundidos na sociedade.

Para tanto, os bibliotecários devem estar atentos às novas tecnologias e às demandas sociais, em especial às desigualdades sociais e raciais que norteiam a sociedade, e os assuntos precisam ser abordados de forma clara e precisa, de modo que este conhecimento possa ser reverberado para as gerações futuras.

Diante disso, torna-se evidente a necessidade do pensamento decolonial e contradecolonial para desconstruir paradigmas epistemológicos direcionados aos negros e aos indígenas não só no Brasil, mas no mundo. A descolonização dos pensamentos não diz respeito à substituição, mas à promoção das confluências dos conhecimentos para que eles se completem para a construção de novos saberes, de modo a caminhar juntos em prol de um bem comum a todos.

A afrocentricidade nos permite compreender os estudos e os saberes dos africanos que buscam intervenção e ação em resposta à injustiça social, os quais são focados na valorização do pensamento africano que necessita ser preservado e criado, sendo uma forma de sentir, pensar e estar no mundo. Para Mucale (2023, p.29), “Africanidade transmite identidade e ser, refere-se à sua generalidade a todos os costumes, tradições e traços de carácter do povo africano, tanto no Continente como na diáspora”.

Neste sentido, a biblioteca possui um papel fundamental na construção de um acervo que preza pela pluralidade, diversidade e representatividade dos grupos étnicos brasileiros. Dessa forma, o acesso aos materiais promove a justiça social, racial e informacional dos grupos que foram silenciados e apagados pela colonialidade do saber. Por isso, a necessidade de direcionar a atenção para a afrocentricidade a fim de responder às lacunas da história dos povos africanos e dos da diáspora africana.

Desse modo, as ações culturais, os projetos de extensão e a construção de acervos afrocentrados visam evidenciar outras narrativas, apresentando uma diversidade epistêmica para atender os grupos subalternizados na sociedade brasileira. Sendo assim, este trabalho traz ações exitosas realizadas na Biblioteca “Pedro Augusto Pinheiro Fantinatti” do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP), do Campus Campinas, que envolvem tanto a comunidade interna da instituição quanto a comunidade externa atendida pelos projetos de extensão desenvolvidos pelas bibliotecárias da unidade.

A comunidade do IFSP Campinas é composta por aproximadamente 1.000 alunos divididos entre: 3 cursos integrados, 2 concomitantes/subsequentes, 4 graduações e 3 especializações; contando com 90 docentes e 50 técnicos administrativos.

5.4.1 Acervo & Ações culturais afrocentradas

Neste aborda subcapítulo evidenciamos algumas ações desenvolvidas em bibliotecas, sob a perspectiva decolonial, contradecolonial e afrocentrada com práticas antirracistas do começo ao fim do ano, como ações culturais, quiz, exposições, descolonização do acervo e a divulgação das obras de intelectuais afro-brasileiros, africanos e indígenas.

Com isso, a biblioteca passa a ser um local emancipatório de conhecimento e educativo que garante o pertencimento dos sujeitos da unidade. Desta forma, segundo Bispo (2019, p.24), “O que está pronto não desmanchamos: a gente impede de fazer.” Nós compreendemos que só desmanchamos o que não está pronto, e assim é a ciência inacabada e em constante mudança e aprendizado. Conforme nos apresenta Ranganathan em sua 5 lei, “A biblioteca é um organismo em crescimento”.

Nos últimos anos, a biblioteca do IFSP tem acompanhado esse crescimento, principalmente na valorização de obras de intelectuais negras(os), em virtude da atuação do NEABI, que fortalece o acervo com a indicação de literatura para a coordenadoria da biblioteca e/ou doação por projetos de pesquisa com fomento externo, assim como iniciativas conjuntas à Pró-Reitoria de Ensino e também pela compra das bibliotecárias quando há recurso disponível.

Logo, o desenvolvimento de coleções e a construção de um acervo afrocentrado é apenas um primeiro passo da atividade bibliotecária, objetivando a disponibilização e disseminação de produções bibliográficas sobre a população negra e/ou de autorias negras, também cabendo ao bibliotecário pensar em futuras ações culturais e de mediação para impulsionar a circulação da informação contida no acervo (Martins, Chaves, Sobrinho, 2022, p.7).

Na figura 10 abaixo, temos uma ideia das obras adicionadas ao acervo, ilustrando a incorporação de títulos de intelectuais negras (os) que fomentam as discussões étnico-raciais na instituição.

Figura 10 - Alguns dos títulos disponíveis nas bibliotecas do IFSP



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Os mais de 100 títulos incorporados ao acervo são divulgados nas redes sociais e fisicamente nas datas relacionadas à temática, como em março, dia do combate à discriminação racial; maio, dia da Abolição da escravatura ressignificada sob o olhar de não ter sido realmente abolida por completo; julho, dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha; e novembro, o mês da consciência negra. Entretanto, em datas como o Dia Internacional das Mulheres, sempre divulgamos as escritoras negras para serem contempladas com a data também.

As ações culturais na biblioteca, tais como exposições, palestras, oficinas e dentre outras, são essenciais não apenas por promoverem as atividades culturais, mas por proporcionarem eventos que valorizam as diversas culturas. A integração da ação cultural, na prática, bibliotecária, torna-se um divisor de águas, ao contribuir para a educação e formação do pensamento crítico da comunidade frequentadora do espaço.

Pensando no quanto é importante a ação cultural, concordamos que:

A ação cultural pressupõe uma relação igualitária e democrática e a perfeita interação entre os agentes e os grupos, exigindo a busca constante de metodologias alternativas que favoreçam o diálogo e a participação. Estas devem possibilitar o envolvimento dos sujeitos em todas as etapas de execução do trabalho, para que possam decidir conjuntamente e trocar

experiências, politizando o processo educativo para formar cidadãos ativos e participantes (Cabral, 1999, p. 42).

Sobre as ações culturais na biblioteca, ERD *et al.* (2018) reflete que tais ações envolvem não somente os usuários reais da biblioteca, mas a comunidade acadêmica, pois as ações desenvolvidas transpõem o espaço físico da unidade da informação que reflete nas publicações das redes sociais e na instituição, seja por exposição e pelos meios de comunicação institucionais.

Sendo assim, a biblioteca do IFSP, Campus Campinas, empenha-se em interagir com seu público direto (discentes, docentes e técnicos administrativos), buscando alternativas metodológicas de forma que possam envolver e impactar a todos. Uma das formas é através das ações culturais diversas, mas neste trabalho destacamos as ações voltadas para a temática étnico-racial. A seguir, as principais ações culturais realizadas pelas bibliotecárias do Campus.

Figura 11 - Ação permanente em frente à biblioteca



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Exposição Permanente: esta arte, da figura 2, permanece exposta na parede externa da biblioteca, assim, quando o usuário chega, já se depara com essa imagem da Lélia Gonzalez. Foi pensada uma exposição permanente pelo Dia Nacional do Livro, no ano de 2023, para torná-la mais conhecida por suas lutas e principalmente por seus livros. Na biblioteca, contamos com títulos desta autora. Além disso, a arte possui um QR code que direciona para um vídeo da intelectual.

Exposição dos Orixás: na semana da discriminação racial, realizamos uma exposição com todos os Orixás e convidamos uma bibliotecária candomblecista para trazer a explicação de cada um.

Dia da África: pretendeu-se, com essa atividade, chamar a atenção para o continente africano, realizando um QUIZ com perguntas relacionadas a: cinco países do continente africano; cinco línguas faladas no continente africano; 5 comidas de origem africana servidas no Brasil; cinco danças afro-brasileiras de origem africana.

Poesia Marginal Abrindo Caminhos: apresentação de SLAM em um dos pátios do campus. Os participantes tiveram a oportunidade de entender o que é o SLAM, as quais são batalhas de poesias faladas e recitadas, muitas vezes predominantes na periferia e alcançando uma população mais vulnerável socialmente.

Dia da Consciência Negra: com ampla divulgação no campus, foi realizada uma palestra e uma oficina em alusão a essa data. Primeiro ocorreu a palestra intitulada “Alguns aspectos das lutas e conquistas da população negra” e logo em seguida a oficina de Mancala. São ações realizadas para despertar e sensibilizar o público para a realidade vivida por pessoas pretas.

Figura 12 - Registros de algumas ações desenvolvidas na biblioteca IFSP Campus Campinas



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Sobre as ações desenvolvidas com obras do acervo, Ferreira (2023) descreve algumas atividades desenvolvidas pela Biblioteca Maria Firmina dos Reis, do IFSP, Campus de Itaquaquecetuba, para divulgação das obras na temática étnico-racial sugeridas pelo NEABI. As ações descritas pela bibliotecária envolvem estudantes e professores, os quais resultam produtos, como, por exemplo, produção de podcast baseado nas obras disponíveis de escritoras negras; sugestão da indicação dos títulos para inclusão nos planos de ensino; “Painel de narrativas negras” que contou com os relatos da comunidade sobre as questões raciais.

Curvo (2021) endossa as ações desenvolvidas em biblioteca escolar sobre o enaltecimento da Coleção da História da África produzido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), e adoção da cartográfica para apresentar o Continente Africano, sendo uma forma de desmitificar a imagem reducionista da África.

Toda e qualquer ação importa, principalmente, quando está comprometida em romper os paradigmas que buscam preservar a homogeneidade e menosprezar conhecimentos dos povos originários e negros. Os saberes ancestrais colaboram para a ciência e tecnologia, as quais merecem ser celebradas e disseminadas nos ambientes informacionais. Sendo assim, a memória ancestral se manterá viva nesses

locais e no imaginário dos usuários, por isso torna-se fundamental reavivar memórias e histórias para que essas sejam reverberadas no presente e no futuro.

5.4.2 Projetos de extensão afrocentrados

Nos últimos anos, os problemas têm atravessado diretamente as relações interpessoais, especificamente as raciais, as quais refletem no tratamento em detrimento de grupos étnicos, resultado do período escravocrata que desumanizou pessoas em nome do eurocentrismo que se incumbiu de desconsiderar os conhecimentos de outros povos. Para tanto, Santos (2021, p.19) pondera que “Enquanto a branquitude mantém os privilégios, inviabilizando tudo que não é branco, também perde, não alargando seus horizontes”.

A promoção da justiça social, racial e informação perpassa a reparação histórica de conhecimentos deixados à margem em detrimento do colonialismo, o qual desconsidera os conhecimentos oriundos de outros grupos como saberes exóticos e folclorizados, não sendo reconhecidas as suas potências e intelectualidades (Ribeiro, 2020).

Para Thiollent (2002, p. 4) diz que “bons projetos de extensão são aqueles que geram ganhos de conhecimento e de experiência para todos os participantes, com base no ciclo relacionando ação e reflexão”. Desta forma, a construção social do documento torna-se ferramenta fundamental para a transformação social.

A construção do conhecimento ocorre em cada tipo de atividade dos projetos de extensão: (a) nos diagnósticos e pesquisas efetuadas em comunidades ou instituições, (b) nas ações formativas para membros dessas comunidades ou instituições, (c) nas ações formativas para alunos, professores e técnico-administrativos da universidade, (d) nas ações informativas ou mobilizadoras em públicos mais amplos (Thiollent, 2002, p.3).

Lopes e Santana (2024) relatam a experiência da atuação do bibliotecário como coordenador do projeto de extensão vinculado ao NEABI-IFCE Campus Pacém dirigido para a comunidade das escolas públicas da região. Neste projeto, foram adotadas obras de autoras(es) negras(os) e produzidos card's para divulgação do conteúdo abordado nos livros. Além disso, foram realizadas rodas de conversas com estudantes para a reflexão sobre as questões raciais.

Abaixo serão apresentados alguns projetos de extensão desenvolvidos pelas bibliotecárias do IFSP Campinas, de 2022-2024 focados na afrocentricidade, evidenciando a intelectualidade negra nas diversas áreas de atuação, seja na

academia e/ou para fora dela, e também na atuação desses nos movimentos sociais que lhe renderam condecorações; e na produção científica como sujeitos dessa narrativa. Todos os projetos contam com a participação de duas bolsistas, o qual são as protagonistas da ação e na produção de materiais de divulgação e de relatórios sobre as suas percepções sobre o projeto.

Vozes da Ancestralidade (2022): o projeto teve como objetivo trazer intelectuais negros na área da cultura, ciência e dos movimentos sociais de Campinas para ministrar palestras sobre a sua atuação. Tivemos a participação de 4 escolas públicas e realizamos 12 palestras, alcançando aproximadamente 800 participantes entre alunos e funcionários nas escolas. Após a ação, foram aplicados questionários relacionados ao tema. Conforme relatado por Salles *et al.* (2023), observou-se a carência de ações relacionadas à temática nas unidades, mas as atividades se mostraram efetivas para o aprimoramento do letramento racial do público, mensurado pelas respostas obtidas por meio dos questionários aplicados.

Figura 13 - Registros projeto de extensão “Vozes da Ancestralidade”



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Mapeamento e divulgação dos homenageados pelo diploma Zumbi dos Palmares concedido pela Câmara Municipal de Campinas (2023): o projeto mapeou pelos decretos os nomes dos diplomados entre os anos de 2002 até 2022 que foram concedidos 497 diplomas. Após este processo, procede-se a busca por essas pessoas por busca pela internet, alguns foram contatados pelos dados disponíveis na rede e/ou eram conhecidos dos membros da equipe, os quais

indicaram outros homenageados. Este objetivou tornar público o nome e a trajetória dessas pessoas, as quais recebiam a diplomação, mas não havia o registro histórico da vida dos homenageados. Foram submetidos questionários aos diplomados, resultando em 32 respostas. Contou-se com 09 entrevistados, o grupo considerou importante devido à trajetória de luta pelo movimento negro, totalizando 41 homenageados. Para finalizar o projeto, foram realizados impressos 15 banners, com as fotos das entrevistas e dos homenageados e os dados estatísticos do projeto. No mês de novembro, em comemoração da Consciência Negra, foram realizadas 4 exposições itinerantes em pontos estratégicos da cidade que contam com concentração maior de pessoas negras, atingindo aproximadamente 10 mil pessoas, somando todos os eventos. Como produto contou com um site contendo a foto e a biografia dos homenageados coletados pelos formulários e/ou nas entrevistas.

Figura 14 - Registros do projeto “Mapeamento dos homenageados do diploma Zumbi dos Palmares

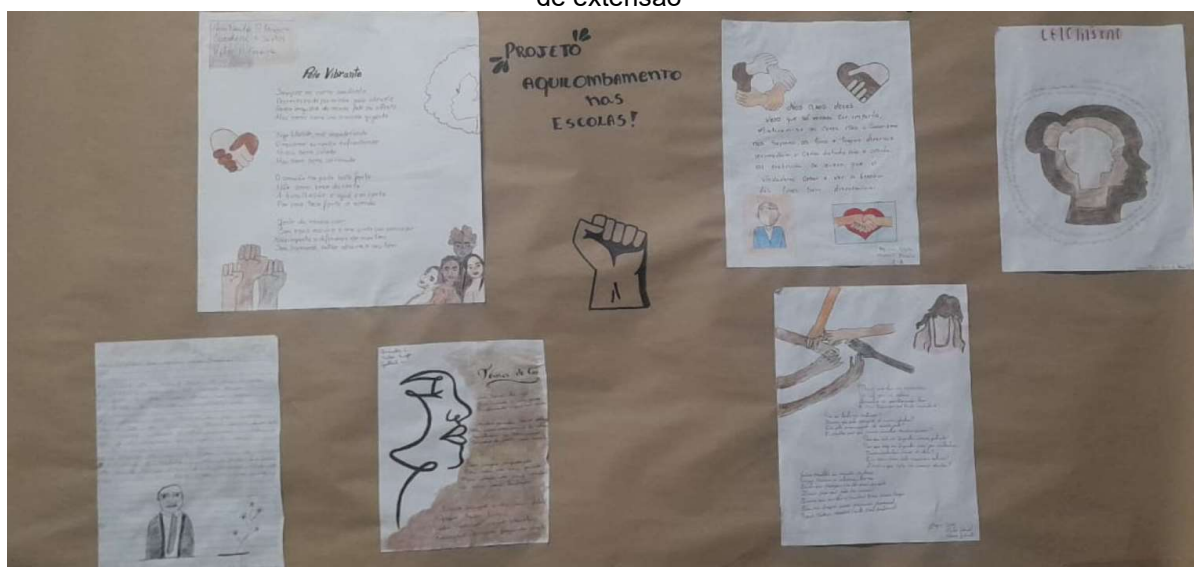


Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Aquilombamento intelectual nas escolas: é tudo para ontem (2024): o projeto consiste na promoção da educação antirracista por meio dos títulos da “Coleção Feminismos Plurais”, coordenada pela Djamila Ribeiro. Os títulos selecionados versam sobre os temas: Colorismo, da Alessandra Devulsy, Empoderamento, da Joice Berth e Apropriação Cultural, do Rodney Willian. As bolsistas foram

responsáveis por ler as obras, depois discutir com a equipe sobre a obra e as suas percepções, por conseguinte, eram responsáveis por montar a apresentação, desenvolver dinâmica; desenvolver e aplicar um questionário para os participantes para aferir o entendimento desses com relação ao conteúdo abordado. Foram desenvolvidas 8 atividades, atendendo aproximadamente 160 estudantes de duas escolas públicas e uma ONG. Durante o desenvolvimento das atividades, observou-se a participação ativa dos ouvintes, seja por meio de questionamentos e/ou o relato de experiências pessoais que se somaram ao coro do assunto abordado, tornando a ação enriquecedora para todos os envolvidos nas atividades.

Figura 15 - Materiais produzidos pelos estudantes e uma das escolas após a intervenção do projeto de extensão



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A instituição de ensino selecionada para a implementação do projeto encontra-se em uma área periférica de Campinas, resultando em uma predominância de estudantes negros. Por conta disso, a escola adota uma postura antirracista; tanto que o nome da biblioteca, que anteriormente homenageava Monteiro Lobato, foi alterado há quatro anos para Dr.^a Carolina Maria de Jesus¹⁹, em virtude do título honorário concedido à escritora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

¹⁹ Giannini, Alessandro. UFRJ concede título Doutora Honoris causa a Carolina Maria de Jesus. **Veja**, 26 fev.2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/ufjr-concede-titulo-de-doutora-honoris-causa-a-carolina-maria-de-jesus>. Acesso em: 25 fev.2025.

Figura 16 - Biblioteca Dra. Carolina Maria de Jesus



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

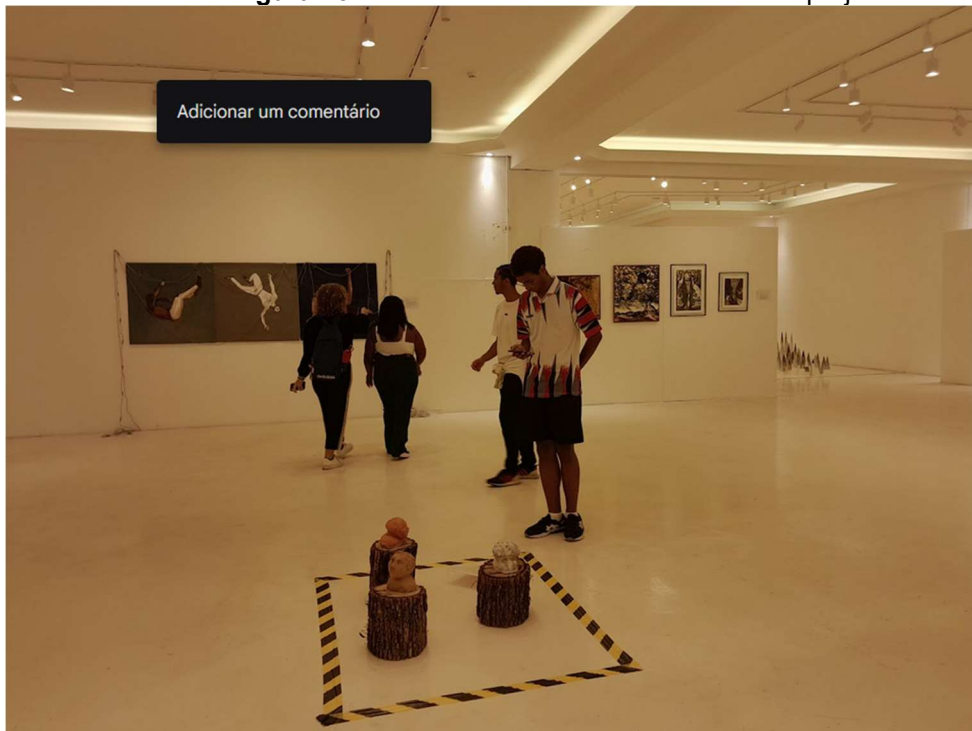
Diante disso, evidenciamos ações efetivas nas escolas, em especial, na sala de leitura de desconstruir os padrões eurocêtricos, principalmente, relacionado a literatura a substituição de um autor declaradamente racista (Valente, 2022), por uma mulher negra, periférica, favelada e mãe solo apresenta possibilidade de se construir uma narrativa a partir dos sujeitos, de modo que os estudantes de vejam e reconheçam inclusive as pessoas do seu convívio na pessoa de Carolina. Além disso, a escola conta com inúmeras ações antirracistas ao longo do ano com professores comprometidos com a pauta no ambiente escolar.

Destaca-se ainda na arte produzida pela escola, que notou a preferência da escritora pela cor vermelha presente em seu batom que ao ser fotografada ao lado de uma primavera em flôr “Eu olhava as flores vermêlhas, **a minha cor preferida**, e a vista percorria aquelas terras. Que imensidades de terras ha no meu Brasil! Não é nessesario existir favela nêste pais, nem o custo de vida tão elevado” (Jesus, 2021,

p. 60). A imagem foi alvo de injúria racial por parte de uma professora que resultou em um boletim de ocorrência pela fala racista dirigida à arte.

Percebemos, desta forma, o racismo estrutural dirigido quando as pessoas negras em destaque em algum segmento não sendo tolerada nem a sua estética e nem a suas contribuições para a literatura brasileira, principalmente, pelos escritos que denunciam as desigualdades raciais e sociais.

5º Afrocientista: Feito por mãos negras: trabalho, ciência e arte (2024): O NEABI-IFSP foi contemplado na edição deste projeto em parceria com a ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros), Instituto Unibanco e Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada de Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (MEC/SECADI), que consiste na orientação de 11 bolsistas negros divididos em 3 Campus (Campinas, Guarulhos e Hortolândia), a maioria do ensino médio integrado. Esses estudantes foram estimulados a pesquisar intelectuais negras (os) das áreas do trabalho, ciência e arte. Ao todo, foram pesquisadas 36 pessoas nessas áreas consideradas, a partir do título da Enciclopédia Negra (Gomes, Lauriano, Shwarcz, 2021), além de outras pessoas do seu convívio pessoal, em especial, as mulheres negras escolhidas pelos bolsistas foram homenageadas no dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, as artes foram publicadas nas redes sociais da Biblioteca do IFSP Campinas e do Coletivo Akobien, Além disso, os estudantes tiveram contato com a literatura da intelectual e ativista bell hooks, sobre "*Intelectualidade negra*" e com o texto "*Cume que a gente fica?*" da Lélia González, que servirá de base para os estudantes poderem refletir sobre o papel do negro na sociedade e as suas contribuições para as áreas do conhecimento.

Figura 16 - Visita técnica com os estudantes do projeto

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Santos *et al.* (2021) relata as experiências extensionistas e culturais da Biblioteca Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. As ações se iniciaram com o convite do docente para a participação da bibliotecária no grupo de pesquisa Etnicidades em 2018, que levou a questionar sobre a composição dos acervos e as ações que a biblioteca havia realizado para combater o silenciamento dos grupos invisibilizados, onde tomou consciência de que a biblioteca deveria ser inserida nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tais participações, culminou em pequenas ações, desenvolvidas pela profissional, as quais começaram a envolver a equipe do setor, as atividades foram estendidas para as redes sociais que ganharam destaque no período da pandemia.

Desde então, 2018–2021, foram desenvolvidas inúmeras atividades com a participação da comunidade interna e externa da instituição. Além disso, as ações contam com a participação dos próprios estudantes e dos movimentos sociais que colaboram com as atividades. Contudo, as autoras citam dificuldades na promoção dos projetos afrocentrados que concernem ao apoio dos setores estratégicos das instituições e o fortalecimento das redes de apoio.

No desenvolvimento de projetos de extensão afrocentrados nas bibliotecas somam-se as atividades tecnicistas inerentes à profissão (organização e

representação da informação), mas que atendem apenas o público interno. As ações culturais e extensionistas alcançam um público que muitas vezes não tem acesso aos recursos informacionais com facilidade. Os projetos apresentam e potencializam o envolvimento da comunidade interna e externa para a construção de novos conhecimentos, as ações possibilitam difundir e divulgar o acervo afrocentrado. Além de possibilitar o envolvimento da comunidade nas ações desenvolvidas, por suprir as demandas de conhecimento e de divulgação das informações, conforme os exemplos apresentados acima.

Os projetos de extensão afrocentrados focados nessa perspectiva colaboram para a formação discente como bolsistas, sendo os protagonistas das ações desenvolvidas nos projetos. Com isso, esses indivíduos serão multiplicadores do conhecimento recebidos por meio destes projetos que somam aos saberes orgânicos trazidos consigo que transfui para o ambiente escolar, os quais podem ser vivenciados e compartilhados com a comunidade interna e externa recebendo o reconhecimento dos pares.

Os projetos se configuram como formas de atuação para a difusão dos saberes; por isso, é um espaço propício para destituição de imagens reducionistas e estereotipadas dos grupos sociais. Os projetos são fontes de informação orgânicas que apresentam inúmeras possibilidades de se produzir conhecimento, conforme os projetos referenciados ao longo deste capítulo. Com isso, espera-se que tais ações seja um convite para os profissionais repensar formas para transgredir o saber bibliotecário, e que este transflua compreendendo que o saber não está somente nos livros, mas nas vivências e experiências dos usuários, os merecem ser considerados e reconhecidos como demandantes de saber orgânico oriundos dos quilombos urbanos demarcados pela oralidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema desta pesquisa, de modo geral, abordou os principais aspectos do racismo no Brasil e no mundo sob uma perspectiva histórica, visando compreender seu desenvolvimento e sua persistência, resistência e resiliência da população negra. A investigação analisou, em uma perspectiva panorâmica, como o preconceito racial se estruturou ao longo do tempo e de que forma continua a operar, privando essas populações de seus direitos fundamentais, incluindo a vivência plena de sua cultura, língua e religiosidade, que foram sistematicamente inferiorizados em favor da hegemonia de outro grupo racial. O percurso para o acesso à educação a este grupo foi moroso, considerando leis excludentes que impossibilitaram essas pessoas de acessar o espaço educacional. Durante o período escravocrata e após a abolição as pessoas negras buscaram mecanismos para se apropriar dos códigos da escrita, de modo para que multiplicassem o conhecimento aos demais e tivessem acesso às oportunidades de ingresso ao ensino superior, ou seja, sempre a educação foi priorizada como possibilidade de mudança do *status* social na sociedade.

Deste ponto, tornou-se necessária a mudança da perspectiva sobre o papel do negro, que foi silenciada pelo plano de fundo do “mito da democracia racial” que acreditava na harmonia racial, enquanto as estatísticas relacionadas à moradia, saúde, educação, segurança trazia outra realidade. Por isso, o Movimento Negro lutou para inclusão do negro na sociedade para que este tivesse acesso a sua história, numa que seria tardiamente, após várias tentativas e projetos de leis vetados para a sua história poder ser contada no ambiente escolar, fidedignidade pela lei 10.639 (BRASIL, 2023). Neste contexto, a presente pesquisa buscou evidenciar as contribuições do NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) para o aquilombamento bibliográfico nas bibliotecas do Instituto Federal de São Paulo, reforçando a importância de um acervo aquilombado nas bibliotecas. O trabalho permitiu observar a atuação do NEABI como um instrumento essencial para a implementação da legislação institucional, destacando a importância da inclusão da biblioteca nesse processo. A participação da biblioteca foi fundamental para fortalecer seu papel por meio de projetos de pesquisa e do alinhamento com a Pró-Reitoria, garantindo que os objetivos propostos pudessem ser alcançados. Além disso, a

iniciativa despertou, entre as(os) bibliotecárias(os), a necessidade de adquirir obras que dialogassem com a temática do núcleo, indo além das indicações formais.

A Agenda 2030, com destaque para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 (Educação de Qualidade), 10 (Redução das Desigualdades) e 18 (Igualdade Étnico-racial – em tramitação), foi central na fundamentação deste trabalho, evidenciando sua relevância para a promoção da equidade na educação e da justiça racial. Nesse sentido, o estudo reforça a importância da implementação desses princípios nas bibliotecas, demonstrando como a Agenda pode ser incorporada em diversas ações institucionais e práticas biblioteconômicas. Além disso, o alinhamento com as recomendações da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) destaca o papel estratégico das bibliotecas na construção de sociedades mais inclusivas, atuando como agentes de transformação social e democratização do conhecimento.

Nesse contexto, ressaltamos a importância da(o) bibliotecária(o) no processo emancipatório dos usuários, promovendo a justiça informacional. O caráter social da profissão exige um compromisso com a diversidade étnica e cultural da comunidade atendida. Identificamos uma representatividade significativa de profissionais negras(os), que correspondem a aproximadamente 47,5% do total, distribuídos em cerca de 33,33% dos campi do IFSP. Também observamos um aumento na busca por qualificação profissional entre esses profissionais, refletindo um movimento contínuo de aprimoramento e fortalecimento de sua atuação.

Embora haja, os atravessamos em pessoas negras como as desigualdades e as várias facetas das violências. A pesquisa evidenciou que tanto as mulheres negras e quanto os homens negros são os mais qualificados do nível *stricto sensu* e os que estão em processo de formação para busca da titulação. Os estudos e as estatísticas nos mostram a mudança do escopo social, a inversão da pirâmide social do âmbito das(os) bibliotecárias(os) negras(os) do IFSP que denotam a importância das ações afirmativas e os incentivos da instituição para a continuidade dos estudos.

O NEABI é composto em sua maioria por pessoas negras. Devido ao pertencimento racial, alguns profissionais têm buscado se apropriar da temática integrando-se ao núcleo, buscando acolhimento e empoderamento. Tais práticas resultam em ações culturais e a divulgação das obras ao longo do ano e não somente no mês de novembro. A atuação destes profissionais perpassa as expectativas da unidade de ensino e movimentam a estrutura que seguem para além do espaço da

biblioteca. A participação do núcleo traz a dimensão de contribuir para a aplicabilidade das leis no âmbito das bibliotecas. Configura-se com um lugar representativo, que propicia o aquilombamento a partir das experiências das pessoas negras que culminam em seu compartilhamento para pensar em ideias para uma educação afrocentrada.

Um acervo aquilombado permite a construção de novas narrativas, principalmente, aquelas produzidas pelos sujeitos que vivenciam situações de racismo na sociedade. Por isso, os desafios contra o epistemicídio são uma luta constante para reconhecimento das pautas reivindicadas por grupos cuja história fragmentada foi contada por interlocutores que nem sempre foram fiéis na narrativa disseminada e publicizada para a sociedade em relação à população negra.

O letramento racial para o letramento informacional torna-se fundamental para os usuários compreender o seu lugar no mundo e qual é o seu papel na luta antirracista. De modo, que estes possam entender os atravessamentos raciais que acontecem em corpos dissidentes na sociedade. Este processo é emancipatório e empoderador quando esses passam a ter acesso aos materiais disponíveis e como esses podem auxiliar na busca de conhecimento para a educação para as relações étnico raciais. Sendo assim, eles puderam lutar contra as injustiças sociais que permeiam determinados grupos étnicos.

Observa-se ainda que a maioria das obras disponíveis no acervo são escritas por pessoas brancas que tem como objeto de estudo pessoas negras, contudo percebe-se a inserção gradativa de títulos escritos por escritoras(es) negras(os) sob a perspectiva de sujeitos. Além disso, há um movimento para que o desenvolvimento de coleções contemple estes intelectuais silenciados pelo racismo, e, ao mesmo tempo, que estes sejam inseridos nos planos de ensino dos cursos permitindo a abordagem transversalmente conforme previsto nos currículos de referência da instituição.

A reparação histórica não está somente na adoção de políticas afirmativas para a inclusão de pessoas negras na sociedade, mas a justiça informacional precisa ser cumprida com a disponibilidade de materiais que dialoguem com a realidade vivenciada pelos frequentadores da biblioteca, de modo que possa trazer novas perspectivas para a compreensão de um mundo que constantemente tenta silenciar e esconder a história da sua ancestralidade. Ao oportunizar aos usuários acesso às autoras(es) negras(os), apresentam-se novas possibilidades de conhecimentos a

partir de suas vivências para contribuir para igualdade e equidade de direitos, adotando o conceito Sankofa (Sanko= voltar e Fa= buscar)²⁰ de origem africana “não é tabu voltar e buscar o que esqueceu”. Essa é a mudança que o movimento negro busca para os afrodescendentes terem consciência do que foi deixado, mas que pode ser recuperado e disseminado pelas gerações futuras, compreendendo que o passado colabora para a modificação do futuro.

Diante das experiências relatadas, percebemos o quanto é importante a realização de ações culturais e projetos de extensão nas bibliotecas para o pensamento decolonial, assim como a construção de um acervo afrocentrado. A afrocentricidade precisa estar presente constantemente no desenvolvimento de coleções da biblioteca e nas ações desenvolvidas pela unidade de informação, de modo que traga a diversidade étnica presente na sociedade brasileira. Assim, os usuários terão condições de refletir sobre as lacunas e os apagamentos históricos dos grupos marginalizados.

Sugerimos ainda, a participação no núcleo e/ou contato com os NEABI's se houver para a promoção de formações específicas para que as(os) bibliotecárias(os) possam se apropriar dos conteúdos e das ações em prol de um espaço que corresponda às necessidades informacionais dos usuários das bibliotecas sob a perspectiva afrocentrada. O estudo trouxe resultados exitosos realizados pelo NEABI-IFSP, considerando a potencialidade e sua atuação no âmbito das bibliotecas. Espera-se que as experiências compartilhadas neste trabalho sejam referência para que novos estudos sejam realizados em outros núcleos.

Para tanto, deixamos alguns questionamentos que poderão ser respondidos em estudos futuros, no qual o NEABI seja o objeto de pesquisa no âmbito das bibliotecas, os quais são: em que medida os NEABI's podem atuar junto às unidades de informação para realizações de ações afrocentradas? Existe a possibilidade de formação contínua para os bibliotecários voltadas para a temática racial? Os NEABI's compreendem a importância do papel da biblioteca para educação antirracista? O NEABI'S incentiva a participação dos bibliotecários do núcleo? Os NEABI's incluem as bibliotecas em suas ações? As bibliotecas podem colaborar para o pensamento

²⁰ Significado de Sankofa “Não é tabu voltar para trás e recuperar o que você esqueceu (perdeu). Disponível em: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/sankofa-significado-desse-simbolo-africano/>. Acesso em: 12 jun.2023.

crítico e reflexivo dos usuários? Os NEABI's e as bibliotecas incluem a comunidade a ser atendida para demandar e colaborar com as ações? A comunidade externa tem participado para o desenvolvimento das ações no âmbito das bibliotecas? Espera-se que estes questionamentos possam ser refletidos para compreender o papel dos NEABI'S dos IF's perante os desafios enfrentados pelas(os) bibliotecárias(os) e bibliotecas para a implementação da lei 10.639/2003 e 11.645/2008.

Por fim, esperamos que esse trabalho contribua para incentivar os profissionais que atuam em bibliotecas a refletir sobre a composição do acervo da biblioteca e a necessidade de realizar ações e projetos que dialogam com a diversidade cultural e étnica, cumprindo efetivamente o seu papel social e político, contribuindo para a educação afrocentrada, estimulando os usuários ao pensamento reflexivo, crítico e decolonial, contradecolonial a partir da informação e conhecimento disponível na unidade de informação porque a questão racial é o ponto decisivo para o combate do epistemicídio e os racismos sistêmicos na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 61 p.

AIDAR, Laura. **Biografia de Lélia González**. ebiografia. Disponível em: https://www.ebiografia.com/lelia_gonzalez/. Acesso em: 08 jul. 2023.

ANCIB. Coordenações e ementas de GT. Disponível em: <https://ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt/>. Acesso em: 17 nov.2024.

A CARNE - Elza Soares (Videoclipe Oficial). [S.l.; S.n.], 2017. 1 vídeo (4 min. e 49 seg.) Publicado no canal Elza Sores. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>. Acesso em 24 fev.2024.

AGÊNCIA SENADO. Sancionada a ampliação das leis das cotas. 14. nov.2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/14/sancionada-ampliacao-da-lei-de-cotas>. Acesso em: 23 jan.2024.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020. 151 p. (Feminismos plurais).

ALMEIDA, Vitória Gomes; ALVES, Emerson Nathan Pereira; SILVA, Dávila Maria Feitosa da. Territorialização de um epistemicídio: autoras/es brasileiras/os referenciadas/os nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. **Folha de rosto**, Juazeiro do Norte, v. 7, n. 1. p. 9-27, jan./abr. 2021. ISSN 2447-0120. DOI 10.46902/2021n1p9-27.

ALMEIDA, Sílvio Luiz. **O que é Racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AMBIENTE escolar é o mais citado por brasileiros entre os locais onde já sofreram racismo, diz pesquisa. **G1**, 15 ago.2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/08/15/ambiente-escolar-e-o-mais-citado-por-brasileiros-entre-os-locais-onde-ja-sofreram-o-racismo-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 18 jul.2024.

ALVES, Alcilene Oliveira. Atuação e possibilidades para o NEABI do IFAC - Campus

Rio Branco. **Revista em Favor da Igualdade Racial**, Rio Branco, v.3 n.2, p. 03-18, fev/jul 2020.

ALVES, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e a educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.14244/198271991459>

ALVES, Felipe Arthur Cordeiro; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Raízes do epistemicídio negro: análise da produção científica do ENANCIB (1994-2019). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, e-124693, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.124693>

ALVES, Felipe Arthur Cordeiro, ANDRADE, Wendia Oliveira; SOUZA, Edivanio Duarte de. Colonialidade do saber e epistemicídio na Ciência da Informação: descortinado a produção nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFS, 2023. p.1-15.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARAÚJO, E. C. S.; CAVALCANTE, A. P. S. Abordagem literária infantil afro-brasileira enfocando a figura feminina a partir da obra “Menina Bonita do Laço de Fita”. In: COLÓQUIO BRASILEIRO EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 5., 2016, Campina Grande. **Anais...**Campina Grande: UFCG, 2016. p. 1-19.

ARAÚJO, Weslei Silva da. **Das escolas técnicas federais aos institutos federais: a licenciatura em física no Campus Goiânia do IFG**. 2016. 106f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Goiânia, 2016.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: introdução a uma ideia. **Ensaio Filosóficos**, v.14, p.9-18, 2016.

BAGANI, Siviwe.; DUBE, Luyanda. South African academic libraries as contributors to social justice and ubuntu through community engagement. **IFLA**, v.49, n.3, 2023, p. 541-553, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/03400352231166751>. Acesso em: 24 jan.2023.

BARRETO, A. A. Uma história da ciência da informação. In: TOUTAIN, L. M. B. B. (Org.). **Para Entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2008, v. 01, p. 13-34. Disponível em:<<https://shre.ink/aGic>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livre, não livres, pretos, ingenuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, jul./set. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201609141039>

BASILO, Esdras. Um olhar sob a perspectiva de gênero na biblioteconomia: região Centro-Oeste. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29., 202

BATISTA, Erika. **Iniciação científica em ciência humanas**. Curitiba: Ibpex, 2010.

BORELLI, Andrea; MATTOS, Maria Izilda. Trabalho. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed. Dourados, MS: UFGD. 2019. p.704 -708.

BAYÓ, Elly.; MIRANDA, Fernanda; SOUSA, Fernanda. **Por uma escola afirmativa: construindo comunidades antirracistas**. Disponível em: https://www.companhiadasletras.com.br/sala_professor/pdfs/PROJETO_PorUmaEducacaoAntirracista.pdf. Acesso em: 24 maio. 2021.

BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFUGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v.31, n.1, p.15-24, jan./abr.2016.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. Belo Horizonte, 2020. (Coleção Feminismos Plurais).

BOLLMANN, M. G. N.; AGUIAR, L. C. LDB: projetos em disputa Da tramitação à aprovação em 1996. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 407-428, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://l1nq.com/RZFwK>. Acesso em: maio de 2023.

BONVINI, Emílio. Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (org.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008. p.101-144.

BOURDIEU, Pierre. **El campo científico**, 1994. Disponível em: <https://shre.ink/9YuM>. Acesso em: 08 jun. 2023.

BRANDÃO, Jobson Louis de Almeida; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; PERUCCHI, Valmira. Construção identitária das bibliotecas dos Institutos Federais do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022. Anais eletrônicos [...]. Rio de Janeiro: ENANCIB, 2022. p.1-16. Disponível:<https://l1nq.com/2LdWB>. Acesso em: 08. jun.2023.

BRANDÃO, Jobson Louis de Almeida; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; PERUCCHI, Valmira. Construção identitária das bibliotecas dos Institutos Federais do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022. Anais eletrônicos [...]. Rio de Janeiro: ENANCIB, 2022. p.1-16. Disponível:<https://l1nq.com/2LdWB>. Acesso em: 08. jun.2023.

BRASIL. Constituição política do imperio do Brasil, de 25 de março de 1824. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1911. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 28 out.2024.

BRASIL. Decreto 1.331, de 17 de fevereiro de 1854. Approva o Regulamento do ensino primario e secundario no Municipio da Corte. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 17 fev. 1854. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Decreto 18 de janeiro de 1999. Dispõe sobre a implementação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo - CEERT/SP, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 18 jan. 1999. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1999/decreto-49212-18-janeiro-1999-596925-publicacaooriginal-120055-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20do,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em 03 nov. 2024.

BRASIL. Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitaes dos Estados do República Escolas de Aprendizes, para o ensino profissional primario e gratuito. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 23 set. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. Decreto 9.081, de 3 de novembro de 1911. Dá novo regulamento ao serviço de povoamento. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-publicacaooriginal-1-pl.htmlhttps://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9081-3-novembro-1911-523578-republicacao-102836-pe.html>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Lei 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases da rede federal de estabelecimentos de ensino fundamental. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 25 fev. 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. Lei 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 13 jan. 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>

BRASIL. Lei 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre terras devolutivas do Império. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 02 out. 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 28 de out. 2024.

BRASIL. Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara a condição de livre os filhos da mulher escrava que nascerem desde da data desta lei. **Diário Oficial [da]**

República do Brasil, Brasília, DF, 28 set. 1871. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 29 out.2024.

BRASIL. Lei 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos do ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 16 fev. 1959. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3552.htm#:~:text=Art%2016.,nos%20t%C3%A0Aamos%20da%20presente%20lei.. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. Projeto de lei 1.332 de 14 de junho de 1983 dispõe sobre ação compensatório, visando a implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo artigo 153, parágrafo primeiro, da constituição da república. **Câmara dos deputados**, 14 jun.1983. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=190742#tramitacoes>. Acesso em: 13 maio. 2024.

BRASIL. Lei 5.465 de 03 de julho de 1968. Dispõe sobre o preenchimento das vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 04 jul. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes para o ensino de 1º e 2º grau, e dá providências. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 11 out. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. Lei 7.463, de 17 de dezembro de 1987. Revoga a lei 5.465, de julho de 1968, que “dispõe sobre o preenchimento das vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola”, bem como sua legislação complementar. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 18 dez. 1985. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7423-17-dezembro-1985-368024-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Lei 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 8 dez. 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8948.htm. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art92. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. Lei 10.623, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática

“História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República do Brasil*, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: <https://cutt.ly/vbNly3q>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 29 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. Lei 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto de Igualdade Racial. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Lei 12.711, de 28 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. Lei 12.990, de 09 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 09 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 29 out.2024.

BRASIL. 14.532, de 11 de janeiro de 2023. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 11, de janeiro de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm. Acesso em 29 out.2024

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira**. Brasília. DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 20 jun.2023.

BROOK, F.; ELLENWOOD, D.; LAZZARO, A.E. In pursuit of antiracist social justice: denaturalizing whiteness in the academic library. **Library trends**, v.64, n.2, p.246-284, 2015.

CABRAL, Ana Maria Rezende. Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário. *In*: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 39-45. Disponível em: Microsoft Word - 08cabral.doc (ufmg.br). Acesso em: 27 ago. 2024.

CAMARGO, Fabiana Natália Macedo. Estratégias de promoção e mediação da leitura de uma biblioteca multinível [recurso eletrônico] : estudo de caso do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo Campus Bragança Paulista - IFSP/BRA. 2024. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade em Educação, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1372222>. Acesso em: 28 jan. 2025.

CAMPOS, Ana Cristina. Mulheres negras recebem 48% do que ganham homens negros. **Agência Brasil**, 31 jul.2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/mulheres-negras-recebem-48-do-que-ganham-homens-brancos>. Acesso em: 13 jan. 2025.

CARDOSO, Francilene do Carmo; NÓBREGA, Nanci Gonçalves. A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: ENANCIB, 2011.

CARMO, Monalisa Aparecida et al. Enegrecendo as referências: intervenções possíveis do movimento negro na educação brasileira. **Inter-Ação**, Goiânia, v.46, n.1, p. 80-94, jan./mar. 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v45i3.65156>>.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. 190 p. (Consciência em debate).

CASTRO, Yeda Pessoa de. Das línguas africanas ao português brasileiro. **Afro-Ásia**, v.14, p.81-106.

CARVALHO, L. F.; GASQUE, K. C. G. D. Formação continuada de professores e bibliotecários para o letramento informacional: a contribuição da educação à distância. **Transinformação**, v. 30, n. 1, p. 107–119, 2018.

CHAVES, Alaor. Origens do racismo. **Alaor Chaves**, 27 jun. 2020. Disponível em: <http://alaorchaves.com.br/wp-content/uploads/2020/06/ORUGENS-DIO-RACISMO-baixar.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo:Boitempo, 2019. 493 p.

COSTA, Fernanda Carla Silva; MELO, Daniella Alves. Racismo é (só) falta de informação: caminhos entre informação e desinformação. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 7, n. 1, p. 177-194, jan./abr. 2021. ISSN 2447-0120. DOI 10.46902/2021n1p177-194.

COSTA, Fernanda Carla Silva; MELO, Daniella Alves; SILVA, L. F. A importância da coleção de feminismos plurais no enfrentamento à desinformação sobre as questões étnico-raciais no afro-brasileiros. IN: SILVA, F. C. G. (org.). **Bibliotecári@s negr@s**: pesquisa e experiências da aplicação da lei 10.639/2003 na formação e nas bibliotecas. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 463-478. Disponível em: <https://l1nq.com/f9BR3>. Acesso em: 08 abr. 2023.

COSTA, Teresa; ALVIM, Luiza. Agenda 2030 e a Ciência da Informação: contributo das bibliotecas e centros de informação. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, ISSN 1983-5213, Brasília, v. 14, n. 2, p. 617- 628, maio /ago. de 2021. <https://doi.org/10.26512/rici.v14.n2.2021.37380>.

CURVO, Luiz Felipe Sousa. A biblioteca escolar na perspectiva da promoção da igualdade racial. **R. Bibliomar**, São Luís, v. 20, n. 1, p. 106-130, jan./jun. 2021.

CRUZ, Mário. Número de mulheres brancas com ensino superior é três vezes maior que o de negras. **Alma preta**, 16 ago. 2023. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/numer-mulheres-brancas-ensino-superior-maior-negras/>. Acesso em: 29 mar.2025.

DAMASCENO, Janaína. O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: o caso da Vênus Hotentote. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8., 2008. **Anais [...]** Florianópolis. Disponível em: https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/o-corpo-do-outro-contruc3a7c3b5es-raciais-e-imagens-de-controle-do-corpo-feminino-negro-o-caso-da-venus-hotentote-janaina_damasceno.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais - LDB de 1961 à Lei 10.639 de 2003. In: ROMÃO, Jeruse. **História da Educação do negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.49-62.

DICETTI, Andrielle dos Santos; FLORES, Paulo Sérgio de Souza; MORAES, Mateus de Lima; MEDEIROS, William Kenedi da Silva; HEDLUND, Ezequiel Henrique; COSTA, Lais Braga. Perfil dos usuários da biblioteca do Instituto Federal de Farroupilha - Campus São Vicente do Sul. In: MOSTRA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA, 2018. **Anais** [...]. São Vicente do Sul: IFRAR, 2018. p.192 - 194. Disponível em: <http://mectec.svs.iffarroupilha.edu.br/wp-content/uploads/2018/04/anais-mectec.pdf#page=192>. Acesso em: 29 jan. 2025.

DONA Ivone Lara - Sorriso Negro. [S.l.; S.n.], 2011. 1 vídeo (3min. e 23 seg.). Publicado pelo Canal BrazilGoodMuzik. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xVtowntTiE>. Acesso em: 24 fev. 2024.

ERD, Mariéle Colodzey; SANTOS, Sabrina Hoffman dos; COSTA, Lais Braga; BERTA, Guilherme Melo; VALENTE, Clarisse Martins; SILVEIRA, Jussimara de Cássia da. Ação Cultural na Biblioteca do Campus São Vicente do Sul. In: MOSTRA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA, 2018. **Anais** [...]. São Vicente do Sul: IFRAR, 2018. p.30 - 32. Disponível em: <http://mectec.svs.iffarroupilha.edu.br/wp-content/uploads/2018/04/anais-mectec.pdf#page=192>. Acesso em: 29 jan. 2025.

EUFRÁSIO, Sabrina Cláve; SOUZA, Rodrigo Silva Caixas de. Práticas informacionais no Grupo “Você é preto? Então deve saber. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022. **Anais eletrônicos** [...] Rio de Janeiro: ENANCIB, 2022. p.1-16. Disponível: <https://encr.pw/XgmIX>. Acesso em: 08. jun.2023.

EMICIDA - Principia - ao vivo part. Pastor Henrique Vieira. [S.l.; S.n.], 2021. 1 vídeo (9 min. e 38 seg.). Publicado pelo Canal Emicida. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h8gotN_Na28. Acesso em: 24 fev.2024.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto, DAFLON, Verônica Toste; VENTURINI, Anna Carolina. **Ação afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2018.

FERREIRA, Fernanda da Silva. Por uma educação antirracista: o papel da biblioteca no contexto educacional, o caso da biblioteca Maria Firmina dos Reis. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 22., 2023. **Anais** [...]. Florianópolis: SNBU, 2023. p.1-9. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/snbu2023/article/view/2970/2854>. Acesso em: 28 jan. 2025.

FERREIRA, Ivanilde de Jesus dos Santos. **Negros e negras**: políticas de ações afirmativas. 2018. 187f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018.

FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida Maria Taddoni. **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 23 fev. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FONSECA, M.V. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: ESUSF, 2002.

FRANÇA, Roberta Kelly Amorim de; CARVALHO, Alexsandro Cardoso; MARTINS, Thaís Cavalcanti. Ciência aberta e o profissional da informação: um relato de experiência sobre a captação de pesquisadores. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 22., 2023. **Anais [...]**. Florianópolis: SNBU, 2023. p.1-9.

FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 11, p. 6-19, 2006.

GAIA, Ronan da Silva Parreira; SCORSOLINI-COMIN, Fábio. As encruzilhadas do racismo estrutural na educação do negro no Brasil. **Revista África e Africanidades**, n. 13, v.35, ago.2020, p.1-18.

GASQUE, K. C. G. D. **Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2012. 183 p. Disponível em: http://leunb.bce.unb.br/bitstream/handle/123456789/22/Letramento_Informacional.pdf. Acesso em: 25 mar. 2024.

GASQUE, K. C. G. D.; FIALHO, J. F. Letramento informacional e currículo. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 70-89, ago. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/12265>. Acesso em: 18 dez. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Atlas, 2022.

GONÇALVES, Robson de Andrade; MUCHERONI, Marcos L. O que é epistemicídio? uma introdução ao conceito para a Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e5759, nov. 2021.

GONÇALVES, Luis Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento Negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, set./out./nov./dez. 2000, p.134

GOMES, Elisangela. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, SC: v. 21, n. 3, p. 738-752, ago./nov., 2016.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SHWARCZ, Lilia Mortiz (org.). **Enciclopédia Negra**. São Paulo: Companhia das letras: 2021. 687p.

GONZALÉS, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p.223-244, 1984. Disponível em: <https://shre.ink/3o5>. Acesso em: 28 jul.2023.

GONZALÉS, Lélia; HASENBALG, Carlos. **O lugar do negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GOMES, Nilma Lino Gomes. **O movimento negro educador: sabres constituídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino Gomes; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Resistência democrática: a questão racial e a constituição federal de 1988. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, n.145, p.928-945, out.-dez., 2018

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14, n.39, p.105-117, 1999.

GRADA, Kilomba. **Memória da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistêmicos do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v.31, n.1, p.25-49, 2016.

HAMÚ, Daura Rios Pedrosa. **Desigualdades, Direitos Humanos e Ações Afirmativas: história e revelações do Programa UFGInclui**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Educação. Goiânia, 2014

HONÓRIO, Ícaro Araújo Teixeira. Quilombo como cosmotécnica: tecnodiversidade e contradecolonialidade em Yuk Hui e Nêgo Bispo. **Revista Eletrônica de Investigação Filosófica, Científica e Tecnologia**, n.9, v.9, n.16, p. 80-97, 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. (IFLA). **Conjunto de ferramentas: as bibliotecas e a implementação da agenda 2030 da ONU**. IFLA, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 14 nov.2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. (IFLA). **Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem com a agenda 2030 das Nações Unidas**. IFLA, 2016. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/590>. Acesso em: 30 jun. 2021.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Portaria 2.587, de 28 de julho de 2015. Aprova o regulamento interno do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI do Instituto Federal de São Paulo - IFSP, São Paulo, 28 jul. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3C9WMps>. Acesso em: 03 nov. 2024.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria**: volume 1: Osasco. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria**: volume 2: Santana. São Paulo: Companhia das letras, 2021.

JESUS, Michael Dias de. **Práticas pedagógicas antirracistas**: vida e obra de Carolina Maria de Jesus como conteúdo curricular na aplicação da lei 10.639/03. 2023. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Humanas, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/75339f66-0ff7-45bc-ba1c-5a8a02dd8650>. Acesso em: 20 out.2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAURINDO, Alessandra; CLAUDINO, Claudio; OLIVEIRA, Edmundo; OLIVEIRA, Felipe; PASSOS, Fernando (org.). **A História comprovada**: fatos reais e as dores da escravização araquarense : as histórias que Rui Barbosa não queimou. São Carlos: Rima Editorial, 2023. 614 p. ISBN 9786584811232. Disponível em: <http://pergamum.ifsp.edu.br/pergamumweb/vinculos/000095/00009593.pdf>. Acesso em: 16 maio.2023.

LATOURE, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Unesp, 2000.

LEHMANN, David. Gilberto Freyre: a reavaliação persegue. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 369-385, jan./jun. 2008

LIMA, G.; ALMEIDA, C. Abordagens socioculturais na organização do conhecimento: subsídios teóricos para representação da cultura afro-brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2019. **Anais eletrônicos** [...] Florianópolis: ENANCIB, 2019. Disponível em: <https://encr.pw/f2cPm>. Acesso em: 06 Jun. 2023.

LIMA, Graziela dos Santos; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; COSTA, Amabile; SILVA, Andreia Sousa da Silva; SOUZA, Gisele Karine Santos. Africanizando os acervos: política de gestão de acervos para bibliotecas especializadas na temática afro-brasileira e africana. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 3, set./dez., 2018

LIMA, Manoelita Correia. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2012.

LIMA, Maria Daniely Souza; ALMEIDA, Vitória Gomes. Mercado editorial brasileiro e literatura afro-descendente: visibilidade de autores (as) negros(as) e incentivo à leitura. **Folha de Rosto**, v.4, n. esp., p. 15-24, 2018.

LOPES, Fernando Cruz. **O negro e a mediação**: a ciência da informação como campo de discussão étnico-racial. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

LOPES, Francisco Leandro Castro; SANTANA, Josias Valentim. O bibliotecário e a informação étnico-racial: um projeto de extensão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 30., 2024. **Anais** [...] Recife, Universidade Federal de Recife, 2024. p.1-6. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3284>. Acesso em: 25 dez.2024.

MARIOSIA, G. S.; REIS, M. G. A influência da literatura infantil afro-brasileira na construção das identidades das crianças. **Estação Literária**, Londrina, v.8, n. A, p. 42-53, 2011.

MARQUES, Marília. A Cada 23 minutos, um jovem negro morre no Brasil, ONU ao lançar a campanha contra violência. G1, 07 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/a-cada-23-minutos-um-jovem-negro-morre-no-brasil-diz-onu-ao-lancar-campanha-contra-violencia.ghtml>. Acesso em: 23 jan. 2025.

MARTINS, Lyvia Ravena de Sousa; CHAVES, Italo Teixeira; SOBRINHO, Heliomar Cavati. Do desenvolvimento de coleções à formação de acervo afrocentrado: uma análise do sistema de bibliotecas universitárias da Universidade Federal do Ceará. In: ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIAS (OS) NEGRAS (OS) E ANTIRRACISTAS; ENCONTRO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECÁRIAS(OS) NEGRAS(OS) E ANTIRRACISTAS, 2., 2022. **Anais** [...] Juiz de Fora: UFMG, 2022. p. 1-14. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/39923>. Acesso em: 24 jan. 2025.

MATHIESEN, K. Informational justice: a conceptual framework for social justice in library and information services. **Library trends**, v.64, n.2, p.198-225, 2015.

MENDES, Nielson Silva; MAIA, Fernanda Nunes. Monteiro Lobato, racismo e literatura: narrativas de um eugenista. *Revista Espaço Livre*, v.8, n.28, jul./dez.2019, p.53-65. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rel/article/view/204/189>. Acesso em: 25 out.2024.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no Brasil**. Brasília, DF: Funag, 2012. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/983-Influencia_Africana_no_Portugues_do_Brasil_A.pdf. Acesso em: 20 jul.2023.

MELO FILHO, Edilson Targino; SILVA JÚNIOR, Joabson Francisco da. Enegrecendo o ENANCIB: a produção científica nas temáticas étnico-raciais no

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **Folha de rosto**, Juazeiro do Norte, v. 5, p. 49-59, 2019.

MERTON, Robert K. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Editora 34, 2013.

MICHALISZYN, M.S. **Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MILANEZ, D. H. **Visualização de redes bibliométricas. Curso Bibliometria e Indicadores Científicos - BIC**. Núcleo de Informação Tecnológica em Materiais. 2019.

MORAIS, Marília Winkler; GRACIOSO, Luciana de Souza. Contribuições de Ranganathan para evidencição do pensamento decolonial. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, n.1, p.1-19, 2022. Especial.

MUCALE, Ergimino Pedro. **Afrocentricidade: complexidade e liberdade**. 2.ed. Maputo: Gráfico Paulinas, 2023.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 3. ed. São Paulo, SP: Global, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 15 jan. 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. **Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais: quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro, 2021.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Abdias do Nascimento: grandes vultos que honraram o senado**. Brasília, DF: Senado Federal, 2014. 345 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/508140>>. Acesso em: 13 maio. 2024.

NOGUEIRA, André. Machado de Assis: um erro grave com imagem do maior escritor da história do Brasil. **Aventuras da história**, 19 mar.2021. Disponível em: <https://acesse.one/k6VCY>. Acesso em: 11 jun.2023.

OLIVEIRA, A. C. S. de; SILVA, E. M. da. Ciência aberta: dimensões para um novo fazer científico. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 5–39, 2016. DOI: 10.5433/1981-8920.2016v21n2p5. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/27666>. Acesso em: 28 dez. 2023.

OLIVEIRA, E.R. **Negro intelectual, intelectual negro ou negro-intelectual: considerações do processo de constituir-se negro-intelectual**. 2014. 207f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

ORTIZ, Fernando. Aportes culturales y deculturacion. In: Ester Perez, Marcel Loureiro. **Raza y racismo: antologia de caminhos**. La Habana: Editorial Caminhos,

2017. p. 24-48.

ORTOLAN, L. P. V. et al. **As temáticas sobre o negro na literatura brasileira na Ciência da Informação**. 141p. Trabalho de Conclusão de Curso. 141 f. (Bacharelado em Arquivologia) –Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP. Marília, 2017.

PACHECO, Eliseu. Desvendando os institutos federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, p. 4- 22, 2020.

PASSOS, Ana Helena. A longa duração da escravidão. **Em debate**, n.2, p.1-14, 2005.

PASSOS, Joana Celia dos. **Juventude negra na EJA: os desafios de uma política pública**. 2010. 242f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2010.

PARRA, Henrique Z. M. Ciência Cidadã: modos de participação e ativismo informacional. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; Abdo, Alexandre Hannud. **Ciência Aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. Cap. 6., p.

PAULA, Cláudia Regina de. O protagonismo negro: o movimento negro na luta por uma educação antirracista. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 22, no 2, p. 105-120, jul/dez 2009.

PINOTTI, Melina Lima. O movimento negro e a configuração da lei 10.639/03. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 13., 2016, Coxim, MS. **Anais [...]**. Coxim, MS: [s.d.], 2016. p.1-13.

PEREIRA, Ana Paula; FERNANDES, Odília Barbosa Ribeiro; GASPARINI, Zoraide Aparecida; PALETTA, Francisco Carlos. Biblioteca pública como dispositivo de transformação social e a agenda 2030. **Brazilian Journal of Information Science: Research trends**, vol. 15, publicação contínua, 2021, e02127. DOI: 10.36311/1981-1640.2021.v15.e02127

PETTER, Margarida Maria T. Línguas africanas no Brasil. **Gragoatá**, Niterói, v.10, n.19, p.193-217, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33263>. Disponível em: 10 jul.2023.

POR dentro da África. Viola Davis: A única coisa que separa uma mulher de cor de qualquer outra pessoa é a oportunidade. **Por dentro da África**, 21 set. 2015. Disponível em: <https://pordentrodafrica.com/cultura/viola-davis-a-unica-coisa-que-separa-a-mulher-de-cor-de-qualquer-outra-pessoa-e-a-oportunidade>. Acesso em: 13 jan. 2025.

RAMOS, Giovanni. Acesso de negros no ensino superior quintuplica, mas ainda é metade do de brancos. *Alma preta*, 26 fev. 2025. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/acesso-de-negros-ao-ensino-superior-quintuplica-mas-ainda-e-metade-do-de-brancos-diz-ibge/>. Acesso em: 03 mar. 2025.

RIBEIRO, Cristian. O final dos anos 1970 e a (re) construção, para além do seu tempo presente, da negritude brasileira: um diálogo entre as obras de Abdias Nascimento, Clóvis Moura e Lélia Gonzalez. In: MORTARI, Cláudia; WITTIMAN, Luisa Tombini. **Diálogos sensíveis**: produção e circulação dos saberes diversos. Florianópolis: Rocha Gráfica, 2020. p.439-457.

RIBEIRO, Barbara Cristina Marques dos Santos; CONCEIÇÃO, Gabriela da Silva. Perspectiva decolonial na Ciência da Informação: mapeamento bibliométrico na base de dados referenciais de artigos de periódicos em Ciência da Informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, NÚMERO ESPECIAL: Perspectivas étnico-raciais na Biblioteconomia e Ciência da Informação: abordagens contemporâneas, v. 2, 8, n.4, p.1-15, 2023. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/2079/1742>. Acesso em: 14 nov. 2024.

RIBEIRO, Djamila Ribeiro. **Quem tem medo do feminismo negro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Ruth Meyre Mota. **Bem-nascidos**: racismo, eugenia e educação no Brasil. Curitiba: Appris, 2023. 415 p.

ROSA, Flávia; MEIRELLES, Rodrigo França; PALACIOS, Marcos. Repositório institucional da Universidade Federal da Bahia: implementação e acompanhamento. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.21, n.1, p. 129-141, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/1590/1/5603.pdf>. Acesso em: 27 jan.2025.

SÁ, Camila Araújo; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Afrocentricidade, memória e informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e5731, nov. 2021. <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i2.5731>

SALLES, Tatiane Helena Borges de Salles; GOMES, Rosangela da Silva; GRACIOSO, Luciana de Souza. Afrocentricidade nas ações da biblioteca: um relato de experiência no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Campus Campinas. In: Seminário de Informação, Inovação e Sociedade, 4., 2024. **Anais [...]**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2024. p. 1-8. Disponível em: <https://www.telescopium.ufscar.br/index.php/iv-siis/ivsiis/paper/viewFile/554/482>. Acesso em: 15 fev.2025.

SALLES, Tatiane Helena Borges de; GOMES, Rosangela da Silva; GOMES, Rosana da Silva; SILVA, Lais Eriane; GOMES, Lay Kayin Escórcio. Vozes da Ancestralidade: histórias negras em evidência nas escolas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE NEAB, NEABI e GRUPOS CORRELATOS DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA*, 7. ; ENCONTRO DE RELAÇÕES RACIAIS E SOCIEDADE, 7., 2023, São João Del Rei. **Anais** [...]. São João Del Rei: IFSJDR, 2023. p.1-3. Disponível em: <https://bit.ly/3MsVesy>. Acesso em: 28 ago. 2024.

SALLES, Tatiane Helena Borges de Salles; GOMES, Rosana da Silva Gomes; GOMES, Rosangela da Silva Gomes; FERREIRA, Fernanda da Silva. Uso da “Coleção Feminismos Plurais” nas bibliotecas do IFSP: por uma educação antirracista. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 22., 2023, Florianópolis, SC. **Anais** [...]. Florianópolis, SC: SNBU, 2023. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/snbu2023/article/view/2766/2773>. Acesso em: 18 out. 2024.

SALLES, Tatiane Helena Borges de Salles; GOMES, Rosangela da Silva; GRACIOSO, Luciana de Souza. Afrocentricidade nas ações da biblioteca: um relato de experiência no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Campus Campinas. *In: Seminário de Informação, Inovação e Sociedade*, 4., 2024. **Anais** [...]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2024. p. 1-8. Disponível em: <https://www.telescopium.ufscar.br/index.php/iv-siis/ivsiis/paper/viewFile/554/482>. Acesso em: 15 fev.2025.

SANTOS, A. P. F. Carolina de Jesus e a “refavela”: a literatura periférica no currículo e a cultura afro-brasileira na sala de aula. Identidade e pertencimento. *In: COPENE – Negros e Negras no Sul do Brasil, desenvolvimento, patrimônio e cultura afro-brasileira*, 3., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: COPENE, 2017. p. 51-64. Disponível em: <http://www.copenesul.com.br/ANAIS%20COPENE%20SUL%202017.pdf> Acesso em: 18 maio. 2018.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. *In: OLIVIA, Anderson Ribeiro; CHAVES, Marjorie Nogueira; FELICIE, Renísia Cristina Garcia; NASCIMENTO, Wanderson F. et al. (org.). Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p.23-35.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: INCT, 2015.

SANTOS, Cintia Almeida da Silva; PONTES, Fernanda Rodrigues. Produção técnico-científica dos bibliotecários do Instituto Federal de São Paulo: um estudo neobibliométrico. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v.15, n.1, p. 14-33, 2016.

SANTOS, Eva Dayane Jesus dos; SANTANA, Ramon Davi; MADUREIRA, Jeã Carlo Mendes; SANTOS, Yuri Pinheiro dos. A Biblioteca universitária afrocentrada: experiências da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da UFBA. **Revista Fontes Documentais**, Aracajú, v.4, edição especial, p.65–81, 2021.

SANTOS, M.A.B.; GRACIOSO, L.S.; AMARAL, R. As Bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise de literatura científica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (Online)**, v. 14, p. 26-43, 2018.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do ciclo vicioso**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

SANTOS, Neusa Santos. **Torna-se negro**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras 2021.

SENA, Priscilla Machado Borges. Justiça informacional em ciência, tecnologia e inovação no Brasil: reflexões e ações necessárias em ciência da informação. **Encontros bibli**, Florianópolis, v. 28, Dossiê Especial, 2023: e93046. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e93046>.

SILVA, Franciele Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirléne Carneiro; ROMEIRO, Nathália Lima; FÉVRIER, Priscilla Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Justiça pra quem? Justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021. p.1-16.

SILVA, Franciéle Carneiro Gârces da; ALVES, A. P. M. .; SILVA, R. A. da. Evento científico como instrumento para justiça social e racial: o caso do Encontro Nacional e Internacional de Bibliotecárias(os) Negras(os) e Antirracistas (2019-2021). **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. Especial, 2022. DOI: 10.35699/2237-6658.2022.39917. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/39917>. Acesso em: 27 dez. 2023.

SILVA, Franciéle Carneiro Gârces da; LAURINDO, Karine Regina; SILVA, Rubens Alves. Racismo na literatura científica em biblioteconomia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2022. p.1-11.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Ações afirmativas na UFSCAR - Em busca da qualidade acadêmica com compromisso social. **Políticas Educativas**, Campinas, v.2, n. 1, p.41-53, dez. 2008

SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco, SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; MELO FILHO, Edilson Targino de. A informação étnico-racial na perspectiva da ciência da informação. In: ENCONTRO IBÉRICO EDICIC, 8., 2017. **Anais [...]**. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares, 2017. p. 1507-1515. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6599079>. Acesso em: 14 dez.2023.

SILVEIRA, José Willames da Silva. **Análise de periódicos científicos de acesso aberto em português que publicaram sobre a temática étnico-racial**. 98f. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Biblioteconomia) - Faculdade de Ciência da Informação - FCI; Universidade de Brasília - UnB, 2020.

SOUTO, Stephanie. É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. **Políticas Culturais Em Revista**, v.14, n.2, p.142–159, 2021. <https://doi.org/10.9771/pcr.v14i2.44151>

SOUZA, O.; PAIM, E. A. A decolonialidade e a interculturalidade como processo estruturante para aplicação da lei 10.639/03 em sala de aula. In: COPENE – Negros e Negras no Sul do Brasil, desenvolvimento, patrimônio e cultura afro-brasileira, 3., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: COPENE, 2017. p. 581-591. Disponível em: <http://www.copenesul.com.br/ANAIS%20COPENE%20SUL%202017.pdf>. Acesso em: 18 maio. 2018.

SOUZA, F. das C. S.; SILVA, S. H. dos S. C. Institutos Federais: expansão, perspectivas e desafios. **Revista Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 2, n. 05, p. 17-26, 2016.

SOUZA, Ariovaldo Santos de. Racismo institucional: para compreender o conceito. **Revista da ABPN**, v.1, n.3, p.77-87, 2010.

SOUZA, Gabriel Justino; BRAVO, Camila da.; COSTA, Erico Rodrigues; FORTUNATO, Valéria Alexandre de Oliveira. Bibliotecas mistas como espaço de implementação do objetivo 4 da agenda 2030. **Senac**, Rio de Janeiro, v.7, p.88-96, 2022.

SOUZA, Miriele da Costa Souza, BONIFÁCIO, Renata Ferreira Costa. Biblioteconomia Negra no Brasil: a contribuição do GT 12 no Enancib para a valorização e visibilidade da cultura afro-brasileira no âmbito da Ciência da Informação. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023. **Anais [...]**. Aracajú: UFS, 2023. p.1-12. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1979/1255>. Acesso em: 15 out.2024.

SOUZA, Vanderlei Sebastião; SOUZA, Ricardo Ventura. O Congresso Universal da Raças, Londres, 2011: contextos, temas e debates. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012.

STF julga constitucional política de cotas na UNB. Senado Tribunal Federal, 26 abr. 2012. Disponível em:
<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042&ori=1>.
Acesso em: 02 nov. 2024.

TANUS, Gustavo; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Onde estão os autores e autoras negras? **Diacrítica**, [S.L.], v. 34, n. 2, p. 249-263, 31 jul. 2020. Disponível em: <http://diacritica.ilch.uminho.pt/index.php/dia/article/view/528>. Acesso em: 08 jun. 2023.

THIOLLENT, Michel. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 1. 2002, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: Ed. UFPB, 2002. p. 1 - 11. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu_anais/anais/conferencias/construcao.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017

VALA, Marcus Eugênio Oliveira. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de psicologia**, v.9, n.3, p.401–411, 2004.

VALENTE, Thiago Alves. Monteiro Lobato: rasgado, queimado, cancelado e imprescindível, **Jornal da UNESP**, 25 fev.2022. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/02/25/monteiro-lobato-rasgado-queimado-cancelado-e-imprescindivel/>. Acesso em: 25 fev.2022.

VALÉRIO, Erinaldo Dias et al. Refletindo sobre a formação de pessoas bibliotecárias para a competência em informação no âmbito das relações étnico-raciais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 26, n. 3, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003054639.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024.

VANZ, S. A. DE S.; STUMPF, I. R. C. Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, p. 42–55, maio 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362010000200004>

VIANA, Iamara da Silva. Escrever para não silenciar: africanos, enfermidades e acesso às primeiras letras no sudeste, escravista, notas de pesquisa. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 392–409, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/965>. Acesso em: 10 mar. 2024.

VIEIRA, Thales; THAMANI, Manuela; LOPES, Cristina (coord.). Privilégio branco: mulheres e direito à educação no Brasil. **Boletim 1 odb & Cedra**, julho, 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1sQUobV1GkZjQTx7EfGnVB3ehW3MsrV5R/view>. Acesso em: 04 fev. 2025.

ZUMBI (África Brasil) - Jorge Ben Jor Clip. [S.l: s.n.], 2017. (3 min.) 1 vídeo. Publicado no Canal Benjor Cifrado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=igfL-jWgluA>. Acesso em: 24 fev. 2024.

WADE, Peter. Raça, natureza e cultura na ciência e na sociedade. In: HITA, Maria Gabriela (org.). **Raça, racismo e genética**: em debate científicos e controvérsias sociais. Salvador: EDUFBA, 2017. p.47-80.